

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA-PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

VAGNER MELO FIGUEIREDO

O CONTESTADO NAS NARRATIVAS MILITARES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL, 1912-1916

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA-PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

VAGNER MELO FIGUEIREDO

O CONTESTADO NAS NARRATIVAS MILITARES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL, 1912-1916

Trabalho apresentado à banca examinadora -
Mestrado do Programa de Pós-Graduação
História, Poder e Práticas Sociais da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
Unioeste. Vinculado à Linha de Pesquisa
Trabalho e Movimentos Sociais, com
orientação do Prof. Dr. Vagner José Moreira.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

F475c Figueiredo, Vagner Melo
O contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916 / Vagner Melo Figueiredo.
- Marechal Cândido Rondon, 2016.
164 p.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016.

1. Brasil - História - Campanha do Contestado, 1912-1916. 2. Movimentos sociais. I. Moreira, Vagner José. II. Título.

CDD 22.ed. 981.05

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História – mestrado e doutorado

Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



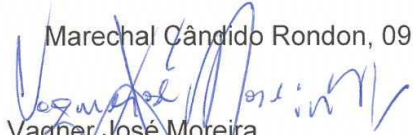
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

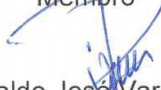
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos nove dias do mês de maio de 2016, às 14:00h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC), Dr. Rinaldo José Varussa (UNIOESTE) e Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho “O Contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916”, apresentado pelo pós-graduando **Vagner Melo Figueiredo** para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Vagner José Moreira, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

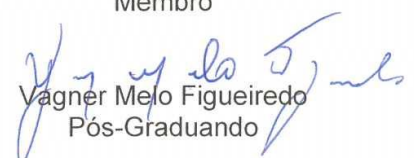
Marechal Cândido Rondon, 09 de maio de 2016.


Vagner José Moreira
Orientador


Paulo Pinheiro Machado
Membro


Rinaldo José Varussa
Membro


Antônio de Pádua Bosi
Membro


Vagner Melo Figueiredo
Pós-Graduando



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *“O Contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916”*.

Nome do concluinte: **Vagner Melo Figueiredo**

Integrantes da Banca:

Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE);

Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC);

Dr. Rinaldo José Varussa (UNIOESTE);

Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE).

Parecer:

A banca aprova a dissertação, com algumas correções pontuais e sugestões para a continui- dade da pesquisa no doutorado.

Marechal Cândido Rondon, 09 de maio de 2016.

Vagner M. Figueiredo

*Aos meus avós,
Oswaldo e Virgínia (paternos)
Luís, Waldomiro e Margarida (maternos)*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa não seria possível sem o auxílio de muitos, aos quais passo a agradecer.

Aos meus pais, Valter e Carminha, pelo amor, pelo exemplo de caráter e por não terem medido esforços para superar dificuldades e me proporcionar acesso e permanência na escola.

À minha esposa Danielle e aos meus filhos Ana Karina e Luís Henrique, pelo amor, pela compreensão, pela paciência e pelos momentos de felicidade.

Aos integrantes do Arquivo Histórico do Exército (AHE) e da Biblioteca do Exército (BIBLIEX), pelo prestimoso atendimento que recebi durante a pesquisa documental.

Ao Prof. Dr. Vagner José Moreira, meu orientador, pela dedicação e generosidade com que conduziu os trabalhos didáticos, demonstrando uma exemplar postura acadêmica.

Aos demais professores das disciplinas do PPGH - UNIOESTE, Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi, Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva, Prof^a. Dr^a. Geni Rosa Duarte e Prof. Dr. Rinaldo José Varussa, pelas contribuições intelectuais para a pesquisa, por meio das discussões em sala de aula e em outros encontros didáticos.

Ao Prof. Dr Paulo Pinheiro Machado (UFSC), por suas contribuições por ocasião das bancas de qualificação e de defesa da dissertação.

RESUMO

A Guerra do Contestado foi um conflito armado ocorrido entre os anos de 1912 e 1916 na Região Sul do Brasil, em que o Estado Brasileiro agiu para debelar um movimento que reivindicava direitos sociais. Além do conteúdo místico, este levante sofreu pressões nos campos social, político e econômico. O objetivo desta pesquisa é compreender a construção de memórias sobre o movimento e sobre aqueles trabalhadores que se dispuseram a pegar em armas para defender seus direitos em uma sociedade que vivenciava a mudança dos seus modos de vida, imposta pelas práticas capitalistas implementadas pela recém-criada República Brasileira. O Estado atuou na repressão ao movimento empregando tropas que, durante a campanha, conviveram com os sertanejos contra os quais lutaram, proporcionando àqueles militares a oportunidade de testemunharem a respeito da cultura daqueles sujeitos, conforme fizeram os autores dos documentos militares da guerra, de obras memorialistas sobre a campanha militar e de artigos de revista especializada em assuntos militares. Os autores destas fontes registraram os acontecimentos e suas impressões a partir do seu local social, construindo memórias sobre o movimento e seus sujeitos. Como foi a produção do Contestado a partir destas narrativas? Quais foram seus sentidos e interesses na construção das memórias sobre o Contestado?

Palavras-chave: Contestado, narrativas militares, memórias.

ABSTRACT

THE CONTESTADO IN MILITARY NARRATIVES: STORIES AND MEMORIES ON SOCIAL MOVEMENT, 1912-1916

The Contestado War was an armed conflict occurred between the years 1912 and 1916 in southern Brazil, where the Brazilian government acted to quell a movement that claimed social rights. Beyond the mystical content, this uprising came under social, political and economic pressure. The objective of this research is to understand the construction of memories on the movement and on those workers who were willing to take up arms to defend their rights in a society engaged in experimenting the change of their way of life, imposed by capitalist practices implemented by the newly created Brazilian Republic. The State acted in the repression of the movement employing troops that, during the campaign, lived with the backlanders against which fought, providing those military the opportunity to testify about the culture of those subject, as did the authors of the military documents from the war, works memoir about the military campaign and magazine articles specialized in military affairs. The authors of these sources recorded the events and his impressions from your social site, building memories about the movement and its subjects. How did the production of Contestado from these narratives? What were your senses and interests in the construction of memories on Contestado?

Keywords: Contestado, military narratives, memories.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I - DESQUALIFICAÇÃO DA CULTURA E DA VISÃO DE MUNDO CABOCLAS: “INNOCÊNCIO MATTOS É JAGUNÇO E UM DEGENERADO VAGABUNDO DA PIOR ESPÉCIE”	28
CAPÍTULO II – ARGUMENTOS PARA A REPRESSÃO NO CONTESTADO: “O DIREITO DAS DESAPROPRIAÇÕES EMANA DE UMA LEI, PORTANTO, NÃO SE PODE CONTESTAR”	74
CAPÍTULO III - NA DEFESA DE INTERESSES: “SE DO ESTUDO DOS ACTUAES ACONTECIMENTOS RESULTAR ALGUMA LIÇÃO PROVEITOSA, BENDITO SEJA O SANGUE QUE VAE CORRER”	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
FONTES	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

APRESENTAÇÃO

O Brasil que assistiu à Guerra do Contestado vivia momentos muito particulares do seu processo de formação histórica. Vinte e quatro anos antes foi abolida a escravidão e a vinte e três proclamada a República. Estavam em formação no país as primeiras forças da industrialização e as classes operárias urbanas davam seus primeiros passos no mundo social. Contudo, o país não se diferenciara, de forma substancial, em relação ao período final da era imperial: a maior parcela dos trabalhadores encontrava-se no campo e não constituíam força coesa e homogênea por dificuldades geográficas e de ordem política, econômica e social. O entendimento da situação vivida pelos habitantes da região do Contestado só faz aumentar a minha admiração pela coragem e capacidade daqueles trabalhadores que protagonizaram aquele movimento social.

Na política externa, foi nítido o deslocamento do eixo político da diplomacia brasileira da Inglaterra para os Estados Unidos da América, marcado pela entrada do Barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores em 1902, lá permanecendo por dez anos, tendo participado de vários governos e contado com a atuação de Joaquim Nabuco, embaixador brasileiro em Washington.

Esta nova configuração de relações internacionais facilitou a entrada de capital estrangeiro financiando empreendimentos de infraestrutura em território brasileiro, que afetaram as relações sociais e os modos de vida da população. Assim, no Contestado, este fator fica claro quando analisada a interferência da empresa *Brazil Rayway*,¹ por meio da construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) no trecho pertencente ao planalto catarinense e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, madeireira norte-americana.

Era um momento em que as autoridades brasileiras acreditavam ser necessária a desconstrução do sentimento de desconfiança do novo regime republicano, por parte das nações europeias e da própria população brasileira. Para isso foi convocada uma Assembleia Constituinte, que promulgou a primeira constituição brasileira em 24 de fevereiro de 1891, tendo sido ela inspirada no modelo norte-americano. A Carta Magna estabelecia poderes aos

¹ Estas empresas, integrantes do Sindicato *Farquar*, de capital estrangeiro, influenciaram um cenário de instabilidade e tensão social na região do planalto norte catarinense, na fronteira com o Paraná, incrementando um processo já existente de institucionalização da propriedade privada na região e agravando um problema de terras na região. Cf. TOMPOROSKI, A. A. **O pessoal da Lumber!** Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2006, p. 17-19.

Estados da Federação (antigas Províncias), tais como a permissão (implícita) de adquirir empréstimos no exterior (considerando que o texto constitucional não o estabelecia como proibido); a competência para organizar forças militares próprias (forças públicas estaduais); e autorização para decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias.

Neste contexto, observamos a taxação da erva mate que era exportada pelo porto de São Francisco, em Santa Catarina, que contribuiu para o desentendimento e a contestação da demarcação da fronteira entre Paraná e Santa Catarina, motivados pela disputa pelo direito de recolher os impostos provenientes da exportação daquela matéria prima abundante na região e de extrema importância para a economia local.

É possível notar que, no processo histórico da passagem do regime monárquico para o republicano, apesar do federalismo² estabelecido pela constituição, houve o cuidado em não se deixar a União sem poderes, cabendo-lhe, entre outros, a taxação dos impostos de importação, o direito de criar bancos emissores de moedas, a organização das Forças Armadas Nacionais e, ainda, a faculdade de intervir nos Estados para estabelecer a ordem, para manter a forma republicana federativa e em outras situações. Note que a intervenção da União para a manutenção da ordem e da forma republicana, no Contestado, será um dos argumentos sobre os quais será estabelecida a legitimação da intervenção de tropas federais contra o movimento social em estudo nesta pesquisa.

A Igreja foi separada do Estado, deixando de existir uma religião oficial no Brasil República, sendo, teoricamente, livre o culto de todas as crenças religiosas. Assim, o Estado passou a reconhecer apenas o casamento civil e os cemitérios deixaram de ser administrados pela Igreja Católica, passando a ser responsabilidade da administração municipal. Mais tarde, em 1893, uma lei complementar criou os registros civis para o nascimento e o falecimento das pessoas. Anteriormente, estas atividades eram controladas pelo Clero católico, registrando estes acontecimentos sociais nos livros tombo das paróquias. Decerto que o estabelecimento destas novas regulamentações tinha em vista a necessidade de se arrefecer os ânimos dos atritos entre Estado e Igreja, bem acirrados no final do período imperial e facilitar a integração dos imigrantes aqui estabelecidos, muitos dos quais professavam a religião protestante luterana.

Também visando os imigrantes, foi estabelecida uma medida chamada de a “grande naturalização”, por meio da qual tornar-se-iam cidadãos brasileiros os estrangeiros que,

² O federalismo é um sistema político em que municípios, estados e distrito federal, sendo independentes um do outro, formam um todo que valida um governo central e federal, que governa sobre todos os outros membros da federação.

achando-se no Brasil a 15 de novembro de 1889, não declarassem em seis meses o desejo de conservar sua nacionalidade de origem. Ainda que considerados oficialmente cidadãos brasileiros, os imigrantes do Contestado enfrentariam a oposição cabocla no que se refere à distribuição das terras que garantiam a sobrevivência das famílias sertanejas.³

Apesar de ter sido estabelecido o sistema de voto direto e universal, suprimindo-se o censo econômico, a primeira constituição republicana ainda não permitia o voto dos analfabetos e das mulheres. Mas os limites políticos não paravam por aí. Segundo Maria de Lurdes Janotti, na época da deflagração do conflito do Contestado, no Governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914) e desde o governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), o cenário político nacional buscou uma acomodação de interesses diversos em um acordo que “tinha como objetivo harmonizar os interesses dos Estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais e assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis”, a partir dos quais o Presidente da República e os Governadores de Estado se beneficiariam com a eleição de um Congresso Nacional e uma Assembleia Legislativa que não se oporiam aos seus respectivos governantes.⁴

Para o sucesso destes acordos, era necessário que o município confirmasse nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia local. Desta forma, o município passou a ser o centro das atenções no que se refere à manipulação do sistema eleitoral, que seria tanto mais eficiente quanto fosse a relação de dominação entre as classes sociais, considerando que o poder político municipal era muito fraco e insuficiente para sustentar os acordos políticos. Nestas condições, os coronéis⁵ revestiram-se da autoridade municipal, comandando o que passou a ser chamado de eleitorado de cabresto⁶ e, portanto, tinham participação fundamental no pacto eleitoral com o governo do Estado.⁷ Assim se fortaleceu politicamente a figura do “coronel” na sociedade brasileira e na região do Contestado em particular, tornando-se um dos agentes do Movimento Social em tela⁸. Não fica difícil compreender que, neste caso, o Estado, em todas as esferas federativas, defenderia o interesse da classe dominante.

³ Considerações gerais sobre as situações política e social no Brasil do início do século XX, Cf. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 245-252.

⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 36-37.

⁵ Denominação dos chefes políticos locais, herdada da hierarquia da velha Guarda Nacional.

⁶ O voto de cabresto era um sistema de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos e utilização da máquina pública. Era um mecanismo próprio do coronelismo.

⁷ “Os coronéis podem ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios”, Cf. JANOTTI, op. cit., p. 9.

⁸ JANOTTI, op. cit., p. 37.

O voto de cabresto não pode ser entendido como uma ignorância do eleitor, e sim como parte do processo histórico de formação das forças políticas e sociais no início do século XX. Neste sentido, dizer que os sertanejos, no contexto político, são ignorantes, significa a falta de entendimento das relações sociais e políticas que permeavam a vida daqueles sujeitos.

A ocupação do solo para a produção agropecuária também era uma questão latente no início do período republicano brasileiro. A região do Contestado compunha uma parcela do território brasileiro ocupado por influência do tropeirismo, que fez surgir ao longo do caminho de transporte do gado entre as regiões sul e sudeste um campesinato que teve origem na própria população brasileira e em imigrantes não ibéricos. À disputa entre estes sujeitos somou-se os interesses de empresários da terra, de madeireiros e do empreendimento ferroviário, pressionando um impacto econômico, social e ambiental naquele território que modificou “profundamente as formas de uso da terra, estreitando radicalmente os espaços para as populações tradicionais”⁹. Neste sentido, veremos que a questão das terras também sofreu forte pressão da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) (ver mapa p. 101), financiada pelo capital estrangeiro, na medida em que teve direito a explorar economicamente uma extensa faixa de terra adjacente à linha férrea, tudo com a anuência do poder público.

A questão religiosa no Contestado se deu envolto em um contexto de transformações sociais e econômicas de peso, tendo o Brasil que adequar-se às exigências do mercado agrícola internacional, que demandava um aumento na produção de borracha e algodão, além da presença do capital estrangeiro em setores de infraestrutura como, por exemplo, a ferrovia que cortava os sertões do país transformando as relações sociais existentes e retirando estas regiões de um antigo “isolamento”.

As questões políticas e sociais do Contestado foram acompanhadas de um messianismo caboclo, que atendeu aos interesses do Clero oficial na interiorização da fé católica, recorrendo à atuação de beatos que ampliaram a ação da Igreja no sertão. Assim, de certa forma, o processo histórico do surgimento de beatos e monges ocorreu a partir do Clero oficial, como uma espécie de auxiliares leigos do quadro oficial, permitindo uma maior capilaridade da fé católica junto ao povoamento do interior.¹⁰

⁹ SILVA, Márcio Both da; ZARTH, Paulo A. **Religiosidade popular, autoridades e conflitos no Alto Uruguai**. In: VALENTINI, Delmir José; SPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 135-137.

¹⁰ Considerações sobre a questão religiosa no Brasil da virada do século XIX para o XX, MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 163-173.

A importância do Contestado é conferida não somente pelas dimensões do conflito, que apresenta números consideráveis em área de abrangência e pessoas envolvidas, mas também pela sua importância política e social. Foi uma insurreição sertaneja ocorrida em um momento político de busca pela afirmação da jovem República brasileira, marcada pela ruralidade e pela desigualdade social na distribuição de terras.

Além da questão da terra que saltam aos olhos deste pesquisador, podem ser indicadas outras que pressionaram o movimento, tais como: a disputa política dos limites de fronteira entre Paraná e Santa Catarina; a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, beneficiando o capital estrangeiro; os limites políticos impostos àquela sociedade; e o messianismo caboclo. Cada uma dessas pressões, atuando de acordo com suas especificidades, contribuiu para a modificação dos modos de vida do sertanejo que, apesar de socialmente fragilizado, resolveu resistir na luta pela manutenção de sua cultura e do seu modo de ganhar a vida, que estavam fundados na sua visão de mundo.¹¹

O meu interesse pela pesquisa da memória do Contestado e de seus sujeitos surgiu no início da década de 1990, momento em que tive contato com a história sobre este movimento social ao passar a morar, por motivos profissionais, naquela região de fronteira entre Paraná e Santa Catarina (cidades de Rio Negro-PR e Mafra-SC - ver mapa da página 134). Naquela época, eu acabava de concluir a graduação em nível superior na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), um estabelecimento de ensino militar do Exército Brasileiro que prepara os oficiais da instituição para integrarem as suas diversas organizações militares existentes no território nacional.

Na ocasião, ao contrário do que havia aprendido nas escolas dos ensinos fundamental e médio, cursados em grandes cidades da Região Sudeste, identifiquei a existência de um outro significado daquele acontecimento para as pessoas daquela sociedade. Constatei que, diferente das informações que eu tinha registrado em minha memória, as questões que envolviam aquele conflito eram muito mais amplas do que a contestação de limites entre Paraná e Santa Catarina, combinada com um ajuntamento de fiéis considerados fanáticos antirrepublicanos. A pergunta que eu me fazia era: por que me tinham contado uma história diferente? Encontrar resposta para esta pergunta passou a ter um significado importante na minha vida.

¹¹ Podemos perceber o sentido de visão de mundo associado ao conceito de ideologia, como sendo “um sistema relativamente formal e articulado de significados, valores e crenças, de um tipo que se pode abstrair como ‘visão do mundo’, ou ‘perspectiva de classe’”, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 112.



Imagem 01: Capela construída em torno da cruz de João Maria, em Mafra-SC.
Foto: Danielle Figueiredo (em 2014)



Imagem 02: Cruz de João Maria.
Foto: Danielle Figueiredo (em 2014)



Imagem 03: Placa de identificação da Cruz de João Maria.
Foto: Danielle Figueiredo (em 2014)

Na busca de uma resposta para esta questão, procurei auxílio em Hobsbawm, para quem o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, constituindo-se em um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade. Para ele, o historiador deve analisar a natureza deste “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.¹²

Esta experiência me fez assumir um compromisso de trilhar um caminho para produzir, com a minha pesquisa, uma história que partisse de questões do presente, capaz de lidar com indagações sobre sujeitos históricos silenciados pela historiografia tida como oficial, construindo um olhar político sobre o objeto investigado, qual seja a memória do movimento e de seus sujeitos, buscando, assim, alterar a relação com o passado e seu significado, percebendo sua influência sobre a construção de memórias.

Segundo Déa Ribeiro Fenelon, a memória é um dos componentes da cultura, sujeita à construção e à atribuição de sentidos por parte do homem, levando-nos a pensá-la como algo

¹² HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 25.

em constante mudança, que não ocorre sem tensões e conflitos. A memória está no campo da luta, sendo ela o objetivo da disputa, isso porque é entendida como instrumento de poder e de construção de hegemonia. A autora ainda afirma que “o direito à memória torna-se uma reivindicação vital para fazer surgir a diversidade” que nos permite construir outras histórias “em uma sociedade que exclui”, buscando ocultar os conflitos e as diferenças, subjugando-os “ao valor das identidades, da unidade, do homogêneo e do único”¹³. Neste sentido, percebo a história social como adequada para atender às demandas apresentadas pelas lutas e disputas sociais. Parecendo-me adequadas, também, as ideias e métodos marxistas de Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Raymond Williams e outros historiadores da nova esquerda inglesa.

A minha experiência pessoal de construção de uma memória baseada em conteúdos escolares me fez partir de indícios identificados no presente, como conteúdos de livros didáticos editados na virada do século XX para o XXI. Observei uma história contada a partir de uma memória carregada de um interesse em deslegitimar o movimento social e suas reivindicações.

As raízes da revolta estavam na extrema miséria em que viviam as populações rurais, agravadas pela demissão de 8 mil trabalhadores da empresa Brazil Railway, quando as obras de construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande chegaram ao fim.

Nessas condições, milhares de pessoas foram atraídas pela pregação mística do “monge” José Maria, que falava na formação de uma “monarquia celeste” e prometia o retorno do rei dom Sebastião para fazer justiça aos pobres e oprimidos. A resposta dos fazendeiros e do governo foi a repressão.¹⁴

Do trecho deste livro didático podemos destacar o que o autor considera como as raízes da revolta: a extrema miséria da população; as demissões de trabalhadores; e uma pregação mística que falava em uma “monarquia celeste” e no “retorno do rei dom Sebastião”; termos que são colocados pelo autor entre aspas para caracterizar que estão fora do contexto de uma cultura dita civilizada. Em nenhum momento deste trecho e de todo o subtítulo que trata do Contestado no livro didático (aliás, muito pequeno), se fala em luta pela terra.

A miséria da população do interior do Brasil, no início do século XX, não era um privilégio daquela região. As mesmas condições de vida poderiam ser encontradas em outros

¹³ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Orgs). **Outras histórias:** memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 7-8.

¹⁴ TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil História e Sociedade**. Livro do professor. São Paulo: Ática, 2000, p. 252, grifo nosso.

rincões do Brasil, sem que, necessariamente, tivessem provocado um levante de trabalhadores. Entendo que deveriam existir outros motivos não apontados pelo autor.

A “pregação mística”, por sua vez, vem carregada de um significado preconceituoso, na medida em que não se contextualiza a “monarquia celeste” e o “retorno do rei dom Sebastião” que, colocados da forma como se apresentam no texto, adquire conotações de uma alucinação coletiva, quando, na verdade, esta religiosidade fazia todo sentido para o caboclo do planalto catarinense, se enxergada dentro da cultura e dos modos de vida daqueles sujeitos. É uma forma velada de atribuir o componente do fanatismo ao movimento sertanejo.

Da mesma forma, dizer que oito mil trabalhadores desempregados da empresa *Brazil Railway* (1906), que construiu a ferrovia São Paulo – Rio Grande, concluída em 1913, foram atraídos “pela pregação mística do ‘monge’ José Maria”, significa dizer que esta religiosidade lhes era estranha até aquele momento e que este tipo de cultura só passou a fazer sentido a partir daquela condição de extrema necessidade econômica; “extrema miséria”, nos termos do texto.

Além do referencial metodológico, a historiografia sobre o Contestado também é fundamental para se desconstruir a história oficial. Valendo-me da pesquisa de Paulo Pinheiro Machado, entendo que o messianismo caboclo baseou-se na crença em João Maria (são João Maria), presente na região desde o final da década de 1840, logo, uma componente da cultura daquele povo desde antes da ferrovia e de todas as mazelas sociais trazidas por ela.¹⁵

Com relação aos desempregados da ferrovia, Machado concluiu que a maioria dos trabalhadores eram oriundos da própria região¹⁶, por isso, integrados à religiosidade cabocla. Desta forma, percebe-se que aqueles sujeitos não foram atraídos pelo misticismo¹⁷ caboclo em consequência das difíceis condições econômicas de vida. Ao contrário, aquele catolicismo rústico fazia parte de sua cultura e de seus modos de vida porque eram habitantes daquela região. Assim, não é razoável dizer, ou mesmo subentender, que o misticismo caboclo foi a causa da revolta sem que se perscrute a cultura daquelas pessoas.

Considerarei importante problematizar a citação do trecho de um livro didático para deixar claro ao leitor a importância de se identificar os interesses na construção e propagação de uma memória. Ainda mais quando se trata de um conteúdo a ser ministrado para alunos dos ensinos fundamental e médio, ainda tão suscetíveis à formação de suas opiniões e

¹⁵ MACHADO, op. cit., p. 163-164.

¹⁶ MACHADO, op. cit., p. 144.

¹⁷ O acentuado misticismo caboclo dos acampados em Taquaruçu (1913), conduziu-os a identificar na natureza “sinais” indicativos da presença do último monge, o José Maria, que depois de sua morte passou a integrar o

posicionamentos políticos. Estes jovens poderão ser os propagadores desta memória, não sendo interessante que cumpram esta tarefa impregnados de sentimentos preconceituosos e de intolerância social.

O interesse em estabelecer uma imagem criminosa a respeito daqueles sujeitos não é privilégio da memória do século XXI. Observe os comentários do autor da Revista Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra, em Santa Catarina, a respeito do Contestado, em um artigo que leva o título de “Revolta do Contestado”, em um trecho em que ele tratava sobre a construção da ferrovia:

Para este trabalho urgente foi recrutado um exército de trabalhadores de todos os estados, especialmente de São Paulo e com estes, atraídos por salários incomuns, vieram aventureiros e facínoras de toda espécie. Ao término desta construção relâmpago, foi mínimo o número de trabalhadores que regressaram às suas origens; foram engrossar o regimento já existente de homens daquela natureza, nos municípios à margem da estrada de ferro e pelo interior de todo o planalto serrano. Aumentaram também o número de intrusos nas terras da Estrada de Ferro, nas terras dos latifundiários e fazendeiros da região.¹⁸

Mais uma vez, agora em meados da década de 1960, podemos observar uma narrativa que pretende “culpar” a “má índole” dos trabalhadores da construção da estrada de ferro que, supostamente, seriam “facínoras” de outros estados que teriam se juntado aos “de mesma estirpe” presentes naquela região. Vimos anteriormente que, contada assim, esta história fica incompleta. Nas fontes perscrutadas encontrei pistas, que serão demonstradas ao longo da pesquisa, de que as narrativas militares influenciaram este entendimento da existência de uma grande quantidade de trabalhadores de fora da região do Contestado.

A revista vai mais longe e inverte a situação dizendo que os sertanejos é que eram “intrusos” nas terras da estrada de ferro e dos latifundiários, construindo uma outra explicação que levasse à desinformação a respeito do processo histórico da questão de terras no Brasil e no Contestado. Apesar de ter utilizado adequadamente o termo revolta¹⁹ no título do artigo, levando-nos a crer que os sertanejos lutavam contra as dificuldades a eles impostas, o corpo

Exército Encantado de São Sebastião, Cf. MAHCADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 163.

¹⁸ Revolta do Contestado. Revista Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra, Mafra, SC.

p. 17, set. 1967, grifo nosso. Os argumentos desta revista parecem reproduzir a o entendimento de Oswaldo Rodrigues Cabral, na sua obra *A campanha do Contestado*.

¹⁹ O desenvolvimento político do termo revolta levou-o a significar “uma tentativa de derrubar, de virar de cabeça para baixo, virar de pernas para o ar, uma ordem política normal: os *inferiores* colocam-se contra e, nesse sentido, acima dos *superiores*”, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Revolução**. In Palavras-chave. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 357-358, grifos do autor.

do texto explica que eram eles os culpados pela situação de conflito criada naquele sertão brasileiro.

Tudo isso encaminha-se a pensar que, tanto o livro didático, quanto a Revista Comemorativa alcançaram um público considerável de leitores (cada um, à sua época, atingindo públicos diferentes), contribuindo para a formação de opinião e construindo uma memória sobre o movimento social e seus sujeitos. Tais memórias podem significar mais do que simplesmente dizem. Cabe aos pesquisadores, interessados na desconstrução destes sentidos, formularem questões a partir de uma adequada chave interpretativa, buscando palavras ocultas na dissimulação do discurso oficial. Esta é a proposta desta pesquisa.

Tendo acesso limitado à narrativa dos trabalhadores presentes no Contestado no início do século XX²⁰, os historiadores precisam desmontar o discurso oficial, identificando as bases em que foram montadas as narrativas que conduziram à exclusão social, para que não se perpetue o preconceito, para que não se discrimine os trabalhadores do campo, de ontem e de hoje, alegando serem eles inferiores em sua cultura, privilegiando o discurso da classe dominante.

Foram muitas as histórias contadas sobre o Contestado. Observadores contemporâneos ao fato histórico e historiadores que os sucederam narraram suas histórias de acordo com suas interpretações, pontos de vista, subjetividade na análise das fontes e interesses de toda ordem. Falando sobre os historiadores e seus modos de escrever a história, Thompson concluiu ser difícil, aos olhos de outras disciplinas, perceber qualquer coerência nas pesquisas históricas, isso tendo em vista a disparidade entre os modos de escrever história, suas técnicas empregadas e seus temas de investigação, que chegam a conclusões controversas e veementemente contestadas. Mas ele nos informa que a História desenvolveu seu próprio discurso de demonstração, que só é compreendido a partir do entendimento da “lógica histórica”, com características próprias, adequadas ao material do historiador, destinado a testar hipóteses, eliminando conhecimentos autoconfirmadores, confrontando-se conceitos e evidências. Assim, o recurso final da História não é simplesmente a evidência, e sim a evidência submetida à “lógica histórica”.²¹

²⁰ Durante a guerra, os militares queimaram os livros de registro da resistência, chamados pelos caboclos de arquivos, onde registravam “os casamentos, batismos, ordens do dia, ordens de ataque”. Dois destes livros teriam estado sob a guarda do Presidente de Santa Catarina, Felipe Schmidt, mas desapareceram. Cf GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. 1992. Dissertação (Mestrado)-UNICAMP, Campinas, 1992, p. 231-232

²¹ THOMPSON. Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-49.

No caso do Contestado, o Estado não apostou no seu esquecimento para dissipar a ameaça que representou ao regime republicano e sim na construção de uma memória desfavorável ao movimento, fazendo com que fosse lembrado como uma ameaça à sociedade contemporânea. Desta forma, os chamados fanáticos deveriam ser transformados em inimigos da nação, por meio da construção de uma memória que, partindo de uma iniciativa do Estado, criminalizaria o movimento. Nas palavras de Ricard Vinyes seria a “boa memória”.²²

É preciso considerar a memória em um processo de disputa entre classes sociais, envolvendo valores, culturas, sentimentos e interesses de classes²³. Segundo Yara Khoury, o historiador comprometido com a realidade social deve estar atento para como os processos sociais criam significações e como eles interferem na própria história. Devemos, portanto, sondar o passado,

[...] centrando nossas atenções na cultura, como todo modo de vida, e na memória, como parte dela, buscando entender os modos e os sentidos das amplas mudanças históricas e, assim, podermos melhor atuar nos destinos sociais.²⁴

Na tentativa de se equilibrar as forças em disputa pela memória, se faz necessário agir como Edward Palmer Thompson, reexaminando o velho material há muito recolhido, fazendo-lhe novas perguntas.

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena.²⁵

Mas a decisão de se dar atenção ou não a este “elenco de suporte” vai ser influenciada pelo local social de onde o narrador fala.

No Contestado também a intervenção do Estado apresentou-se para compor as forças interessadas na disputa entre as classes sociais pela memória do movimento, de seus sujeitos e

²² VINYES, Ricard. **El Estado y la memoria**: Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. RBA Livros, Espanha, 2009, p. 25.

²³ Estes elementos em disputa compõem a ideologia e a cultura de uma sociedade, que por sua vez, perpassam pelo conceito de hegemonia, que não é apenas uma forma de controle vista habitualmente como “doutrinação”, vai além: “É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo”, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 60-76, p. 111.

²⁴ KHOURY, Y. A. **Muitas memórias, outras histórias**: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 116.

²⁵ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs A. L. Negro; S. Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 234.

das questões que o pressionaram. Desta forma, sobre conflito de classes, segundo Eric Hobsbawm,

O Estado normalmente legitimará a ordem social mediante o controle do conflito de classes no âmbito de um quadro estável de instituições e valores, pairando ostensivamente acima e fora delas; e ao assim fazer, perpetua uma sociedade que de outro modo seria esfacelada por suas tensões internas. Esta é a teoria clássica de Marx para a origem e função do Estado. Existem momentos em que o Estado perde esta função e essa capacidade de legitimar a ordem, manifestando-se meramente como uma conspiração dos ricos em seu próprio benefício, causando a desgraça dos pobres.²⁶

O Estado brasileiro interveio para reprimir o movimento do Contestado empregando tropas militares que, durante o conflito, conviveram com os sertanejos daquela região, o que lhes proporcionou a oportunidade de testemunhar a respeito dos modos de vida daqueles sujeitos, conforme fizeram Demerval Peixoto e Fernando Setembrino de Carvalho²⁷. Observando os acontecimentos a partir de seu local social, os militares foram os primeiros a escreverem sobre o movimento, construindo uma memória a partir da produção de documentos próprios da campanha²⁸, de obras literárias de cunho memorialista e de artigos jornalísticos que reproduziram visões hegemônicas a respeito da cultura cabocla.

A minha trajetória de vida fez com que me interessasse, particularmente, pelas narrativas militares a respeito do Contestado, suas pressões e sujeitos. Como os militares viram aquele movimento? O que ocultaram e o que divulgaram em particular? Quais teriam sido seus interesses ao escrever sobre o movimento? Teriam eles identificado os limites e pressões impostos aos modos de vida daqueles sertanejos? Como foi a produção do Contestado a partir das narrativas militares?

A hipótese e problema da pesquisa é de que as narrativas militares tenham contribuído para a construção de uma memória desqualificante dos sujeitos do Contestado, muito mais do que se pode apreender pela leitura simples de seus textos. Ou seja, a leitura atenta destes documentos, obras e periódico, identificando as motivações e os interesses dos seus autores, de forma a desnudar as mensagens que não estão escritas diretamente e claramente, permitirão apreender que estes textos influenciaram muito mais do que se pensava inicialmente.

²⁶ HOBBSBAWM, op. cit., p. 217.

²⁷ Demerval Peixoto foi oficial do Exército Brasileiro que participou da guerra e registrou suas impressões em obra literária de cunho memorialista e em documentos oficiais. O General Setembrino de Carvalho comandou a última grande expedição contra os sertanejos do Contestado e também fez registros sobre o movimento e sua repressão.

²⁸ Este é um termo muito utilizado, ainda hoje, no meio militar para designar as atividades realizadas no campo, ao ar livre, seja de treinamento, seja de combate real.

O Brasil vivia uma época de desatenção com os direitos dos trabalhadores rurais e de valorização dos interesses privilegiados das classes dominantes. Conhecer a interpretação dos militares a respeito desta situação poderá nos levar a entender em que medida os textos escritos por eles contribuíram para a construção da memória sobre o Contestado.

Esta compreensão poderá nos levar, também, a interpretar a intervenção violenta do Estado como forma de garantia da dominação de classe e a descortinar a disputa de valores culturais²⁹. Mas, para isso, é necessário considerar a participação da sociedade civil em uma concepção de Estado ampliado, significando o rompimento com a rigidez da superestrutura e a incorporação da dimensão da cultura nesta construção.

Ao se destacar a questão cultural (sem, no entanto, abandonar as questões de classe e de produção), torna-se possível abordar outras questões importantes, quais sejam: a hegemonia³⁰ e um pretendido consenso, sendo a primeira uma forma de violência simbólica, porque ao “fabricar” um universo, procura apagar ou marginalizar todos os valores que não condizem com os que saíram da sua “linha de montagem”; e a obtenção da segunda caracterizaria o atingimento de um objetivo que foi trilhado pelo caminho da prática hegemônica, transformando o interesse da classe dominante no interesse de todos.³¹

Na busca da sua relação com o passado, investigando a história e a memória, o historiador depara-se com a necessidade de refletir sobre a linguagem e seus significados.

A relevância de se considerar a linguagem, justifica-se pela especificidade de cada fonte com a narrativa que lhe é peculiar, exigindo um rigoroso conhecimento do seu processo de constituição, a fim de possibilitar sua decodificação e problematização para identificação de seus significados.³²

Esta pesquisa toma como fontes os documentos próprios da campanha militar, produzidos durante a guerra do Contestado; obras literárias³³ com conteúdos memorialistas de militares que tomaram parte no conflito e narraram os acontecimentos e suas impressões

²⁹ CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na primeira República**: a guerra do contestado (1912-1916). 2009. 214 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 9.

³⁰ Práticas hegemônicas seriam aquelas que, aproveitando-se das desigualdades sociais, imporiam aos sujeitos dificuldades em modelarem suas vidas de acordo unicamente com suas subjetividades, impondo-lhes um processo social por meio da organização de significados e valores especificamente dominantes, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 111 e 112.

³¹ CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na primeira República**: a guerra do contestado (1912-1916). 2009. 214 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 41-43.

³² MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012, p. 36.

³³ Considero estas fontes como obras literárias por não seguirem um método científico suficiente para serem consideradas como trabalho histórico, tendo os autores apoiado suas fundamentações, principalmente, na sua memória sobre os fatos ocorridos e em documentos produzidos por eles mesmos.

sobre o movimento e sua repressão; e artigos da revista *A Defesa Nacional* (ADN), um periódico produzido por militares do Exército e que, entre outros assuntos, também tratou sobre o movimento caboclo.

Estas fontes possuem linguagens específicas que devem ser consideradas atividades práticas e constitutivas do meio social a que pertenciam seus autores militares, não cabendo sobre elas um entendimento reducionista de um mero instrumento de comunicação do sujeito com o meio exterior, mas como um meio capaz de veicular posicionamentos políticos, capazes de formar opiniões.

Apesar de terem sido utilizadas em outras pesquisas, estas fontes serão interpretadas neste trabalho tendo como prioridade destacar as influências e os interesses desta categoria profissional, registrados em textos que construíram memórias e contaram histórias sobre o movimento social do Contestado.

Durante a pesquisa, percebi a necessidade de abordar a historiografia do movimento para, ao compará-la com as minhas interpretações destas fontes, construir o conhecimento sobre o Contestado.

Os documentos produzidos durante a guerra do Contestado estão arquivados no Arquivo Histórico do Exército (AHE), que é a organização militar (OM) do Exército Brasileiro responsável pela guarda do acervo das OM extintas e dos registros pessoais de seus antigos integrantes, bem como da documentação de fatos relevantes para a história institucional da Força.

Localizado na cidade do Rio de Janeiro, o AHE mantém a documentação da guerra do Contestado em boas condições de conservação e organizada, facilitando a consulta de pesquisadores. Entretanto, estes documentos necessitam passar por um processo de digitalização, caso contrário, poderão, no futuro, ficar sem condições de consulta devido ao estado de deterioração atingido por alguns deles.³⁴

A preservação destes documentos leva-me a pensar a respeito do interesse do Exército Brasileiro em preservar as memórias construídas e, conseqüentemente, as histórias contadas por eles. Além disso, muito importante para a instituição devem ser os ensinamentos adquiridos naquela guerra, que levaram a um aprimoramento da forma de se combater em um ambiente operacional semelhante àquele e frente a um oponente que não aplicou técnicas convencionais de combate, como foi o caso no Contestado.

³⁴ Durante a pesquisa tive a oportunidade de colaborar, ainda que minimamente, fornecendo os arquivos digitais por mim produzidos, mesmo que sem uma qualidade profissional.

Ficou evidente que o arquivamento dos documentos do Contestado passou por uma reestruturação nos últimos anos, isso porque observei uma forma diferente de catalogação das pastas, quando comparei a citação desta fonte pesquisada por Paulo Pinheiro Machado, na sua tese de doutorado defendida em 2001 e a atual forma de catalogação.

Os integrantes do AHE não souberam responder a respeito desta reorganização e ausência de documentos, o que pode ter explicação na elevada rotatividade dos militares que lá trabalham nesta atividade. Surge o questionamento se, durante esta reorganização, teria sido perdido algum documento.

Estes documentos estão acondicionados e catalogados de forma organizada por tipos, ficando fácil perceber que cada um deles tinha uma função específica no contexto da Guerra, como por exemplo: os autos de perguntas e os inquéritos policiais militares eram registros das inquirições realizadas com sertanejos da região suspeitos de participação no movimento; os telegramas eram documentos que se prestavam a transmitir mensagens sobre a guerra, muitas delas referentes a questões administrativas e logísticas do combate; as ordens do dia eram expedientes utilizados pelos comandantes para transmitir oficialmente suas ordens às tropas, além de registrar acontecimentos que mereciam destaque e que poderiam funcionar como bons exemplos a serem seguidos por todos os militares; e outros.

Os registros destes documentos são feitos a partir de uma linguagem específica do meio social dos militares, constituída de evidências e registros de experiências de sujeitos históricos, a qual deve ser interpretada de acordo com sua historicidade e peculiaridade. Como toda fonte histórica, estas também se mostram mais permeáveis a algumas perguntas e menos a outras, cabendo ao historiador fazer as escolhas teóricas e metodológicas mais adequadas à sua pesquisa e aos objetivos propostos para serem alcançados.

Desta forma, o desafio do historiador está na necessidade de ultrapassar as dificuldades para se desvendar os sentidos das informações contidas na fonte, tendo como foco o processo histórico constitutivo daquela linguagem específica, considerando, inclusive, as condições em que foi produzida, procurando atingir além dos limites do texto, perscrutando as relações que a envolveram e percebendo as tramas que dão sentido ao contexto social.

Procurei nestes documentos os significados construídos pelos autores, identificando o que viviam e o que faziam naquele momento, observando as terminologias empregadas a respeito dos sertanejos e outros sujeitos, tentando identificar de que modo influenciaram a

construção das memórias sobre o sertanejo e as questões que pressionaram o movimento, sendo este o alvo principal da interpretação destes documentos.³⁵

As obras literárias, de cunho memorialistas, que serão tomadas como fontes nesta pesquisa, trata-se da obra *Campanha do Contestado: episódios e impressões*, que teve seus três volumes publicados no período de 1916 a 1920 pelo então Tenente Demerval Peixoto, que participou da fase final do combate contra os caboclos do Contestado. Esta obra foi reeditada pela Fundação Cultural de Curitiba, em 1995, organizada em três volumes, sendo o primeiro *Raízes da Rebeldia*, o segundo *O Cerco e a Retirada* e o terceiro *A Grande Ofensiva*; e a obra *Memórias: dados para a história do Brasil*, escrita pelo General Setembrino de Carvalho, publicada em 1950 e, como dito pelo Coronel Lafayette Cruz, que prefaciou a obra, Setembrino visava mais revelar sua verdadeira imagem aos seus descendentes, sem as deformações provocadas pelas paixões de ideais e interesses contrários, do que a promoção da sua imagem na grande mídia.

A revista *A Defesa Nacional* (ADN), fundada em 1913 pelos Jovens Turcos³⁶, que tinham em comum o desejo de incutir no Exército uma cultura realmente profissional, ligada às necessidades da guerra moderna. Este desejo esteve associado ao clima belicista mundial instaurado na virada do século XIX para o XX, que acabou resultando na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Os exemplares da revista ADN podem ser encontrados na Biblioteca do Exército (BIBLIEX), na cidade do Rio de Janeiro, em cujo acervo histórico podem ser encontradas todas as edições, desde a primeira, em 1913.

Fernanda Nascimento nos diz que esta revista, considerada um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército, criaria aquilo que chamamos de uma “mentalidade militar”; pensamento ligado especificamente às questões de profissionalização e modernização do Exército no meio dos oficiais da instituição. A autora completa dizendo que, num segundo momento, a revista construiria, também, uma “mentalidade política”: pensamento em relação às questões políticas ligado, sobretudo, à relação da instituição militar com a sociedade. A partir das investigações feitas pela pesquisadora, é possível perceber que ADN tinha

³⁵ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1988, p. 25-30.

³⁶ Assim foram chamados os jovens que compuseram as turmas de oficiais brasileiros enviados à Alemanha, no período de 1906 a 1910, com o objetivo modernizar as forças armadas nacionais, em função do atraso do Exército e a preocupação de nossa diplomacia com a soberania do país, Cf. NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais do XXVI ANPUH, Petrolina, 2011, p. 2.

condições de contribuir na construção de uma memória a respeito do movimento social do Contestado, a julgar pelo seu alcance e prestígio, ao menos entre os militares.³⁷

Talvez tenha se tornado um lugar comum dizer que faltou à Revolta do Contestado um outro Euclides da Cunha para dar-lhe a notoriedade alcançada pelo fato histórico de Canudos. Mas até que ponto a sociedade brasileira estaria interessada em transformar a luta do Contestado em uma epopeia dramática de importância nacional? A quem interessaria divulgar que aqueles sertanejos souberam muito bem identificar seus inimigos, como os “coronéis”, o capital estrangeiro investido na região e o Governo Republicano do Marechal Hermes da Fonseca? Aqueles sujeitos entendiam que a situação local era fruto de uma política nacional e daí o motivo de dizerem-se monarquistas. Incomoda-me o fato de a memória deste movimento social não transmitir a ideia de que no Contestado travou-se uma dura guerra pela posse da terra e pela conservação dos costumes que a *Brazil Railway* e a madeireira *Lumber*, símbolos do capitalismo, vieram ameaçar.

O Contestado é um tema muito pesquisado por historiadores e pessoas interessadas em contar histórias a respeito do surgimento e da repressão deste movimento social, desde antes mesmo do término da guerra, em 1916.

Nestas narrativas é comum encontrar considerações a respeito da participação de militares do Exército na construção de uma memória sobre o movimento. Uma memória, muitas vezes, prejudicial à causa sertaneja e coerente com a formação intelectual da categoria, pretendendo com isso atingir objetivos políticos da instituição.

O objetivo deste trabalho é apreender como as narrativas militares produziram e difundiram a forma que o Contestado é lembrado, a despeito de uma produção historiográfica crítica às visões que menosprezaram aqueles sujeitos.

Para isso é necessário pesquisar quais foram as influências e os objetivos que pressionaram estas narrativas e como elas direcionaram as suas formas de interpretar o movimento sertanejo do Contestado e a necessidade de sua repressão, além de compreender como estes textos, muitos escritos no calor do momento da repressão, construíram memórias que contaram histórias sobre o Contestado.

Faz-se necessário analisar textos produzidos por militares, associando suas narrativas à historiografia do movimento para se perceber, nas entrelinhas dos registros e até mesmo nas

³⁷ NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais do XXVI ANPUH Petrolina, 2011, p. 6.

suas ausências, as intenções, os resultados esperados e os alcançados pela narrativa militar na memória do Contestado.

Assim, tendo como objeto a memória do Contestado a partir destas narrativas, elas são tomadas como fontes nesta pesquisa e não como bibliografia. Este procedimento permitirá a análise detalhada das influências e das intensões dos narradores das fontes pesquisadas neste trabalho.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo que o primeiro, tomando como fonte os documentos produzidos durante a campanha militar, investigará a contribuição do seu conteúdo e do entendimento dos seus autores na construção da memória sobre os modos de vida dos sertanejos, seu procedimento considerado cruel durante as batalhas, a sua cultura religiosa e a monarquia cabocla, buscando desconstruir a interpretação preconceituosa destas narrativas que desqualificou o movimento e seus integrantes.

No segundo capítulo serão exploradas as questões políticas locais, a indefinição das fronteiras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o empreendimento estrangeiro na região e a questão da ocupação das terras, buscando a compreensão de como Setembrino de Carvalho e Demerval Peixoto se apoiaram nestes temas para justificar a intervenção militar no Contestado e de que forma todo este processo de interpretação influenciou seus leitores, construindo memórias sobre o movimento social.

No terceiro e último capítulo, valendo-me da revista *A Defesa Nacional* como fonte, buscarei compreender o posicionamento político de um grupo de intelectuais do Exército Brasileiro com relação aos acontecimentos da Guerra do Contestado e como este posicionamento pode ter influenciado os militares na formação de suas opiniões sobre as questões que pressionaram este movimento social da região sul do Brasil.

CAPÍTULO I

DESQUALIFICAÇÃO DA CULTURA E DA VISÃO DE MUNDO CABOCLAS: “INNOCÊNCIO MATTOS É JAGUNÇO E UM DEGENERADO VAGABUNDO DA PIOR ESPÉCIE”

Era um inverno rigoroso e o vento gelado dos campos convidava as pessoas a reunirem-se em volta do fogo e nas rodas de chimarrão. Assunto não faltava na pequena cidade catarinense de Curitibanos (ver mapa p. 134), naquele agosto de 1912. O tema era o mesmo nas casas, no comércio e nos bares: a concentração de gente em torno do monge José Maria, em Taquaruçu (hoje Fraiburgo - ver mapa p. 134) e o descontentamento do coronel Francisco de Albuquerque, um grande latifundiário e líder político da região.

Era neste contexto que se realizava, no interior de Curitibanos, a festa do Bom Jesus. Naquele ano, a novidade era a presença do monge José Maria. Ele aparecia como sucessor legítimo de João Maria do Santo Agostinho, famoso beato que percorrera, no final do século XIX, os sertões catarinenses amparando os pobres e realizando curas. Agora ele ressurgia como reencarnação daquele místico, num momento de grande tensão social. Se aquela aglomeração de gente ali não era uma grande ameaça, poderia significar, pelo menos, um desafio à ordem e um ato de contestação aos poderosos da região.

A preocupação do coronel Albuquerque era tanta que ele mandou recado para o monge ir até Curitibanos para falar com ele. A resposta foi audaciosa: José Maria mandou dizer que a distância da casa dele até onde o monge se encontrava era a mesma que de lá até a casa do coronel. Como o monge não apareceu, Albuquerque telegrafou para o Governador do Estado, Vidal Ramos, pedindo tropas, já que, para Albuquerque, José Maria teria proclamado ali a restauração da Monarquia, tendo, inclusive, “[...] tirado retrato a cavalo, espada em punho”.³⁸

Este era um ótimo pretexto para mobilizar o governo, pois ainda estavam recentes as lembranças de Canudos. Devia-se “cortar o mal pela raiz”, para que não se revivesse um novo vexame do governo republicano.³⁹

Logo que foi avisado do telegrama do coronel Francisco de Albuquerque ao Governador catarinense Vidal Ramos, denunciando a intenção de se restaurar a monarquia em

³⁸A narrativa contida nesses 3 parágrafos foi construída a partir da obra de MACHADO, op.cit., p. 177-179.

Taquaruçu, José Maria, por questão de segurança, deslocou-se, com seus seguidores, para os campos de Palmas, instalando-se em Irani⁴⁰, região contestada pelo Paraná. Assim, o Governador paranaense enviou àquela região uma tropa do seu Regimento de Segurança, sob o comando do Coronel João Gualberto de Sá Filho, que partiu de trem da capital do Estado, no dia 12 de outubro de 1912, com um contingente de 400 homens, com destino ao ajuntamento do Irani, muito embora os interesses de José Maria e seus seguidores nada tivesse a ver com os problemas de limites territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Não havendo entendimento entre as partes beligerantes, já que Gualberto não compreendeu o caráter pacífico da presença de José Maria e este, por sua vez, não atendeu aos apelos de rendição por parte da tropa paranaense, deu-se o combate do Irani, no dia 22 de outubro de 1912, acontecimento que é tomado como marco inicial da Guerra do Contestado.

Na batalha do Irani foram mortos João Gualberto e o monge José Maria, mas não seriam enterrados, porém, a convicção do Estado da necessidade de se reprimir aquele movimento social, nem tampouco o ímpeto daqueles caboclos⁴¹ de se levantarem contra um estado de coisas que modificavam e prejudicavam não somente seus meios de subsistência, mas também sua cultura.⁴²

Segundo Rogério Rosa Rodrigues, o conflito entre caboclos “fanáticos” e tropas militares surgiu naquela região antes da chegada de José Maria, embora tenham se intensificado a partir da expedição comandada pelo General Fernando Setembrino de Carvalho, no ano de 1914. A campanha comandada por Setembrino, a derradeira contra os caboclos do Contestado, contou com um terço do efetivo do Exército Brasileiro e com recursos bélicos e estratégicos que nenhuma outra havia recebido, até então, para lutar contra aqueles trabalhadores.⁴³

³⁹ Maiores detalhes no capítulo 2 da tese de doutorado de RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

⁴⁰ A cidade de Irani-SC, existente nos dias de hoje como o mesmo nome, localiza-se a 146 km por estrada, a oeste de Fraiburgo-SC.

⁴¹ A denominação de “caboclo” não tem conotação racial, mas sim uma designação da condição social. Desta forma, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados ou peões. Assim, havia, também, brancos caboclos e imigrantes acaboclos, Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 514 f. Tese (Doutorado em História)-UNICAMP, Campinas, 2001, p. 130-131.

⁴² A cultura deve ser considerada como um processo social constitutivo, capaz de criar “modos de vida” (totais ou globais) específicos e diferentes, de forma associada com o aspecto material, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 25.

⁴³ RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 51-52.

A campanha comandada por Setembrino, justamente por ter sido a que, pelo menos de acordo com os registros do Exército, encerrou o grande esforço de repressão ao movimento, recebendo meios materiais, visibilidade social e uma maior importância política, foi a mais pesquisada pela historiografia. Os documentos de guerra produzidos por esta expedição foram consultados pelos militares que escreveram obras memorialistas sobre o tema, ainda no início do século XX. Desta forma, estes documentos, servindo de fonte primária para os primeiros textos literários sobre o Contestado, são a origem de um processo de construção da memória que influenciou, não somente a opinião pública da época, como também os primeiros pesquisadores deste movimento social de trabalhadores rurais do sul do Brasil. Como as narrativas destes documentos se posicionaram no campo de disputa pela memória do movimento social do Contestado?

Este capítulo tem por objetivo perscrutar estes documentos, que são textos não literários, com o auxílio de pesquisadores que se dedicaram à investigação deste tipo de fonte histórica⁴⁴, procurando interpretar e desconstruir a memória que pretendeu desqualificar o movimento e seus participantes. A análise destas fontes também permitirá identificar pistas de que os autores dos documentos reconheciam as questões de maior interesse para o movimento caboclo. Esta identificação possibilita, de igual modo, descortinar a forma preconceituosa que aqueles sujeitos tiveram sua imagem construída como pessoas ignorantes e cruéis.

Estas fontes consistem em documentos militares, produzidos durante a Guerra do Contestado, como telegramas, relatórios, partes de combate, ordens do dia, fotografias, inquéritos policiais militares (IPM) e autos de perguntas (com intenções investigativas); sendo estes dois últimos, os documentos mais ricos em impressões dos seus autores militares, passíveis de serem interpretados por um olhar histórico investigativo.

Tendo como objeto a memória do Contestado, a partir da análise da narrativa destes documentos da guerra, será possível identificar as influências e as intenções dos seus autores militares. A pergunta chave que norteará a pesquisa é: como ocorreu o processo histórico e social de produção da memória do Contestado a partir das narrativas contidas nestes documentos militares?

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 2001. MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1988. MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949**: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012. Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues por terem trabalhado com as mesmas fontes deste capítulo.

Os procedimentos da prática investigativa do historiador aproximam-se das atividades da polícia e da justiça, pela coincidência da necessidade de se reunir fontes materiais que permitam a compreensão de um determinado problema que possibilite a produção de um conhecimento que, no caso policial, poderá implicar em indiciamento e julgamento dos acusados. O historiador, porém, deve ter em mente que, diferente da polícia e da justiça, o relevante para a sua pesquisa não é o julgamento e sim as intenções contidas na narrativa, estejam elas explícitas ou não, considerando que elas serão a base para a formulação das hipóteses e da condução do processo criminal⁴⁵. Esta chave interpretativa que chamou a atenção de Moreira, apesar de referir-se a documentos relativos a processos criminais, também pode ser aplicada a outros tipos de documentos, com a finalidade de identificar suas intencionalidades, muitas vezes concebidas antes mesmo do registro da narrativa.

A narrativa histórica dos documentos militares deixa transparecer, aos olhos atentos, o posicionamento dos seus autores no campo de disputa pela memória sobre a história daquele movimento social, determinando, intencionalmente ou não, a forma como aqueles trabalhadores e todos os fatos envolvidos deveriam ser entendidos e lembrados. Esta prática é explicada pelo posicionamento político, pelo interesse de classe e pela cultura dos seus autores.

A problematização destas fontes permitirá compreender de que forma a interpretação dos militares do Exército Brasileiro, a respeito da cultura daqueles sertanejos e de outros fatores que pressionaram o movimento, influenciou a construção das memórias que contaram histórias sobre o Contestado e sua repressão, além de possibilitar o entendimento de como foi a produção sobre o Contestado a partir destes documentos de guerra.

As narrativas dos depoimentos dos sertanejos suspeitos de participarem ou de serem simpáticos ao movimento, por exemplo, precisavam ser registradas utilizando-se termos que fizessem sentido para seus destinatários. Assim, era necessário que o autor interpretasse os depoimentos antes de narrá-lo no documento oficial do Exército. Em alguns documentos é possível observar que o autor acaba por “assumir a posição do depoente”, ao empregar verbos na primeira pessoa, deixando transparecer a sua reelaboração daquela narrativa, alterando, muitas vezes, seu sentido e significado históricos, carregando-o com suas opiniões, já que ao “narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista”.⁴⁶

⁴⁵ MOREIRA, op. cit., p. 101-102.

⁴⁶ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 125.

Por outro lado, a interpretação subjetiva da narração contida em parte destes documentos não é somente por conta de seus autores, mas também por conta dos depoentes (no caso dos inquéritos policiais militares e autos de perguntas), que além de lembrarem-se dos acontecimentos, deveriam selecionar mentalmente as informações a serem prestadas de forma que não os comprometessem criminalmente.

Segundo Portelli, “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*”.⁴⁷ Assim, ao analisar o sentido dos fatos, será necessário investigar à luz da diferença entre o que se passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo.⁴⁸ No caso desta pesquisa, tanto as narrativas orais dos caboclos interrogados, quanto os relatos escritos pelos militares, devem ser comparados com a historiografia do Contestado.⁴⁹

Parto do princípio de que os documentos militares produzidos durante a expedição militar comandada por Setembrino de Carvalho e em períodos próximos a este contribuíram para a construção de uma memória incriminadora e preconceituosa do movimento e de seus sujeitos, influenciando a historiografia do Contestado, deixando, porém, pistas históricas que podem contribuir para o melhor entendimento da cultura, da sociedade e dos anseios daquele povo sertanejo.

Estas fontes devem ser analisadas de forma a se identificar as evidências das experiências de sujeitos históricos inseridos nas relações sociais apresentadas, cabendo ao historiador entender que este material foi produzido em meio às disputas vividas naquele momento e local históricos. Ao lidar com estes documentos não é suficiente ater-se ao que foi escrito, mas também ao como foi escrito, com o objetivo de se ultrapassar a barreira do uso corrente das fontes que costuma considerar apenas seu conteúdo objetivo, sem a necessária observação de quem, onde e com que interesses foram produzidas.⁵⁰

Depois de ler e reler atentamente os documentos, foi possível identificar os temas mais recorrentes nestes textos. Ainda que sem a preocupação em realizar um levantamento quantitativo preciso sobre o aparecimento deles, foi possível identificar a ênfase em temas

⁴⁷ PORTELLI, A. **A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro: vol. 1, n. 2, 1996, p. 60, grifo do autor.

⁴⁸ PORTELLI, A. **As fronteiras da memória.** O Massacre das fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. História e Perspectivas, Universidade Federal de Uberlândia, n. 25 e 26. Uberlândia, jul./dez. 2001/jan. jul. 2002, p. 9-26.

⁴⁹ Outras referências sobre oralidade na História: PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, n. 14. São Paulo: PUC-SP, fev. 1997, p. 25-39; e SAMUEL, Raphael. **Teatros de Memória.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, n. 14. São Paulo: PUC-SP, fev. 1997, p. 41-81.

⁵⁰ MOREIRA, op. cit., p. 39.

como: a) o procedimento no combate por parte dos caboclos e sua “agressividade” e “crueldade” contrastada com a “compaixão” das tropas do governo; b) a religião católica e o misticismo caboclo, entendido como “fanatismo” caboclo; c) a “monarquia cabocla” e seu significado; d) a arregimentação de pessoas para aderirem, tanto à causa cabocla, quanto aos intentos do governo republicano; e) o coronelismo e seus interesses políticos; f) o comunismo caboclo; g) os motivos que levaram os sertanejos a se juntarem aos acampados, bem como os motivos que os levaram a deixar estes acampamentos; e h) a preocupação em enaltecer a figura dos militares que foram considerados, já naquele momento, heróis da Guerra do Contestado. Apenas os considerados mais significativos para esta pesquisa serão abordados neste trabalho.

1. O COMUNISMO CABOCLO E A SOCIEDADE NO CONTESTADO

Innocêncio Manoel de Mattos, um lavrador de quarenta e três anos, aderiu ao movimento social dos caboclos do Contestado em junho de 1914, juntando-se ao grupo de Ignácio de Lima, acampado na região da serra dos Pinheiros, distante três ou quatro léguas da vila de Canoinhas (ver mapa p. 134). Em outubro do mesmo ano, Innocêncio resolveu apresentar-se às autoridades daquela vila por ter desistido de viver naquele acampamento. Este caso torna-se bastante curioso por ter sido este sertanejo submetido a duas inquirições: a primeira no dia 23 de outubro e a outra no dia seguinte, portanto, no dia 24, interrogado por dois diferentes militares encarregados, estando evidentes as diferentes interpretações e intenções das narrativas.

Os IPM e os autos de perguntas, como informado anteriormente, são os documentos onde se pode identificar a maior quantidade de impressões dos seus autores a respeito dos sertanejos e das questões que envolviam o levante caboclo, por isso serão os mais explorados nesta pesquisa.

A situação enfrentada pelos militares era bem diferente de uma guerra (chamada) regular, em que o inimigo pode ser identificado pelas suas vestimentas (uniformes militares) e a partir da existência de uma linha de contato, que, na terminologia militar, seria uma linha imaginária, balizada por acidentes geográficos nítidos na região de combate, que definiria a separação física (pelo menos em linhas gerais) entre os contendores, identificando-se, assim, o local onde se encontra cada força oponente.

No Contestado, os sertanejos inimigos das tropas poderiam, facilmente, serem confundidos com os caboclos que não participavam diretamente dos combates. Como não

usavam uniformes, não era possível delimitar-se, com clareza, o(s) local(is) que se encontravam. Salvo alguns acampamentos onde, sabidamente, eram seus locais de reunião.

A partir da análise dos IPM e autos de perguntas, concluí que a inexistência clara de uma identificação do seu inimigo levou os militares do Exército a realizarem diversos interrogatórios com pessoas suspeitas, que tinham por objetivo, inicialmente, esclarecer se o interrogado seria ou não um integrante do movimento caboclo e, em seguida, obter informações que lhes ofereceriam vantagens no combate, tais como origens dos gêneros alimentícios e suas rotas de abastecimento até os acampamentos ocupados pelos sertanejos, bem como as estruturas de segurança destes locais.

Esta prática resultava na produção de Inquéritos Policiais Militares e autos de perguntas, que poderiam (e deveriam) instruir processos criminais posteriores. Perscrutando estas fontes para além de seus conteúdos objetivos, é possível identificar as evidências das experiências de sujeitos históricos, da mesma forma que em outros caminhos trilhados pelos pesquisadores citados no referencial metodológico. É interessante observar que, após a sequência de perguntas, o militar encarregado da inquirição (sempre um oficial auxiliado por um escrivão) elabora um relatório em que, invariavelmente, relata suas impressões sobre o depoente, não somente a partir das respostas registradas no documento, mas também levando em conta sua análise subjetiva a respeito daquele sujeito. Neste relatório, sempre juntado ao final do processo, são registradas as conclusões do seu encarregado, apontando o que ele considera como verdade ou mentira, sendo, desta forma, o portador de uma pretensa verdade dos fatos.

Os depoimentos de Innocência serão citados ao longo de todo este item, sendo permeado por intervenções e interpretações de outros documentos igualmente importantes.

O primeiro depoimento de Innocência, o do dia 23, foi realizado na residência do delegado de polícia, o Alferes Antônio Marques de Souza, tendo sido registrado por Bento d'Oliveira Sobrinho, escrivão interino de paz em Canoinhas.

Cabe, neste momento, comentar a respeito do procedimento de uma inquirição e seu consequente registro em documento: o militar encarregado de tomar o depoimento, neste caso o Alferes Antônio de Souza, elabora as perguntas que devem ser respondidas pelo inquirido, neste caso o Innocência. Em seguida, o encarregado dita para o escrivão, neste caso o Bento Sobrinho, exatamente o texto que deve ser registrado no documento. É bem verdade que, com a prática diária e a frequência elevada com que este procedimento é realizado, é provável que o escrivão não aguarde a manifestação do encarregado e realize o registro diretamente a partir das declarações do inquirido. Neste caso a narrativa seria interpretada pelo escrivão que a

registrou no documento. De qualquer forma, ao final de sua produção, todos os participantes do processo de inquirição devem assiná-lo, representando que estão de acordo (pelo menos teoricamente) com as narrativas ali registradas.

Depois da qualificação do depoente, registro do nome, idade, profissão e de outras informações pessoais, foi elaborada a primeira pergunta:⁵¹

Perguntado como se deu sua ida ao reducto da Serra dos Pinheiros, de onde diz ter vindo apresentar-se n'esta Villa ao Coronel Commandante das Forças por ter-se arrependido de sua estadia naquelle lugar. Respondeu que o motivo que o fez apresentar-se foi ter conhecimento de uma carta que seu primo José Thomaz dirigio a um seu irmão que também se acha no reducto.⁵²

A pergunta, na verdade, exigia uma resposta a respeito de qual teria sido o motivo da ida de Innocência para o reduto, mas o registro feito diz respeito ao motivo de sua saída de lá. Observe que, juntamente com a pergunta, o encarregado da inquirição, o Alferes Antônio Marques, faz uma afirmação, dizendo ter o depoente “se arrependido de sua estadia naquele lugar”, não ficando claro ter sido motivada por uma declaração do inquirido. É provável que Innocência tenha declarado o motivo que o levou a juntar-se aos sertanejos do acampamento da região dos Pinheiros e que esta história não tenha interessado ao encarregado do inquérito, que tratou de não registrá-la no documento. Esta leitura atenta me faz pensar em qual teria sido o motivo que levou aquele trabalhador a se juntar àquelas pessoas que se levantavam por melhores condições de vida e por que teria o Alferes Antônio de Souza omitido esta informação naquele documento.

Naquela altura dos acontecimentos, era mais importante para a investigação policial descobrir os motivos que levariam os sertanejos a desistirem do movimento, do que os que levaram aquelas pessoas a se juntarem nos redutos e resistirem contra o governo. Assim, mesmo depois de ter perguntado o motivo da sua adesão ao movimento, o Alferes Antônio de Souza se concentrou em registrar os efeitos de uma carta a ele apresentada por seu primo José Thomaz, que o fez apresentar-se às autoridades.

Se dependesse da narrativa desta inquirição, nunca saberíamos qual foi o motivo alegado por Innocência para aderir ao movimento, isso porque, ao registrar a resposta, o escrivão, provavelmente orientado por Antônio de Souza, se atém ao motivo que fez

⁵¹ Na transcrição destes documentos militares, e das outras fontes, optei por manter a ortografia original para destacar as marcas de época e as hesitações características do imediatismo de muitos deles, provocando, algumas vezes, erros ortográficos, rasuras e imprecisões na caligrafia, já que, em sua maioria, foram confeccionados a mão. Acredito que esta postura diminua a possibilidade de se interferir na linguagem da fonte pesquisada.

⁵² Auto de perguntas. Innocência Manoel de Mattos, sem número, 23 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Innocêncio apresentar-se na vila de Canoinhas, quando deixou o acampamento, não registrando a resposta de Innocêncio para a pergunta formulada, qual seja, de como havia se dado sua ida para o reduto da Serra dos Pinheiros. Esta observação será relevante ao se comparar com o segundo depoimento a que foi submetido.

No dia seguinte, 24 de outubro de 1914, Innocêncio Manoel de Mattos prestou novas declarações, desta vez ao Primeiro Tenente Hermínio Castello Branco, Chefe de Polícia Militar, na própria vila de Canoinhas, nas dependências da chefatura de Polícia Militar.

As chefaturas de Polícia Militar foram criadas pela tropa federal logo nos primeiros dias de sua chegada no campo de batalha. Tinham por objetivo investigar os crimes militares cometidos, até mesmo por civis no caso de servirem como espiões (“bombeiros”, na linguagem sertaneja), levantarem-se contra o governo, fornecerem armamento, munição ou alimentos aos rebelados e tantas outras possibilidades, tudo de acordo com o Código Penal Militar em vigor nos primeiros anos do século XX⁵³. A criação destas chefaturas de Polícia Militar para atender o caso específico do Contestado, atendo-se a levantar informações relevantes para o sucesso das operações militares pode explicar o motivo pelo qual Innocêncio foi interrogado duas vezes, por pessoas diferentes.

Da mesma forma, após a qualificação do depoente, Castello Branco perguntou por que ele foi para o lado dos “fanáticos”, respondendo ele que

[...] tinha ido por sua livre vontade não sem ser entretanto, de algum modo influenciado por seu irmão Sylvino de Mattos que morava então em Boa-Vista; que as vantagens oferecidas pelos ‘Fanáticos’ eram as esperanças de uma vida fácil pela grande união que devia reinar entre eles.⁵⁴

Desta vez foi possível encontrar o registro do motivo pelo qual Innocêncio aderiu ao movimento: foi convencido por seu irmão Sylvino, que certamente teria vivido uma experiência que o fez acreditar que no acampamento desfrutaria de uma vida melhor, nas suas palavras, “de uma vida fácil”. Ele completou seu depoimento fazendo-nos entender que acreditava na existência de cooperação nos modos de vida dos sertanejos daquele acampamento dos Pinheiros.

⁵³ Relatório de autoria do Primeiro Tenente Hermínio Castello Branco, 25 abr. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 01, relatório 07, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, associado com o publicado em PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado: o cerco e a retirada**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. v. 2, p. 47-48.

⁵⁴ Auto de perguntas. Innocêncio Manoel de Mattos, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Esta declaração é importante para se identificar a existência de outros motivos para aqueles caboclos se juntarem ao movimento, que não seja a explicação reducionista baseada no dito “fanatismo caboclo”, embora o autor da narrativa insista em se referir àquelas pessoas como “fanáticas”.

Castello Branco poderia ter narrado esta história de uma outra forma, dizendo que Innocêncio teria sido forçado a ir ao acampamento, o que não era uma prática incomum ou, até mesmo, omitido esta resposta do inquirido, como entendo que foi a opção feita pelo seu colega Alferes Antônio de Souza, ao narrar o depoimento do dia 23.

Ainda a respeito da narrativa de Castello Branco, sobre o segundo depoimento de Innocêncio, o do dia 24, depois de responder diversas perguntas sobre a localização daquele e de outros acampamentos caboclos próximos, a quantidade de pessoas neles existentes, a composição de suas guardas e as origens do seu suprimento, Innocêncio declarou que abandonou o acampamento, depois de um período de quatro a cinco meses de permanência, por ter percebido que “a vida estava se tornando ruim; morrendo diariamente muita gente principalmente crianças”, resultado de uma grande incidência de disenteria e pela ocorrência de “muitos assassinatos”. No entanto, Innocêncio disse ter no acampamento fartura em carne de porco e sabão, sendo este último fabricado por eles próprios, julgando não haver “descontentes” entre seus habitantes, muito embora tenha complementado dizendo que estes “descontentes”, “[...] logo ao serem pressentidos serão fuzilados”.⁵⁵

Esta história poderia ter sido narrada dizendo que Innocêncio teria se arrependido, que não concordava com os métodos utilizados, mas não foi assim. Ele disse que a vida estava se tornando ruim. Ora, se ela estava se tornando ruim é sinal de que ela teria sido melhor em algum tempo. Além disso, os acontecimentos narrados como responsáveis pela piora das condições de vida naquele acampamento, podem perfeitamente ter origem na ação repressiva do Estado contra o movimento. Neste caso, as expectativas de Innocêncio com relação a uma vida melhor, acredito, devem ter se concretizado durante a sua estada no acampamento Ignácio de Lima nos Pinheiros.

Com relação aos “descontentes”, mesmo julgando que os identificados pelas lideranças seriam fuzilados, seria perfeitamente possível para Innocêncio reconhecê-los no meio do povo, durante seu convívio diário e suas conversas reservadas com aqueles sujeitos. É possível pensar que Innocêncio teria declarado existirem diversos “descontentes” no acampamento, se este fosse o caso. Se esta tivesse sido a declaração do depoente, Castello

⁵⁵ Idem.

Branco, sem dúvida, não hesitaria em registrá-la no documento. Desta forma, a minha interpretação é de que, mesmo com as dificuldades para se viver junto aos sertanejos levantados, apresentadas neste depoimento, ainda assim, de uma forma geral, era percebida como compensadora a permanência no acampamento dos Pinheiros. A sensação de se viverem uma vida melhor naquele momento ainda era presente no cotidiano daquelas pessoas, que mesmo sofrendo com a repressão militar para debelar o movimento, acreditavam que teriam sucesso na sua resistência.

Este também foi o entendimento de Ignácio Protaxisck, um rapaz de dezessete anos, em seu depoimento prestado no dia 24 de outubro de 1914, também narrado pelo Tenente Hermínio Castello Branco. Ignácio declarou que no acampamento de Campina Vieira, comandado por Aleixo Gonçalves, existiam “alguns descontentes”, mas que a maioria estava “disposta a brigar”⁵⁶.

A quantidade de descontentes que eram obrigados a permanecer nos acampamentos varia de acordo com o depoimento, com o acampamento levado em consideração e com a fase da guerra que se vivia na ocasião. Por exemplo, Pedro Zakalugem narrou em seu depoimento de 20 de dezembro de 1914 que no reduto de Colônia Vieira era muito grande o número de descontentes e que estava tendo início uma “revolta contra os que lhes detinham”. Disse ainda que “não se revoltaram antes porque estavam convencidos que o governo perdia e eles não queriam ficar mal; mas, agora que viram que o governo não manda mais a força para o matto, estão convencidos de que o governo ganhará e estão dispostos a ajuda-lo”⁵⁷. A partir desta A narrativa de Pedro encaminha-se a pensar que, mesmo os descontentes daquele momento, estiveram de acordo com a liderança da resistência e com seus interesses em um instante anterior, quando acreditavam que aquela resistência sairia vitoriosa. Passaram a desejar a sua saída do reduto a partir do recrudescimento da repressão feita pela tropa federal e do entendimento de que seriam derrotados.

Entender que, de uma forma generalizada, a maioria dos que habitavam os acampamentos caboclos lá estava obrigada, temendo as consequências que poderiam sofrer da própria liderança no caso de fuga é uma forma de desqualificar o movimento, fazendo parecer que o motivo pelo qual lutavam não era o desejo de muitos, mas sim o de alguns poucos que, de uma forma autoritária, oprimiam os demais para fazerem parte daquela resistência. Os

⁵⁶ Auto de perguntas. Ignácio Protaxisck, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁵⁷ Auto de perguntas. Pedro Zakalugem, sem número, 28 nov. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

documentos perscrutados neste capítulo descortinaram algumas pistas capazes de desconstruir este entendimento que gerou uma memória desfavorável aos trabalhadores do Contestado.

Voltando ao depoimento de Innocêncio, prestado no dia 23, narrado pelo Alferes Antônio, encontramos assim os motivos por ele ter abandonado o acampamento:

Disse mais que lá fôra illudido, porém, ao ter visto de perto aquelle movimento, só tinha vontade de retirar-se, o que não fazia de medo, porém agora, em virtude da situação, resolveu abandonar, deixando a sua própria família e fugindo pelas mattas com grande sacrifício [...]⁵⁸

Quais pressões motivaram o seu abandono do acampamento? Doenças? Assassínatos? Ou teria aumentado o rigor da repressão contra o movimento?

O depoimento narrado pelo Alferes Antônio passa um entendimento diferente do de Castello Branco. Antônio não nos deixa qualquer pista de que Innocêncio, em algum momento, tenha aprovado o modo de vida daquelas pessoas. Já Castello Branco, de forma intencional ou não, nos faz perceber que Innocêncio acreditava que, juntando-se aos sertanejos daquele acampamento, a sua vida iria melhorar, como de fato ele percebeu que ela era boa no início. A coincidência entre eles é que, tanto em uma quanto em outra, se entende que, em algum momento, deve ter ocorrido uma mudança, para pior, na qualidade de vida naquele acampamento. Tudo isso se encaminha de forma a se pensar que as dificuldades de sobrevivência nos redutos tenham decorrido da ação repressiva da tropa, que atuava de forma a cercar os acampamentos privando-os de gêneros de subsistência, para assim provocar rendições.

Ignácio Protaxisck, no depoimento já referido⁵⁹, também narrou que “em Caçador, reducto de Mocinha, há muita gente porém muitas estão morrendo de febre”. Entendo que as mortes por doença nos acampamentos caboclos eram ocorrências numericamente superiores ao que se costumava observar nas vilas e cidades e nos próprios redutos em situações anteriores ao recrudescimento da repressão, por isso foi digno de relato no depoimento de Ignácio. Assim, é possível deduzir-se que o cerco militar provocou uma piora nas condições de vida dos caboclos do Contestado que procuravam construir um modo de vida diferente nos acampamentos da resistência cabocla. A piora nas condições de vida daqueles trabalhadores

⁵⁸ Auto de perguntas. Innocêncio Manoel de Mattos, sem número, 23 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁵⁹ Auto de perguntas. Ignácio Protaxisck, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

não decorria do seu novo modo de vida nos acampamentos, mas sim do cerco militar imposto pela repressão ao movimento.

Encontrei outros relatos que falavam a respeito desta piora nas condições de vida. Estephano Seideloski, de quarenta e dois anos, em seu depoimento disse que nos redutos de Caçador e Pedra Branca morriam até dez pessoas de febre por dia⁶⁰. O agricultor Pedro Zakalugem, em seu depoimento, narrou que no acampamento de Colônia Vieira as dificuldades enfrentadas como efeito do cerco não ficavam apenas nas mortes por doenças, que somavam de sete a oito diariamente, mas também narrou dificuldades com o que vestir e o que comer, restando apenas canjica para alimentar as pessoas⁶¹. Sebastião Padilha, um lavrador de vinte e dois anos, também declarou em seu depoimento que no reduto de Bom Sossego, entre os rios Tamanduá e Timbó, estava “sofrendo privações de víveres”, principalmente sal e farinha, e que em decorrência disso ocorreu um surto de doença que estava matando de dez a doze pessoas por dia, principalmente mulheres e crianças.⁶²

Maurício Vinhas de Queiroz, a partir de suas Pesquisas, inclusive com depoimentos de pessoas que viveram nos redutos caboclos, considerou que a vida nos redutos era melhor do que a que levavam em suas casas de origem, e que estas boas condições cessaram a partir do recrudescimento da repressão.⁶³

Para melhor interpretar a narrativa destes militares autores destes documentos, torna-se necessário conhecer minimamente suas trajetórias. O Alferes Antônio era do Regimento de Segurança de Santa Catarina. Já Castello Branco era um oficial daquela instituição militar federal, com elevada consideração entre seus companheiros e superiores, a julgar pela sua nomeação para a destacada função de chefe de Polícia Militar, sendo possível encontrar no AHE vários documentos confeccionados por ele, dentre os quais destaco um relatório que se destinava ao Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, comandante da Coluna do Norte⁶⁴. Este relatório foi confeccionado em 25 de abril de 1915, portanto depois do combate de Santa Maria (ocorrido na cidade de Timbó Grande – SC. Ver mapa p. 133 e 134), o último travado durante a campanha de Setembrino, e a menos de um mês da desmobilização daquela

⁶⁰ Auto de perguntas. Estephano Seideloski, sem número, 08 dez. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁶¹ Auto de perguntas. Pedro Zakalugem, sem número, 28 dez. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁶² Auto de perguntas. Sebastião Gonçalves Padilha, sem número, 18 dez. 1914, caixa 01, pasta 10, IPM 10, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁶³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). 3 ed. São Paulo: Ática, 1981, p. 145.

⁶⁴ A Coluna do Norte era a denominação de uma parte da tropa que atuava contra os sertanejos no Contestado. Portanto, o Coronel Muniz Barreto era um oficial de alta patente, ligado diretamente ao comandante geral da expedição, o General Setembrino de Carvalho.

expedição, tendo por objetivo informar um resumo das suas atividades como chefe de Polícia Militar naquela operação.

Castello Branco narrou que ao ser nomeado para a chefatura de Polícia Militar pretendia atuar como o “ponto de contato entre a força e o povo, sentinella vigilante e tenaz entre a propriedade alheia e a tropa: juiz fiel entre a justiça e os sagrados direitos de cada um”. Como “ponto de contato” com o povo pretendia se fazer aceito naquela comunidade e para isso seria necessário contar as histórias que fizessem seus inimigos parecerem odiosos, cruéis e fanáticos, tornando, assim, necessárias suas prisões. Colocando-se entre a propriedade privada e a tropa fica clara a missão de que foi investido, qual seja a de defender os interesses dos mais ricos, mas não contra a tropa, porque sobre esta é lícito considerar que existia um grande controle hierárquico e disciplinar.

O governo se fazia presente naquele sertão brasileiro, de forma repressora, para defender os interesses da classe que lutava contra os trabalhadores do Contestado. Desta forma, esta clara orientação política deve ser considerada durante a leitura e interpretação dos documentos da guerra produzidos pelos militares.

Neste relatório é possível perceber elogios em demasia a seu superior, o “inteligente”, “honesto” e “acima de qualquer suspeita” Coronel Muniz Ribeiro, bem como o relato de que, na localidade sob sua jurisdição, não houve nenhum ato de violência ou depredação cometido pelo abuso de força por parte da tropa. Narrando desta forma, ele construiu uma memória enaltecadora da atuação da tropa militar, que lutou uma guerra cruel e sangrenta contra uma população “sem educação e analfabeta”, sendo este por ele considerado “o ponto luminoso de todo o Contestado – a ignorância”⁶⁵. Com este relatório, que resumia sua atuação no Contestado, Castello Branco pretendia apresentar uma imagem humanitária do Exército e se autopromover visando o sucesso da sua carreira. Estes eram os interesses que nortearam a conduta do Tenente Castello Branco ao narrar os documentos de sua autoria na Guerra do Contestado.

É possível identificar nos depoimentos de Innocência Manoel de Mattos referências a influências religiosas no movimento, contrárias à Igreja Católica, o desejo de se derrubar a República e estabelecer a Monarquia e a predisposição de se atacar a vila de Canoinhas, assassinando autoridades. Estas narrativas, que ocultaram o existente desejo de uma vida melhor por parte daquelas pessoas, influenciaram a construção do juízo de valor a respeito das

⁶⁵ Relatório de autoria do Primeiro Tenente Hermínio Castello Branco, 25 abr. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 01, relatório 07, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

intenções dos participantes do movimento social, por parte do encarregado da produção destes autos de perguntas, que não estariam completos sem seu relatório, última parte do documento que se presta a narrar as conclusões extraídas da inquirição, pretendendo ser um retrato da verdade à luz dos depoimentos prestados e das impressões e interpretações do seu autor.

Os relatórios das inquirições de Innocência, ao julgar aqueles trabalhadores e sua cultura, não faz isso sem uma carga considerável de valores morais que davam forma à luta de classes, expressando-se como uma tendência hegemônica que se construía naquele sertão catarinense, destacando-se a perspectiva capitalista em oposição àquele movimento social, relacionando-o, de forma reducionista, a um fanatismo religioso. Não encontrei pistas da intenção de se considerar legítima a cultura daquelas pessoas, procedimento que poderia levá-los à compreensão de muitas de suas atitudes e seus comportamentos, taxados de irracionais e não civilizados.

Por ser um resumo de todo o processo inquisitório, acredito que, no caso de premência de tempo, a autoridade a quem se destina a investigação, ou qualquer outra pessoa que viesse ter acesso a estes documentos, poderia optar por partir direto para a leitura do relatório, pulando as páginas referentes às perguntas e respostas. Esta desconfiança surgiu a partir da declaração de Castello Branco, neste relatório, dizendo que:

O depoimento de Innocência é longo e convem ler; é a mesma história de todos, mas, para o vosso governo parece que algo existe de importante. Submeto a vossa consideração para vosso governo.⁶⁶

Castello Branco não sugeriria a leitura integral do depoimento se esta fosse uma reconhecida praxe no meio militar. A partir desta consideração, vejo a narrativa dos relatórios com uma maior capacidade de influenciar a construção de uma memória a respeito dos sertanejos do Contestado e das questões que permeiam este fato histórico, pelo maior acesso ao seu conteúdo que, invariavelmente, aponta para uma matriz de pensamento baseado em uma opinião e não em uma demonstração, como o autor gostaria que o documento fosse entendido.

O relatório confeccionado no dia 25 de outubro refere-se aos dois depoimentos de Innocência, o do dia 23 e o do dia 24, pela constatação de que Castello Branco faz referências a informações contidas exclusivamente em cada um deles. Este relatório foi escrito com uma tinta mais forte que a utilizada para registrar as inquirições, ficando evidente, também, a

⁶⁶ Auto de perguntas. Innocência Manoel de Mattos, sem número, 23 out. 1914, caixa 01, pasta 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo nosso.

mudança no tipo de caligrafia. Tudo isso leva-me a perceber que as interpretações finais foram escritas pelo próprio Castello Branco, não tendo, neste caso, a possibilidade de uma outra interpretação intermediária do escrivão.

Devo concordar com Castello Branco quando ele afirma no relatório que “parece que algo existe de importante” nos depoimentos de Innocência. Encontramos nos dois a narrativa da existência de uma carta na qual constava um “appello”, cuja autoria foi atribuída ao General Setembrino de Carvalho, por meio do qual o governo oferecia garantias de vida a quem se apresentasse antes do início das operações. Innocência declarou desconhecer o meio pelo qual esta carta se fez chegar ao acampamento.

Quanto aos meios e os efeitos do Apello do Exmo Sr General Setembrino, não convém cogitar porque quando eu entrego aos jagunços daqui, digo: Não quero saber nem lhe pergunto os meios de que vão lançar mão para que os parentes e amigos leiam. De modo que agente sabendo que tudo aqui é mais ou menos jagunço ou espião não convém apertal-os neste ponto de vista.⁶⁷

Desta forma, analisando mais um dos motivos considerado como tendo influenciado a saída de Innocência do acampamento, Castello Branco nos dá uma pista da dimensão da aceitação dos ideais e dos métodos utilizados pelos caboclos rebelados, quando narra que todas as pessoas daquela região “é mais ou menos jagunço ou espião”.

Sendo assim, pode-se considerar que o movimento e seus interesses tinham a aprovação e eram apreciados por mais gente do que eles imaginavam que fosse. Esta foi uma pista deixada por Castello Branco do seu entendimento de que, mais do que somente os integrantes das “cidades santas”, a população aparentemente não rebelada concordava com a visão de mundo daqueles que pegaram em armas.

Em maio do ano seguinte, em 1915, depois do combate de Santa Maria, que marcou, para o Exército, o término da Campanha do Contestado, o General Setembrino, em uma de suas ordens do dia, também reconheceria que os ideais do movimento eram comuns à “totalidade da população sertaneja” e que a dificuldade em se perceber a amplitude do movimento levou às derrotas iniciais da repressão, ocasionando vantagens logísticas aos seus oponentes.

A partir da minha análise documental, entendi que as ordens do dia funcionam como um documento que oficializa decisões tomadas pelas autoridades, dando-lhes publicidade para que todos tomem conhecimento do seu conteúdo. Teoricamente, a ordem do dia seria (ou

⁶⁷ Idem, grifo do autor.

poderia ser) consultada por todos os militares, não podendo ser alegado desconhecimento no caso do descumprimento de alguma determinação ou decisão nela contida. Era uma forma de se indicar, com autoridade, de que modo se devem fazer as coisas.

Tendo em vista o público a que se destina, acredito que a narrativa da ordem do dia deveria ser a mais “politicamente correta” possível, de forma a não criar celeumas com relação ao seu conteúdo. Assim, é possível admitir-se que para a produção deste documento seriam confeccionados rascunhos prévios que deveriam passar pela análise da autoridade competente para emitir e responsabilizar-se pelo conteúdo daquela ordem do dia.

Assim registrou o General Setembrino na sua ordem do dia de número 60:

Nem só o Governo Federal como os de Santa Catharina e Paraná estavam bem longe de acreditar, que a rebelião tivesse dominado a totalidade da população sertaneja, avassalada pelo analfabetismo e pela superstição. Dahi a cometer-se a pacificação dos vastos sertões amotinados, a pequenos destacamentos, successivamente derrotados. O resultado de semelhante orientação foi prover os insurrectos de munições e armas de guerra, que lhes permitiram, nos últimos tempos assombrosa resistência, invencível sem o abnegado sacrifício de heroicos camaradas.⁶⁸

Por não ter identificado que a rebelião havia dominado “a totalidade da população sertaneja”, a repressão concentrou suas forças no ataque a pequenos destacamentos inimigos (as “cidades santas”). Mesmo alcançando vitórias sucessivas frente a estas resistências, este resultado não se prestou a “pacificar os vastos sertões amotinados”, já que os sertanejos que pegaram em armas podiam contar com o apoio de grande parte da população do Contestado.

A expedição comandada por Setembrino preocupou-se em investigar os sertanejos que não estavam nos acampamentos caboclos, identificando aqueles que apoiavam o movimento sem despertar a atenção da tropa, por estarem entre a população comum. Esta prática ofereceu vantagem à repressão, tanto pela obtenção de informações de caráter militar, como pode ser observado nas inquirições e nos autos de perguntas, como pela intimidação da população que se mostrava simpática à causa cabocla.

Muito embora não admita a possibilidade de que o caboclo pudesse estar buscando uma vida melhor, Setembrino entendeu que a totalidade da população sertaneja estava sendo “avassalada do mesmo mal”. Agora sabemos que grande parte da população compartilhava do mesmo sentimento que para os militares era o “fanatismo”, aqui chamado de “superstição”,

⁶⁸ Ordem do dia número 60, da Divisão Provisória em Operações, 16 maio 1915, p. 247, caixa 04, pasta 03, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo nosso.

e para Innocência era a busca de uma vida melhor em uma sociedade mais justa e mais solidária. Este era um dos principais aspectos dentro da disputa pela memória do movimento: o motivo pelo qual se levantaram.

Não quero descartar a influência da religiosidade cabocla no movimento, principalmente em sua fase inicial, mas desconstruir a visão reducionista que aponta para um “fanatismo” religioso, percebida a partir das interpretações destes documentos militares.

Voltando ao relatório final das inquirições de Innocência, Castello Branco considerava a adesão ao movimento um resultado da má índole de parcela daquela população que se apresentava “doente pelo fanatismo religioso” e que, embora tivessem outras formas de levarem suas vidas, teriam optado por serem jagunços, bandidos e vagabundos. O que não esperava é que os documentos confeccionados por ele e por seu escrivão nos dessem pistas de outras motivações existentes no meio dos sertanejos do Contestado e de que este entendimento não estava restrito aos que habitavam os acampamentos caboclos.

Em outro trecho do relatório o militar foi mais contundente em suas acusações, porém sem que as tivesse demonstrado no corpo do inquérito.

Examinando-se o presente depoimento verifica-se que, de facto, o individuo Innocência Mattos é jagunço e um degenerado vagabundo da pior especie: - o malandro sabe toda a história dos fanáticos, é antigo morador desta zona, e tendo conhecimento do apello do governo, fugiu deixando mulher e nove filhos com os bandidos.⁶⁹

Com relação à narrativa de Innocência ter fugido “deixando mulher e nove filhos com os bandidos”, nenhuma pergunta lhe foi feita para elucidar o motivo que o teria levado a esta decisão. Pode ter acontecido, inclusive, da mulher ter preferido lá permanecer com os filhos, no entanto, Castello Branco não deixou de narrar este fato.

Identifico neste trecho um juízo moral da parte do autor militar. Ele poderia ter ressaltado a deserção de Innocência e o fato de ter surtido efeito o “apelo do governo”, mas preferiu colocar o abandono da família no centro de sua argumentação. Desde o início do parágrafo ele preparou o seu discurso da prova sem provas, ou melhor, apresentando seu juízo moral como comprovação, que encontraria, certamente, apoio em todas as camadas sociais.

⁶⁹ Auto de perguntas. Innocência Manoel de Mattos, sem número, 23 out. 1914, caixa 01, pasta 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo do autor.

Da mesma forma, dizer que Innocência é “jagunço”⁷⁰ e “vagabundo” da pior espécie, soa como se ele tivesse decidido trilhar o caminho do crime no acampamento caboclo, por uma questão de má índole do seu caráter, rejeitando outras possibilidades de sustento da sua família, como se elas fossem amplamente ofertadas pela sociedade contestada. Mais uma vez, as acusações foram feitas sem provas e baseadas na interpretação do autor, ignorando a possibilidade da existência do desejo de uma vida melhor.

Esta narrativa contribuiu com a construção de memórias que pretendiam atribuir ao caboclo um caráter cruel, ainda mais tendo o autor grifado este trecho para que ficasse evidente entre os demais.

A sensação de que naquele acampamento de sertanejos do Contestado poderia ter vivido uma vida melhor é representativa de um grupo maior de pessoas, se considerado o aparecimento dos primeiros traços do “comunismo caboclo” levantado por Paulo Pinheiro Machado. Segundo o pesquisador, a prática comunitária cabocla pode ter origem nas práticas festivas, que reuniam fiéis de lugares distantes que necessitavam ser auxiliadas pelos festeiros para se manterem no local onde era realizado o evento.

Algumas pessoas de maiores posses, orgulhosamente, forneciam todos os víveres necessários para todos os convidados. O Lema atribuído a José Maria, passou a ser observado nos futuros redutos formados: ‘Quem tem, mói; quem não tem também mói e no fim todos ficarão iguais’.⁷¹

Vinhas de Queiroz também identificou este sentimento igualitário nas suas pesquisas. Segundo o pesquisador, os bens possuídos anteriormente ao movimento, eram postos a disposição do grupo, mesmo daqueles que nada possuíam. O pesquisador complementa dizendo que na fase mais aguda da repressão, esta prática era indispensável para reforçar a coesão do grupo contra o inimigo.⁷²

O desejo de formar uma sociedade mais justa era influenciado pela cultura religiosa dos caboclos do Contestado. Nas chamadas Cidades Santas, como eram chamados os

⁷⁰ O interesse pela manutenção do poder político (a qualquer custo) por parte da classe dominante era visivelmente marcante na sociedade do Contestado. O esteio do poder do “coronel”, na política coronelista brasileira, era o jagunço. O termo jagunço tem origem no nome de uma arma usada pelo vaqueiro, o chuço. Com o passar do tempo passou a designar o homem que a usava, que normalmente era o guarda-costas dos políticos do senhor de engenho. Jagunço “é o homem de guerra, não forçosamente o cangaceiro, o bandido, o fora da lei, no qual, todavia, a perseguição policial e a conjuntura da vida poderão transformá-lo”. Da Bahia o termo alcançou toda a região Nordeste e reapareceu na região do Contestado. Cf. RIOS, José Arthur. **O Contestado**: um centenário. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 33-34.

⁷¹ MACHADO, op. cit., p. 193.

⁷² QUEIROZ, op. cit., p. 142.

acampamentos caboclos, existia a preocupação com o respeito às normas internas e com a “substituição da desordem pela ordem, da lei vigente por uma outra lei”⁷³. A nova sociedade tomava formas de uma irmandade que se preocupava em se fazer identificar por meio de símbolos, seja de uma fita amarrada no chapéu ou por bandeiras brancas com uma cruz verde que, segundo José Tavares Freire, tinha o objetivo de distinguir os irmãos daquela comunidade⁷⁴. Estas bandeiras, símbolos de identificação da irmandade cabocla, não eram poucas e tinham a sua importância para o movimento reconhecida pelas tropas militares repressoras.

O relatório de combate, outro tipo de documento consultado durante a pesquisa, tinha o objetivo de relatar os resultados de uma investida de uma determinada tropa destacada para executar uma tarefa específica. Contudo, eles não se atinham exclusivamente a estes resultados, relatando seu sucesso ou fracasso e a quantidade de mortos e feridos de ambos os lados contendores, mas também descreviam detalhes de como a tropa se organizou para aquele combate, como os sertanejos teriam resistido ou reagido àquela investida e, muitas vezes, chegando a conclusões de quais atitudes poderiam ter sido tomadas para um melhor rendimento nas diversas áreas do combate. São documentos redigidos, normalmente, passadas algumas horas (ou dias) do acontecido e dirigidos a superiores hierárquicos dos autores dos textos, portanto com uma provável intencionalidade, implícita, de enaltecer os feitos da tropa sob seu comando. As partes⁷⁵ de combate seguem uma lógica análoga à do relatório.

Foi por meio de um de seus relatórios de combate que o Capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara relatou os efeitos causados no inimigo que resultaram da investida de sua tropa ao sair de Canoinhas regressando a Reichardt:

[...] causamos ao inimigo os seguintes prejuízos: [...] perfazendo a soma total de 167 mortos [...]. Aprehendemos: 6.220 cartuchos de guerra para fuzil Mauzer, 1350 cartuchos de guerra para clavinas Winchester, 6 fuzis Mauzer, 41 Winchesters, 63 facões grandes, 105 bandeiras brancas com cruz azul no centro, 30 machados, 18 foices e muitos outros artigos sem importância [...].⁷⁶

⁷³ GALLO, Ivone Cecilia D'Ávila. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. 1992. Dissertação (Mestrado)-UNICAMP, Campinas, 1992, p. 231-232.

⁷⁴ Auto de perguntas. José Tavares Freire, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁷⁵ Documento utilizado para prestar algum tipo de informação, participar um acontecimento, destinando-se, normalmente, a um superior hierárquico.

⁷⁶ Relatório de autoria do Capitão Potyguara, destinado ao Tenente-Coronel Manoel Onofre, comandante da Coluna do Norte, 13 fev. 1915, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo nosso.

O cuidado do Capitão em relatar ao seu superior hierárquico a apreensão das 105 bandeiras, além de causar uma confusão a respeito da cor das cruzes que iam ao centro, neste documento relatado como sendo azuis e não verdes como havia narrado José Tavares Freire, deixa transparecer a importância que este símbolo tinha para os caboclos, pela grande quantidade apreendida e o reconhecimento desta importância por parte da tropa repressora, que poderia ter incluído estas bandeiras em “outros artigos sem importância”. Os caboclos desejavam fundar uma nova sociedade, fundamentada em um princípio igualitário da irmandade cabocla e os militares sabiam da importância deste objetivo para aquelas pessoas, embora tenham preferido ocultá-lo nas narrativas destes documentos de guerra.

Este seria o “comunismo caboclo” que o Alferes Antônio Marques procurou silenciar na sua narrativa do depoimento de Innocência, no dia 23 de outubro de 1914. Já o entendimento de que a vida fora do acampamento não era tão boa assim, é resultado da interpretação da própria sociedade cabocla, a qual Castello Branco não conhecia profundamente ou, conhecendo, pretendeu ocultar.

O “comunismo caboclo”, segundo Machado, pode ser apreendido como um sentimento de auxílio mútuo entre os sertanejos, originado a partir da prática de festejos religiosos locais, portanto, influenciado pela cultura cabocla e por pressões econômicas e sociais que sofriam.⁷⁷

Estas práticas sociais comunitárias, segundo Paulo Machado, foram criadas a partir de um processo de reelaboração mística da crença no monge José Maria, após a sua morte, baseada na concepção sertaneja de monarquia, na rejeição às práticas republicanas dos coronéis, resultando em algo efetivamente novo: o “comunismo caboclo”.

“A maioria dos sertanejos rebeldes compartilhava de uma visão mística sobre o processo de construção de uma nova ordem social que convivia com uma nítida compreensão de que lutavam contra interesses dos ricos e poderosos, organizados em torno do Estado”.⁷⁸

O processo de reelaboração mística, ocorrido após a morte do monge José Maria no Irani, levou à construção de um projeto distinto e autônomo de sociedade: o “quadro santo”, tendo como base a concepção sertaneja de monarquia, a negação do regime republicano dos coronéis e a reelaboração dos ensinamentos de João Maria, com a criação de algo efetivamente novo, as práticas sociais comunitárias, o “comunismo caboclo”.⁷⁹

⁷⁷ MACHADO, op. cit., p. 193.

⁷⁸ MACHADO, op. cit., p. 295.

⁷⁹ MACHADO, op. cit., p. 338.

No Contestado, a estrutura de classes sociais baseava-se em um sistema de dependências, em que os chamados coronéis posicionavam-se no topo da pirâmide. Eram latifundiários, criadores, comerciantes, patriarcas de grandes famílias, sempre apoiados em extensas redes de parentesco e agregados. Detinham o monopólio do poder político na região.

Logo abaixo deles vinham os fazendeiros de médio porte (os chamados capitães também de inspiração na Guarda Nacional), que tinham a posse da terra, mas não a propriedade legal. Em seguida vinham os lavradores de pequenas posses de terra, geralmente afastadas das grandes fazendas, mas próximas dos ervais (de onde era extraída a erva-mate).

Na base da pirâmide estavam os agregados e os peões que viviam nas grandes e médias propriedades, exercendo todo tipo de atividade: cuidavam do gado, extraíam erva-mate, executavam trabalhos de lenhador, de domador, entre outros. Havia um laço de dependência entre “coronéis” e agregados, que vinha do domínio que aquele tinha das estruturas materiais e, também, de uma rede de troca de favores, que se configurava em proteção⁸⁰. Esta manutenção da condição de submissão econômica e social do sertanejo, fazendo com que ele dependa dos favores do coronel, leva-me a entender a sociedade do Contestado como uma sociedade paternalista.

No Contestado, as relações sociais do Contestado podem ser entendidas com o auxílio dos estudos de E. P. Thompson, que introduziu o elemento cultural, em particular a cultura popular, para participar da disputa de forças sociais, em “um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”.⁸¹ Assim, é possível entender que as relações sociais e de trabalho no Contestado estabeleceram limites aos caboclos, na medida em que os grandes latifundiários, os coronéis, exerceram poder sobre seus agregados e peões apadrinhados, combinando autoritarismo e concessões carregadas de sentimentalismo.

A percepção destas classes sociais se deu a partir da identificação de interesses contraditórios entre grupos que formavam aquela sociedade. Interesses que não diziam respeito somente à apropriação dos meios de produção, mas, também, à cultura⁸² de cada um daqueles grupos. Isso porque, segundo Thompson, as classes não existem separadamente como entidades, identificando à sua volta uma classe inimiga e iniciando a luta. Ao contrário,

⁸⁰ Trecho sobre classes sociais, Cf. TOTA, op. cit., p. 16, e RIOS, José Arthur. **O Contestado: um centenário**. In: WEHLING, Arno et al (Org.). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 34-35.

⁸¹ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

⁸² A cultura pode ser entendida como os modos de vida e de luta expressos nas práticas, nos processos simbólicos, nos rituais, nas tradições, na elaboração e reelaboração de valores, nas diversas formas de lazer, no

as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em determinados modos de vida (que se relacionam principalmente, mas não exclusivamente, com os meios de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, iniciam a luta por estes interesses e, no processo de luta, se descobrem como classe possuidora de uma consciência de classe. A classe e a consciência de classe, ainda segundo o autor, são sempre as últimas fases do processo histórico, ou seja, a consciência de classe é sempre histórica, alterando-se em um processo ativo.⁸³

Segundo Paulo Machado, os agregados e os peões das grandes fazendas, do planalto catarinense no século XVIII, estavam submetidos, quase que absolutamente, ao poder dos grandes fazendeiros, não somente pela posse das estruturas materiais, mas também por laços de compadrio que os sujeitava a obrigações muito mais complexas que as relações de trabalho livre modernas. Além de dar conta de todas as tarefas afetas à atividade principal da fazenda: criação, plantação e outras, os agregados e peões tinham, ainda, que se apresentarem sempre como soldado leal às empreitadas políticas e militares do seu patrão, inclusive arriscando sua vida na defesa destes interesses frente aos desafios do seu chefe. Normalmente essa força de trabalho nascia e morria trabalhando na mesma fazenda, servindo aos interesses do mesmo patrão e família. Daí as relações de compadrio, que regulavam e legitimavam a subordinação social. Frequentemente os patrões eram padrinhos dos filhos dos seus peões e agregados, tornando-os compadres, significando, segundo a tradição católica, uma proteção para aquela criança, já que seu padrinho poderia assumir responsabilidades a respeito de seu futuro. Por outro lado, o padrinho receberia em troca a lealdade do compadre e do afilhado, garantindo braços fortes e bem dispostos a defenderem os interesses políticos e econômicos.⁸⁴

Apesar disso, Machado alerta que os peões e os agregados não se apresentavam completamente submetidos aos interesses dos patrões, já que foram observados, mesmo na região dos campos de Lages, que apresentava grande polarização social, diversos fatos que denotaram a existência de conflitos, tais como assassinatos brutais, roubo de gado e atuação de quadrilhas de salteadores. A resistência sertaneja naquela região contestada foi organizada

viver no campo e no viver nas cidades; elementos envoltos em tensões e contradições, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 17-26.

⁸³ THOMPSON. Edward P. **La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?**. In Tradicion, revuelta y consciencia de classe. Barcelona: Critica, 1979, p. 37.

⁸⁴ MACHADO, op. cit., p. 67-68.

a partir do entendimento de que as relações conflituosas que viviam não eram consideradas como um caminho sem volta.⁸⁵

Algumas informações contidas nas narrativas aqui apresentadas e em tantas outras, saltam aos olhos e me fazem pensar a respeito dos seus sentidos e significados: a forma como alguns sertanejos eram coagidos a se juntarem ao movimento e as ameaças de morte que recebiam para nele permanecerem.

Em vários documentos encontrei o registro de declarações de sertanejos, oriundos dos acampamentos caboclos, que acabavam de se apresentar para as autoridades por terem desistido de lá viverem, dizendo terem sido eles, sob ameaças, obrigados a se juntarem aos levantados. Até ler os depoimentos de Innocêncio, eu entendia que esta narrativa, em alguns casos, poderia ser resultado da intenção do inquirido em se defender de uma acusação de participação no movimento. Abre-se agora uma nova chave interpretativa: a da intenção do encarregado em omitir que poderia haver outro motivo para também se juntarem aos levantados. Afinal, a atuação da tropa federal somente se legitimaria se ficasse claro para a sociedade que estava combatendo contra um “bandidismo cruel e fanático” que obriga as pessoas a dele fazerem parte, ameaçando suas vidas.

O entendimento de que aquelas pessoas buscavam uma alternativa de vida que fosse melhor do que a imposta pela sociedade cabocla comprometeria a imagem da intervenção do Estado naquela região contestada perante a opinião pública e, quem sabe, até mesmo interferir na motivação para o combate por parte dos militares, não ignorando a existência de narrativas dos próprios militares que não escondem terem existido desertores nas tropas federais que não somente abandonavam as linhas de combate do Exército, mas também passavam a combater no lado do inimigo, como narrou o Capitão Joaquim Pereira Piracuruca o depoimento de Sebastião Gonçalves Padilha, contando que no reduto de Bom Sossego existiam “quatro praças do Exército”.⁸⁶

2. A “CRUELDADE” DOS CABOCLOS E A “COMPAIXÃO” DOS MILITARES

Estes documentos militares apresentam os caboclos como cruéis inimigos que, estando afastados da civilização⁸⁷, deviam ser reprimidos pela tropa federal que, diferentemente

⁸⁵ MACHADO, op. cit., p. 66-67.

⁸⁶ Auto de perguntas. Sebastião Gonçalves Padilha, sem número, 18 dez. 1914, caixa 01, pasta 10, IPM 10, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁸⁷ Neste contexto, civilização encontra-se compondo um significado pejorativo referente ao modo de vida do caboclo do Contestado, atribuindo-lhe uma condição de barbárie, merecedora de ser colocada no caminho do “progresso”, substituindo os impulsos mais “humanos”, pelo cultivo de propriedades “externas”, tais como a polidez e o luxo, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 19-20.

deles, mesmo atuando em um ambiente de guerra, os trataria com humanidade. Assim narrou o Coronel Júlio César Gomes da Silva, comandante da Coluna Leste, em sua parte de combate remetida ao General Setembrino de Carvalho, publicada na Ordem do Dia da Divisão Provisória em Operações número 40, de 20 de abril de 1915.

Em prosseguimento da segunda phase do plano de VExa – o constrangimento pela força, dos refractários a civilização pela vossa orientação humanitária, marcheï para a Colônia Vieira, dia 19 de janeiro findo, onde estabeleci minha base de operações.⁸⁸

A existência de depoimentos que afirmavam que os sertanejos foram obrigados a se juntarem ao movimento não pode ser considerada uma prova (no mais clássico sentido positivista) da crueldade dos militantes do movimento social do Contestado. Antônio Gaspar de Miranda, um carpinteiro de trinta anos, narrou sua experiência em um depoimento prestado no dia 05 de fevereiro de 1915, na cidade de Rio Negro, no Paraná, ao Alferes Benedicto Tertuliano Cordeiro, Delegado de Polícia, tendo como escrivão Luiz Carias de Oliveira:

[...] em diaz do mês de Setembro do anno findo achando-se elle interrogado trabalhando em um engenho de serra ahi chegaram dois fanáticos que intimaram-lhe ir a presença de Antônio Tavares Junior chefe dos mesmos que elle interrogado acompanhou-os levando o seu armamento foi apresentado ao referido Tavares que declarou-lhe estar reunindo gente por ordem “Monge” João Maria para executar a sentença da questão de limites entre este Estado e o de Santa Catharina, que esse interrogado ficou no acampamento de onde sahia diversas vezes comandando piquetes para rebanhos de gado, tendo feito parte também do ataque as forças legais em Papanduva que depois de tomado o reducto de Itajahy pelas forças legaes elle interrogado conseguiu escapar-se com Tavares e mais companheiros tendo fugido destes no Rio Itajahy apresentando-se as forças do governo.⁸⁹

Apesar da declaração de intimidação para juntar-se ao acampamento caboclo, não descarto a possibilidade de Antônio de Miranda ter narrado esta versão dos fatos para livrar-se de uma acusação, o que parece-me ser bem razoável se considerarmos o tempo que permaneceu no acampamento até a sua fuga, aproximadamente cinco meses, tendo desempenhado a função de comandante de piquete para arrebanhar gado, tudo isso fazendo-me entender que ele estava bem integrado ao grupo. É provável que durante a execução das

⁸⁸ Ordem do Dia número 40, da Divisão Provisória em Operações, 20 abr. 1915, caixa 01, pasta 08, IPM 08, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁸⁹ Auto de perguntas. Antônio Gaspar de Miranda, sem número, 05 fev. 1915, caixa 01, pasta 16, IPM 24, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

suas atividades tenha tido oportunidade de fugir, não o fazendo por algum outro motivo ocultado neste documento.

É curioso observar que também os militares que participaram da guerra desconfiavam da facilidade com que os vindos do acampamento para apresentarem-se às autoridades, diziam terem conseguido escapar de lá. O já conhecido Tenente Castello Branco, ao narrar o relatório resultante das inquirições de Francisco Thomas⁹⁰ e Gregório Chevichuke⁹¹, ambas realizadas em 21 de outubro de 1914, na vila de Canoinhas, resume assim os depoimentos:

[...] de fato foram eles presos pela gente do bandido Aleixo e estiveram durante três dias debaixo de ordens e dois dias em relativa liberdade.[...] Para se livrarem dos fanáticos dizem elles: - que uzaram do plano de se dizerem também fanáticos, frequentaram os exercícios e trabalharam muito. De modo que não se pode fazer um juízo seguro. Por um lado as autoridades civis da villa fazem boas referencias; por outro lado, o principal - : a facilidade com que todos que são presos voltam de novo! – No meu juízo são eles espíões é certo que, de certo modo, á força mas o que não padece duvida é que eles são. Assim, vos remeto o prezente interrogatorio para os devidos efeitos.⁹²

Castello Branco inicia sua narrativa afirmando categoricamente que Francisco e Gregório realmente foram obrigados a se juntarem ao movimento, no acampamento liderado por Aleixo. Prosseguindo, ele conta que os inquiridos teriam fingido serem fanáticos, tendo participado dos exercícios e dos trabalhos diários. Neste ponto da narrativa parece-me que Castello Branco começa a desconfiar que Francisco e Gregório teriam aderido ao movimento por vontade própria e que diziam o contrário para livrarem-se de possível acusação.

As informações que Castello Branco recebeu a respeito daqueles dois homens eram positivas, o que deve ter causado uma confusão tremenda na sua cabeça: como pessoas de “boas referências” poderiam juntar-se, espontaneamente, àquela “gente do bandido Aleixo”? Estava difícil emitir um juízo de valor sobre aqueles dois homens quando Castello Branco se dá conta da grande frequência com que se depara com narrativas de caboclos que dizem ter conseguido fugir, depois de terem sido presos e levados para os acampamentos do movimento.

O autor do documento, na medida em que vai narrando sua história, faz algumas reflexões a respeito deste e de outros tantos casos que ele já presenciou. Por fim, tendo que

⁹⁰ Auto de perguntas. Francisco Thomas, sem número, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁹¹ Auto de perguntas. Gregório Chevichuke, sem número, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

emitir um parecer oficial que prosseguiria causando seus efeitos legais e, principalmente, influenciando seus leitores na construção de memórias sobre aquele movimento, Castello Branco afirma serem eles espões de Aleixo, porém agora sem a mesma convicção que tinha, no início da narrativa, de terem eles sido obrigados a se juntarem ao movimento. A descendente convicção do autor fica transparente ao se comparar as narrativas: partindo do entendimento de que “de fato foram eles presos pela gente do bandido Aleixo”, chegando ao entendimento de que “são eles espões [...] de certo modo, á força”.

A construção do entendimento de que era generalizada a forma coercitiva como muitos sertanejos se juntaram aos integrantes dos acampamentos caboclos pretendia criminalizar o movimento social, apresentando-o como uma prática cruelmente imposta, não sendo, assim, um desejo legítimo da maioria daqueles sujeitos. É bem verdade que as arregimentações não foram feitas sem conflitos, mas a generalização desta prática é questionável, a partir da constatação de um militar, com experiência na prática de interrogar os caboclos suspeitos, de que poderia se duvidar da declaração de muitos deles terem sido obrigados a se juntarem ao movimento, com o objetivo de se livrarem de uma acusação.

Quanto mais as memórias construídas sobre o movimento, pelas narrativas dos documentos militares, se aproximava do entendimento de que seus participantes foram obrigados a dele participar e ameaçados para nele permanecerem, por meio de uma ação “bárbara” daqueles “bandidos” “fanáticos”, menos se perceberia a existência do desejo de uma vida melhor como determinante para se atrair adeptos à causa do “comunismo caboclo”.

A prática de obrigar a participação dos cidadãos naquela guerra também foi adotada pela tropa federal. Como exemplo, a Coluna Sul, comandada pelo Coronel Francisco Raul d’Estillac Leal, que intimava pessoas a comparecerem armadas, municiadas e montadas a fim de prestarem o serviço militar. Os que atendessem à intimação receberiam uma remuneração pelo serviço e os que se recusassem seriam presos e conduzidos para o acampamento da tropa federal. Esta informação foi narrada pelo Tenente Demerval Peixoto, na sua obra *Campanha do Contestado*, escrita durante e logo após a guerra do Contestado, da qual tomou parte como integrante da Coluna Sul.⁹³

As ameaças de morte contra os sertanejos para permanecerem na resistência contra o governo não era uma prática exclusiva das “cidades santas”. A tropa federal também utilizou este expediente para impelir os militares a cumprirem com seu dever, mesmo tendo que

⁹² Relatório referente aos Autos de Perguntas de Francisco Thomas e Gregório Chevichuke, sem números, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

⁹³ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 118.

arriscar suas vidas, conforme se observa a partir da narrativa registrada em um trecho da ordem do dia assinada pelo Comandante da Circunscrição Militar do Paraná, o Coronel João Emygdio [ilegível], em 1916.

[...] Ficando provado pelo presente inquérito que o Sr. Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, Commandante do 5º Regimento de Infantaria; no dia 7 do corrente, na ocasião que trabalhava em seu gabinete, no Regimento, foi chamado ao telefone, recebendo por esse intermédio denuncia particular de que a companhia de seu Regimento, que estava com ordem de marcha para destacar em Poço Preto, ia se revoltar; que o mesmo Sr Coronel imediatamente mandou tocar reunir para essa companhia e em seguida para o Regimento e collocando-se á frente das praças, em presença dos officiaes, intimou, de revolver em punho, usando de linguagem violenta e gestos de ameaça, á que dessem um passo em frente aquelles que quisessem se revoltar, sendo esta intimativa respondida pela immobibilidade e silencio de todos [...] tendo o Sr Capitão Ajudante João de Oliveira Freitas, ponderado que, na emergência de uma revolta, podia o commandante ficar certo de que formaria ao seu lado toda a officialidade, recebendo então esse Capitão bem como o 1º Sargento Telesphoro de Azevedo Maia, voz de prisão preventiva dada pelo Sr. Coronel Commandante, como principais responsáveis pela pretendida revolta [...].⁹⁴

Como solução a este episódio de flagrante indisciplina no interior da caserna, o Coronel João Emygdio, reprovando a atitude do Coronel Bello, atribuiu a sua falta de “calma” e de “compostura” ao acúmulo de serviço, à falta “quase absoluta” de oficiais no Regimento e aos “antecedentes que lhe autorizavam a não ter a necessária confiança no Sr. Capitão Ajudante”, deixando-se, o Coronel Bello, levar-se pela exaltação do momento. Não havendo provas sobre a suposta revolta, foram postos em liberdade o Capitão João e o Sargento Telesphoro, tendo sido eles transferidos para outros Regimentos.

Não cabe ao historiador o julgamento das atitudes tomadas pelos envolvidos neste episódio, mas ele é importante para se perceber que as ameaças feitas pela liderança do movimento caboclo a alguns de seus integrantes que se mostravam insatisfeitos com a forma de condução das atividades não tinha origem em uma crueldade que pudesse ser atribuída ao modo de vida daqueles sujeitos. Desta forma, valer-se da narrativa de ameaça de morte aos “descontentes” nos acampamentos caboclos para criminalizar o movimento, fornecendo-lhe um rótulo de cruel, é, no mínimo, injusto e parcial, por não admitir a existência desta prática, ainda que de uma forma mais velada, no meio de convivência da tropa federal. Até porque,

⁹⁴ Ordem do dia número 38, do Comando da Circunscrição Militar do Paraná, 16 fev. 1916, p. 38, caixa 06, pasta 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

não seria coerente que as narrativas militares dessem publicidade a este tipo de prática no meio militar.

Muitas das atitudes cruéis e crimes de guerra atribuídos aos caboclos eram fatos recorrentes em ambos os lados contendores, embora em algumas narrativas registradas nestes documentos queiram dar a entender, de uma forma maniqueísta, que eram praticadas apenas pelos sertanejos, restando aos militares um sentimento humanitário para com seu inimigo. Um militar, provavelmente o comandante de um dos Batalhões da coluna do sul, que tinha à sua frente o Coronel d'Estillac Leal, nos deu pistas para entender que estes acontecimentos poderiam ser identificados tanto na tropa do governo como no lado dos sertanejos rebelados.⁹⁵

Depois de uma incursão bem sucedida de uma tropa comandada pelo Tenente Pereira, este provável comandante de um Batalhão da Coluna Sul, apressou-se em relatar o ocorrido a seus superiores hierárquicos, mesmo antes de receber o relatório do Tenente, confeccionando uma minuta, resolvendo, posteriormente, enviá-la mesmo com as imperfeições nela contidas, intencionando aproveitar a oportunidade da informação daqueles fatos. Entendo que a minuta de um documento, ou seja, o seu rascunho, justamente por não ter passado por uma revisão posterior da parte do seu próprio autor, que possivelmente censuraria algumas das narrativas registradas, pode conter impressões e valores que mais se aproximam da real avaliação de quem produziu o documento.

Este militar, que não consegui identificar, narra neste documento que durante a incursão do Tenente Pereira, ele e sua tropa depararam-se com um piquete inimigo, que fugiu aproveitando-se da mata existente. Como resultado deste confronto, foram apreendidos do inimigo animais e armas e aprisionadas três mulheres:

Maria Angelina, de 60 anos, viúva, bem arranjada em suas vestes; tipo respeitável; doente;
Eulalia Maria de Jesus, sua filha de criação; bonita jovem de 16 annos; bem conversada;
E Marianna Boba, com uma filhinha de collo; 28 annos, solteira, imbecil, apatetada.⁹⁶

⁹⁵ Não consegui identificar o autor do documento por se tratar de uma minuta de relatório, um rascunho, que não foi identificado com um cabeçalho nem tampouco foi assinado. No entanto, foi registrado seu destinatário como sendo o comandante da Coluna Sul, sendo a confecção e o envio deste tipo de documento uma prerrogativa dos comandantes dos Batalhões componentes da Coluna. O seu conteúdo pode servir a esta pesquisa no sentido de deixar transparecer as impressões a respeito do movimento do Contestado e seus sujeitos.

⁹⁶ Minuta de relatório, sem número, 26 fev. 1915, caixa 09, pasta 18, relatório 17, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo do autor.

Depois de inquirir as prisioneiras, com o objetivo de obter informações que poderiam lhe trazer vantagens no prosseguimento da guerra, o autor assim narrou um trecho:

Que José Caetano, commandante do piquete derrotado, é o protector dellas (esta informação foi motivada por uma pergunta minha, nos seguintes termos à velha: “Como explica a Sra o facto de ter sido respeitada pelos bandidos a honra de sua filha?”

[...]

Implorou-me respeito à virgindade (sic) da mocinha. – Disse-lhe que não recebia seu pedido: Era um oficial do exército nacional; um commandante de soldados disciplinados; um homem honrado e, sobretudo, um chefe de família: tinha uma filha da idade da sua. E tomei a velha, a moça e a imbecil sob a minha guarda pessoal: Acantonie-as na mesma casa em que acantonou, em uma peça junto à que occupo. – Tornei-me protector das infelizes; a moça correria risco num acampamento.

“Quem tem filhas honestas,

“Não ria das malfadadas,

“Que as filhas do infortúnio

“Também nasceram honradas”.⁹⁷

Entendo que, da mesma forma que as prisioneiras necessitavam de proteção contra possíveis ataques sexuais quando estavam em companhia dos caboclos, também correriam o mesmo risco no acampamento militar, conforme admitiu o autor da narrativa, inclusive grifando o respectivo trecho, observando-se que a palavra risco foi grifada duplamente, dando a impressão de que ele não tinha dúvidas a este respeito. Desta forma, o autor deixa transparecer a ideia de que, neste caso específico, os soldados sob seu comando não são tão diferentes dos sertanejos que se apresentavam como seus inimigos, parecendo-me, inclusive, que o autor pretendia naturalizar este tipo de comportamento dos homens com relação às mulheres, quando em ambiente de guerra. Entendo assim porque, mesmo reconhecendo que a integridade física daquelas mulheres estava ameaçada pela presença dos seus soldados próximos a elas, ele ainda os considerava disciplinados.

Se aquelas mulheres corriam risco de serem molestadas em um acampamento militar, um local que tende a ser mais facilmente controlado pela hierarquia e disciplina inerentes àquela atividade, posso imaginar o risco que correram as mulheres encontradas pelas tropas opressoras nas “cidades santas”, no momento do ataque àquelas localidades, já que, tendo em vista a confusão e os horrores da guerra, aquele poderia ser um momento de maior dificuldade para se realizar um controle disciplinar dos soldados atacantes.

⁹⁷ Idem, grifo do autor.

Assim como o caráter dos caboclos, a sua cultura religiosa, associada a um anseio monárquico, também foi alvo de ataques preconceituosos e carregados de um conteúdo de classe por parte da narrativa destes documentos.

3. A RELIGIOSIDADE E A MONARQUIA CABOCLAS

O “fanatismo” e o desejo de se implantar uma “monarquia cabocla” são argumentos que são encontrados nos documentos militares com a intenção de se deslegitimar o movimento social do Contestado, justificando a atuação repressiva do Estado naquela região conflagrada. O primeiro, claramente mais forte e mais empregado nas narrativas, sugere uma irracionalidade interiorana que ameaçava o que os grandes centros urbanos entendiam como civilização. O segundo, mesmo não sendo entendido pelos autores dos documentos como uma realidade política naquele momento histórico, pode ser interpretado como parte de uma campanha para desqualificar o movimento. Um retrocesso que ameaçaria o desenvolvimento da ciência, considerada fator de civilização e ordem que conduziriam ao progresso da nação. Pensamento positivista.

Segundo Maciel, os positivistas, nos primeiros anos após o término da Monarquia, participaram ativamente na procura em dar conteúdo à República, pretendendo transformá-la em um regime, não somente aceito, mas amado pela população, valendo-se, para isso, de conferências e influências em salas de aula e da manipulação dos símbolos nacionais. O percurso deste caminho passou pela condenação da Monarquia em nome do progresso; pela separação entre Igreja e Estado; pela realização de mudanças que conduziriam à “evolução da humanidade”; e pela defesa de uma política social de integração. Esta visão positivista de uma nova nação atraiu setores da sociedade brasileira, além de ter balizado a atuação e a justificação da intervenção do Estado no Contestado.⁹⁸

Esta visão de mundo pode ser identificada nas narrativas contidas nos documentos militares, evidenciando a falta de entendimento da cultura cabocla que era tida como muito dissociada do modelo de civilização positivista pretendido.

O lavrador Antônio Fernandes de Oliveira tinha vinte e quatro anos quando foi preso e interrogado, no dia 18 de outubro de 1914, na vila de Canoinhas, sob a acusação de ter aderido ao movimento caboclo do Contestado. Antônio negou sua adesão, mas seu depoimento serviu aos militares para a obtenção de informações importantes para o prosseguimento das batalhas e aos historiadores para entenderem como os autores destes

⁹⁸ MACIEL, op. cit., p. 18.

documentos de guerra se posicionaram em relação à religiosidade cabocla e como este entendimento influenciou a disputa pela memória do movimento.

Antônio relatou que por duas vezes foi preso pelos “fanáticos” (no documento original também grafado entre aspas), tendo conseguido fugir em todas elas. Embora tenha dito não conhecer os costumes dos sertanejos do acampamento, por ter ficado preso todo o tempo em que lá permaneceu, soube informar que “de sua prisão ouvia apenas erguerem-se ‘vivas’, todos os dias pela manhã e a tarde, a todos os santos do céu e a José Maria”.⁹⁹

No relatório que encerra este depoimento, o já citado Primeiro Tenente Hermínio Castello Branco, Chefe de Polícia Militar da vila de Canoinhas, concluiu que Antônio Oliveira não se tratava “de um jagunço e sim de um homem completamente ignorante”; tendo ele feito diversas indagações ao depoente, mas somente conseguido apurar o constante no documento.¹⁰⁰

É curioso observar que o narrador deste documento, ao referir-se aos sertanejos rebelados como “fanáticos”, a palavra é grafada entre aspas para caracterizar, acredito, que não considerava aquele termo adequado para a descrição ou imagem que se desejava fazer daquela pessoa. Não quero com isso dizer que Castello Branco considerava legítima a crença que tinham “nos santos do céu” e em José Maria. Entendo que no lugar de “fanáticos” o narrador preferia ter utilizado bandido ou jagunço, como utilizou no seu relatório e, notem, sem aspas.

Interpretando a linguagem destes documentos, de acordo com o momento histórico-social vivido, o meu entendimento é de que um fanático, escrito assim sem aspas, não passa a mesma ideia de periculosidade que um “fanático” com aspas. Aquele é um religioso de um zelo excessivo por sua opinião e crenças, mas não necessariamente perigoso para a sociedade, enquanto que este se aproximaria mais, no sentido dado pelos documentos militares do Contestado, de um bandido que oferece risco para a comunidade.¹⁰¹

Outro detalhe que não me escapou foi o fato do autor ter grifado o termo “santos do céu”. Observando o documento com cuidado (e especificamente este, felizmente, teve uma

⁹⁹ Auto de perguntas. Antônio Fernandes de Oliveira, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo do autor.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ O termo fanático, assim como cabra, jagunço, insubmisso e bandido, serviu como designação de classe e de etnia, sendo eles empregados, também, para referir-se a pessoas não pertencentes aos grupos que se insurgiram. Mas estes termos foram ressignificados por aqueles sujeitos, estabelecendo uma identidade do próprio grupo, deixando de representar o indivíduo mau e sem escrúpulos, transformando-o entre seus pares “no corajoso insurreto, no intrépido e resiliente diante do poder e da violência do estado e das classes altas”, Cf. GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. **O Contestado**: suas histórias, fontes e ficções. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 36.

digitalização bem feita se comparada a outros) nota-se que a linha colocada abaixo das palavras tem o mesmo tom de tinta das letras, o que me leva a crer que o grifo foi realizado pelo próprio Castello Branco, no momento em que confeccionava o documento. Contudo, o mais importante é que, seja quem for o autor do grifo ele destacou apenas o termo “santos do céu” e não o José Maria que estava logo ao lado dele. Agindo assim, procede como quem estivesse surpreso com a adoração aos “santos do céu” e, por outro lado, entendendo como perfeitamente normal a adoração a José Maria. Afinal de contas, de acordo com o senso comum do meio social a que pertenceu o autor do documento, os sertanejos deveriam estar contra a religião católica, que não reconhecia José Maria como um de seus santos.

É possível que o subconsciente de Castello Branco o tenha traído e deixado escapar uma pista de que aquelas pessoas não estavam tão dissociadas da religião católica como se queria caracterizar. O militar poderia ter omitido este detalhe e narrado apenas os vivas a José Maria ou acrescentado vivas a João Maria, mas não foi assim que ele procedeu, fazendo-me crer que realmente Antônio narrou seu depoimento da forma como foi registrado no documento.

Apesar de alguns depoimentos de sertanejos feitos prisioneiros pelas forças federais darem conta de que estas pessoas consideravam-se católicas, os militares tinham um entendimento diferente, como foi possível observar no relatório do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, comandante da Coluna do Norte, de 21 de fevereiro de 1915, destinado ao General Setembrino de Carvalho, prestando contas das recentes ações realizadas pela sua tropa.

Dia 12 – A Santa Emília [...] incendiaram 1 igreja, 32 casas e jagunços mortos.

Dia 13 – A Barra Mansa e Taquarissal [...] destruíram 1 igreja, 41 casas e mataram 25 jagunços em combate.¹⁰²

Mesmo considerando que a destruição destas igrejas poderia fazer parte de uma estratégia de não deixar em pé instalações que pudessem servir de abrigo para os inimigos, o fato de terem citado separadamente a destruição de casas e igrejas demonstra a importância que se atribuía a esta discriminação, deixando transparecer que reprovavam a religião cabocla.

José Tavares Freire, em depoimento no dia 18 de outubro de 1914, já citado, ao ser perguntado qual era sua religião, respondeu ser católica, mas também acreditando em João

¹⁰² Relatório de autoria do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, 21 fev. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Maria, crendo ser este santo e não crendo em José Maria¹⁰³. Este depoimento é de grande importância para se perceber que a crença cabocla em torno do monge João Maria não estava dissociada da religião católica, como queriam demonstrar as narrativas em alguns destes documentos militares, com a clara intenção de colocar aqueles trabalhadores do planalto catarinense em oposição ao comportamento religioso considerado como civilizado pela classe social representada pelas tropas militares.

Esta intenção também foi encontrada em outra narrativa do Coronel Muniz Ribeiro, no seu relatório do dia 20 de fevereiro de 1915. Ao descrever o reduto de Thomazinho, disse ser ele “constituído por três grandes praças em admiráveis colinas [...] tendo, uma igreja, no centro da principal praça e onde profanavam a religião catholica”. Prosseguindo na sua narrativa, Muniz Ribeiro relatou outros detalhes da atuação da sua tropa em combate contra outros acampamentos caboclos e enalteceu o desempenho da tropa que vinha sendo bem sucedida na tarefa de restabelecer a “ordem pela extinção do mascarado banditismo que campeia em todo o território Contestado, hypocritamente abrigado á meiga sombra da cruz, por elles tão synicamente injuriada.”¹⁰⁴

A historiografia do movimento social do Contestado leva-me a considerar que o movimento tenha iniciado “como um fenômeno religioso de exaltação milenar com fortes características messiânicas”¹⁰⁵, revelando-se como resultado de inúmeras pressões que resultaram no levante e na consequente repressão que sofreu do Estado, no período de 1912 a 1916. Apesar de efetivo, o traço religioso no Contestado, diferente de Canudos, não precisou de uma personalidade mística central marcante. “A existência de monges, principalmente o último José Maria, que iniciou a luta, foi efêmera e o movimento continuou sem um líder específico”¹⁰⁶. Desta forma, percebo que a descrença em José Maria, narrada no depoimento de José Tavares não diminuiu o interesse daqueles sujeitos pelo desejo de mudança, interpretando as crises enfrentadas com o auxílio de sua maneira peculiar de ver o mundo.

Os moradores daquela região tinham o perfil propício ao messianismo milenar¹⁰⁷. Segundo Margarida Moura, o messianismo no Contestado está relacionado a um processo de

¹⁰³ Auto de perguntas. José Tavares Freire, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹⁰⁴ Relatório de autoria do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, 20 fev. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹⁰⁵ MACHADO, op. cit., p. 25.

¹⁰⁶ TOTA, op. cit., p. 9.

¹⁰⁷ A crença nos “monges” do Contestado é messiânica porque oferece uma leitura esperançosa de um novo tempo; e é milenar pela crença nas evidências que indicavam a chegada de um tempo sagrado – “o fim dos tempos”, Cf. MOURA, Margarida Maria. **Campesinato magia, religião e movimento social**. In: WEHLING,

reconstrução de valores que foram ameaçados por crises conflagradas na região: crise da lavoura para a subsistência, crise nas relações sociais com a classe dominadora, crise com o catolicismo oficial, crise com a degradação da floresta e crise com as sociedades indígenas. Ela complementa dizendo que este novo quadro conclamou novas lideranças que dirigiram uma organização sociocultural em novas bases, ainda que estabelecida em antigos ingredientes da sociedade rural, entendendo a violência nos acampamentos sertanejos como herdeira da praticada pelos coronéis fazendeiros e pelos frades católicos. Assim, as questões políticas e sociais do Contestado foram acompanhadas de um messianismo caboclo, que se insere perfeitamente no que se chama de “catolicismo rústico” do interior brasileiro.¹⁰⁸

O milenarismo caboclo do Contestado tem suas bases na crença no monge curandeiro e profeta que, apesar das mais diferentes origens que possam ser apontadas, para aqueles sertanejos o monge João Maria era único, muito embora a historiografia recente tenha identificado pelo menos sete religiosos reconhecidos como o próprio monge ou seus sucessores naturais, apontando para a existência de uma tradição construída sobre a existência do monge João Maria. Nesta pesquisa destaco os três mais tradicionais nesta historiografia.

O primeiro João Maria, João Maria de Agostinho, de origem italiana, depois de ter peregrinado por outras regiões do Brasil, como Sorocaba-SP e Santa Maria-RS, erguendo cruzes e sinalizando fontes de águas curativas, veio ter na atual cidade de Lapa em 1850. Segundo a pesquisa de Paulo Machado, o primeiro monge era próximo da Igreja da Católica, existindo registros de que ele tenha sido autorizado a dirigir-se aos fiéis após a realização de uma missa em Sorocaba e a retirar uma imagem de Santo Antônio para compor o altar de uma capela que construía no cerro de Campestre, próximo a Santa Maria – RS. Desta forma, Machado considera que João Maria de Agostinho era tido como um penitente com o conhecimento necessário do evangelho para torná-lo útil aos trabalhos da Igreja Católica, atingindo os corações sertanejos mais simples, seguindo uma política de interiorização da Igreja. Este contexto encaminha-se para se pensar que, neste processo, existiu a confiança, por parte da Igreja, em que o monge não distorceria as mensagens bíblicas, sendo provável, também, que esta pregação leiga tenha facilitado a interpretação dos textos sagrados de acordo com os acontecimentos do cotidiano, deixando estes ensinamentos de serem entendidos como misteriosos e acima da capacidade de compreensão humana, passando eles a fazerem sentido nas aplicações práticas da vida do sertanejo.

Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 54-60.

O surgimento do segundo monge, João Maria de Jesus, na região do Contestado marcou o início de um relacionamento turbulento entre o catolicismo e a tradição religiosa dos monges, não somente pelo posicionamento de João Maria de Jesus, que ministrava o sacramento do batismo e fazia previsões apocalípticas em meio à população do sertão, mas também pela postura adotada pela Igreja, a partir da proclamação da República, realizando uma reforma que passava pela importação de sacerdotes europeus, causando um choque cultural e religioso, já que estes padres condenavam algumas práticas e hábitos religiosos ali praticados, chamado de “catolicismo popular”, que é uma releitura do “catolicismo ortodoxo”, agregando-se a ele práticas e significados que podem variar de região para região. Desta forma, existiram os choques entre este novo clero e a população, dando origem à narrativa de que o levante caboclo do Contestado desejava mudar a religião católica. Sendo assim, de acordo com a historicidade da relação entre a Igreja Católica e a crença cabocla nos monges, é possível identificar que o catolicismo formal e seus interesses estiveram presentes na origem da questão religiosa como uma das pressões sobre o movimento social do Contestado.

O terceiro e último dos monges do Contestado, Miguel Lucena de Boaventura, o José Maria, teve sua aparição pública em 1912, nos episódios do Taquaruçu e Irani, quando se desencadearam os derradeiros acontecimentos que pressionaram o Movimento Social do Contestado. O significado criado pela população como sendo ele um profeta ligado a João Maria de Jesus era controverso. Havia aqueles que o consideravam um falso profeta, outros acreditavam ser ele um penitente que se dedicava a ações de cura, sendo um admirador da missão de João Maria de Jesus. Mas parece que as práticas de cura, empregando os poderes medicinais das ervas é que prevaleceram na fama e nas histórias contadas a seu respeito. Paulo Machado acredita ser possível que as práticas de José Maria tenham sido reelaboradas após sua morte no combate do Irani em 22 de outubro de 1912, tornando sagrada a sua peregrinação.¹⁰⁹

Profetas curandeiros ou não, os monges do Contestado interpretaram a situação vivida pelos caboclos, levando-os a crer que, no plano espiritual, poderiam alcançar o que lhes era negado no plano das relações entre os homens. A grande repercussão da crença nestes religiosos, leva-nos a crer que seus discursos faziam sentido e levavam esperança de uma vida

¹⁰⁸ GALLO, Ivone Cecilia D'Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. 1992. Dissertação (Mestrado)-UNICAMP, Campinas, 1992, p. 9.

¹⁰⁹ Estes últimos parágrafos foram fundamentados na pesquisa de MACHADO, op. cit., p. 163-182.

melhor aos sertanejos do Contestado, fazendo uma ligação entre a crença mística e os anseios sociais e políticos daquela gente.¹¹⁰

Historicamente, podemos dizer que, em algum momento, este “catolicismo rústico” coexistiu com o catolicismo ortodoxo durante algum tempo. Esta coexistência, aparentemente pacífica, entre a adoração aos santos católicos e aos monges pode ser percebida no depoimento de Manoel Libório, um português de 38 anos de idade, prestado às autoridades policiais militares, no dia 24 de outubro de 1914, na vila de Canoinhas, por ter sido preso por suspeita de participação no movimento. Ao descrever um dos locais onde poderiam ser encontrados os ditos fanáticos, ele faz uma observação a respeito da existência de duas igrejas:

Perguntado sobre o que sabia a respeito desses lugares, Respondeu que: julga ser de duas léguas igualmente a distância de Pinhares a Campina Vieira, que do lado direito da estrada seguida existem cerca de cem habitações ocupadas pelos fanáticos e suas famílias, que do lado esquerdo a cerca de cem metros da estrada fica a casa do aludido Aleixo, que igualmente deste lado tem duas igrejas sendo que uma propriamente dentro do Povoado, e a outra menor e dedicada a José Maria ‘monge’.¹¹¹

A existência de uma igreja dedicada a José Maria pode ser entendida como a reelaboração mística em torno do seu nome, ainda que se perceba que esta ideia não era uma unanimidade, de acordo com a declaração de José Tavares Freire, já transcrita acima, dizendo não acreditar em José Maria, mas crer na santidade de João Maria.

Segundo Paulo Machado, apesar das várias origens, que também contaram com épocas distintas, para o sertanejo do Contestado apenas existiu um monge João Maria¹¹². Crença que não estava dissociada do catolicismo formal, como entendiam os autores dos documentos militares, como por exemplo o narrador do depoimento de Libório, o mesmo já citado anteriormente para evidenciar o sentimento do “comunismo caboclo” entre os habitantes das “cidades santas”.

Muitos dos fanáticos não fogem com medo do pessoal do governo; e finalmente que attribue a puro fanatismo o actual movimento, pois mesmo sabendo as excepcionaes garantias que lhe oferece o governo eles despresam-as dizendo que ‘não é tempo de cuidar de interesse’.¹¹³

¹¹⁰ QUEIROZ, op. cit., p. 53-61.

¹¹¹ Auto de perguntas. Manoel Libório, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifo nosso.

¹¹² MACHADO, op. cit., p. 163-164.

¹¹³ Auto de perguntas. Manoel Libório, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ, grifos do autor.

O fanatismo aparece, mais uma vez, como única pressão do movimento, mas agora o narrador parece ter caído em contradição. Falando sobre o medo de fugir dos acampamentos, por parte dos caboclos que lá sentiam-se insatisfeitos, que em outras narrativas era tido como motivado pelas ameaças de represálias por parte da liderança do movimento, este depoimento, de forma diferente, apresenta este medo originado pela desconfiança no cumprimento das promessas da tropa federal em garantir a segurança daqueles trabalhadores que se entregassem. Estas promessas eram difundidas pela tropa por meio de cartas, conhecidas como “apellos”.

Mesmo tendo narrado a falta de credibilidade dos “apellos” entre os levantados, o autor atribui a sua não adesão ao “puro fanatismo”, esquecendo-se de que, para haver uma rendição, deveria existir o mínimo de confiança naqueles que receberiam os sertanejos oriundos das “cidades santas”. Ora, qual seria então o motivo de não se renderem? O fanatismo cego que os impedia de compreender as “excepcionaes garantias” que teriam no caso de uma rendição, ou a falta de confiança nas tropas do governo que os receberiam ao desistirem da sua resistência?

Os militares chegaram a entender que o compromisso religioso chegou a influenciar a atuação dos caboclos no combate, como narrou o Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, comandante da Coluna do Norte, em um relatório destinado ao General Setembrino. Ele contou que no dia 02 de fevereiro de 1915, enquanto estava acampado no local chamado Gramado dos Carvalhos, os homens mais avançados da sua tropa constataram que os caboclos do reduto de Santo Antônio, distante três quilômetros de onde estava, haviam retirado “todas as guardas que, reunidas em seu acampamento, ao cair da tarde, entoavam os costumeiros cânticos religiosos”, só sendo constatado o seu retorno a seus postos de guarda na manhã do dia seguinte¹¹⁴. Não penso ser provável que isso tenha realmente acontecido, pelo menos não de uma forma generalizada. Se assim fosse, a atuação da repressão teria sido bem mais facilitada e não se encontrariam relatos dos próprios militares da extrema dificuldade em se lutar contra aqueles caboclos do Contestado. Contada desta forma, esta história nos passa a impressão de um fanatismo irracional que permitia, inclusive, negligenciar a segurança em pleno combate travado contra os numerosos soldados da força federal. Talvez tenha sido esta a intenção de quem a narrou.

¹¹⁴ Relatório de autoria do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, de 20 de fevereiro de 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – RJ.

Segundo Jaqueline Hermann, é possível realizar uma análise da relação entre a espera construída em torno das lideranças religiosas dos monges do Contestado e a crença sebastianista surgida em Portugal no final do século XVI. Ela aponta o segundo monge, o João Maria de Jesus, como o mais influente na questão milenarista do Contestado, destacando sua relação hostil com o clero, cumprindo funções sacerdotais sem autorização e fazendo premonições sobre o fim dos tempos. João Maria de Jesus “parece ter sido o que mais se arrogou poderes sobrenaturais para curar, adivinhar pensamentos e profetizar o futuro”.¹¹⁵

Com relação a José Maria a pesquisadora afirma que quando ele chegou à região do conflito, já existia lá uma rivalidade instalada pelas disputas de terra e poder. Declarando-se admirador da missão de João Maria, adquiriu fama de curandeiro ao curar a mulher de um fazendeiro em Campos Novos. Naquela região, um curandeiro encontraria um campo fértil já que, segundo Paulo Pinheiro Machado, eram poucos os médicos no Planalto e

A Medicina do início do século XX ainda mantinha antigas práticas invasivas, agressivas e dolorosas como sangrias e purgas, isolamento de pacientes e cirurgias sem anestesia e pouca assepsia, práticas de baixa ou duvidosa eficácia.¹¹⁶

Assim, a prática do curandeiro, além de indolor e com simbolismo religioso, estava acessível ao sertanejo mais simples. José Maria tornou-se o monge milagreiro capaz de liderar os sertanejos espoliados do Contestado.

Nikelen Acosta Witter, apoiando-se em suas pesquisas sobre as práticas de cura de africanos e afrodescendentes, assevera que o poder de cura atribuído aos monges do Contestado, em especial a José Maria, foi um fator que fortaleceu as lideranças religiosas, tendo ela desenvolvido um entendimento da necessidade de compreensão cultural da aceitação do curandeirismo como parte central de uma visão de mundo.¹¹⁷

A presença do sagrado neste movimento e a associação feita pelos caboclos de melhores condições de vida com a época da Monarquia brasileira, explica o fato daqueles sujeitos acreditarem que participavam de uma “guerra santa”. Sobre isto, Marilena Chaui chama a atenção para a dicotomia entre a “religião oficial” e a “religião popular”, dizendo que

¹¹⁵ HERMANN, Jaqueline. **Messianismo e Sebastianismo no Brasil e no Contestado**. In VALENTINI, Delmir José; SPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 63-65.

¹¹⁶ MACHADO, op. cit., p. 177.

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considera-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolve sob a dominação.¹¹⁸

No caso do messianismo do Contestado, pelo menos nas interpretações iniciais feitas, principalmente, pelos militares participantes das batalhas, esta ambivalência pendeu mais para o lado da ignorância e do atraso do que para o lado do saber e do desejo de emancipação; iniciando aí a visão preconceituosa do movimento, que influenciou, inclusive, as pesquisas históricas, como a de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que associou o messianismo caboclo a um estado de “anomia social”, de perda de identidade como consequência de transformações socioculturais e econômicas. Segundo Paulo Machado, esta visão patológica do messianismo caboclo por parte da pesquisadora, era contraditória à visão crítica que tinha do significado preconceituoso construído pelas primeiras narrativas militares¹¹⁹. Este entendimento me faz acreditar, ainda mais, na capacidade destes documentos militares perscrutados neste capítulo em construir memórias e contar histórias.

O movimento e seus participantes foram desqualificados pela narrativa dos documentos militares da Guerra do Contestado, sendo estes sujeitos denominados como bandidos, criminosos e ignorantes, fortalecendo uma compreensão daquela cultura que interessou ao Estado ao reprimir o movimento, com a intenção de justificar¹²⁰ sua ação violenta. Esta visão incriminadora se explica pela formação intelectual e pelos interesses de classes dos autores destes documentos sobre o movimento e seus sujeitos. Este pensamento instiga-me a refletir criticamente a respeito das produções sobre o Contestado, problematizando para quem trabalha o narrador, tentando descobrir suas intenções.

Identifiquei diversas referências pejorativas feitas à religiosidade cabocla nos documentos militares, mas considerei a encontrada no relatório da inquirição de José Tavares Freire, já citada, a mais representativa delas. O encarregado da inquirição parecia estar

¹¹⁷ WITTER, Nikelen Acosta. **O poder social da cura: uma análise cultural**. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 109-111.

¹¹⁸ CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. In Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 123-124.

¹¹⁹ MACHADO, op. cit., p. 26.

¹²⁰ Esta justificativa deveria ser feita por meio de práticas hegemônicas, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 111-112

realmente convencido de que a cultura cabocla era a principal responsável, se não a única, pelo levante caboclo.

Pelo presente depoimento, verifica-se que o indivíduo de nome José Tavares Freire, é um obcecado adepto das credices pregadas por João Maria, que tão grandes perturbações têm trazido à ordem no território contestado.¹²¹

A questão religiosa deve ser entendida como componente da cultura daquele povo do Contestado e, como tal, não deve ser separada das questões políticas e econômicas ou serem colocadas em uma relação de segunda ordem ou de dependência em relação às outras questões¹²². Sendo assim, a expectativa messiânica e religiosa vivenciada por aqueles sertanejos proporcionou uma leitura esperançosa de um novo tempo e uma melhor qualidade de vida para o povo. Isso porque, de acordo com sua cultura, a religião era capaz de fornecer explicações convincentes e coerentes a respeito da mudança dos seus modos de vida, cujas pressões tinham origem no privilégio dado aos interesses capitalistas na região.

Não considero a melhor forma de explicar a religiosidade cabocla partindo de métodos e conhecimentos gerais, mas procurando compreender o significado que os agentes atribuem à sua crença, conforme demonstrado no item 3 deste capítulo. Assim, faz-se necessário o auxílio da antropologia ao se observar as práticas religiosas, a forma como recrutavam novos integrantes, as penitências obrigadas; tudo isso associado ao momento histórico que viviam naquele sertão catarinense.¹²³

Este era o quadro cultural no qual estavam inseridas inúmeras famílias de rejeitados que ajuntaram-se no vilarejo de Taquaruçu, onde erguiam seus ranchos de palha em volta da capela. Quem tinha algum bem ou posse, vendia tudo e seguia para o reduto. Na Irmandade dos “fanáticos”, os terços, rezas e procissões marcavam o dia-a-dia dos “errantes do novo século” (como assim os chamou Douglas Teixeira Monteiro¹²⁴) que viviam na esperança da realização das promessas e profecias de São João Maria. Aos poucos definiram sua organização: havia a forma, que era a reunião costumeira onde rezavam e ouviam as palavras do moço Manoel, filho de Euzébio dos Santos, que recebia mensagens do irmão José Maria.

¹²¹ Auto de perguntas. José Tavares Freire, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹²² WILLIAMS, Raymond. **Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945**. In **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 331-336.

¹²³ São esclarecedores os estudos realizados por WELTER, Tânia. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo**. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-UFSC, Florianópolis, 2007.

¹²⁴ MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. SP, Duas Cidades, 1974.

Existia também o grupo das virgens, mulheres que, por castidade, eram bastante próximas do monge, adquirindo até mesmo o comando dos sertanejos no início do movimento.

Por outro lado, na visão dos militares, nada daquilo fazia o menor sentido, devendo os habitantes do sertão, forçosamente, adaptarem-se à civilização. Sua ação era continuamente desqualificada, alimentando um olhar etnocêntrico e preconceituoso que pretendia que fosse recebido pela sociedade brasileira como forma de um consenso espontâneo, que, segundo Gramsci, é conseguido através da hegemonia social, por meio do exercício dos intelectuais¹²⁵ do grupo dominante.¹²⁶

Ivone Gallo interpretou o movimento sob o viés milenarista-messiânico, analisando o apocalipse de São João como referência histórica, recorrendo às imagens do texto sobre o profeta para explicar as expectativas daqueles caboclos em torno da Monarquia ideal ou do milênio na terra.

Diante destas observações, e da maneira como foi interpretada a cultura popular na época da guerra do Contestado, compreendemos que uma das nuances daquele conflito, talvez a decisiva, se inscreve na divergência existente entre a racionalidade republicana e o modo de vida caboclo.¹²⁷

Para a autora, o preconceito para com os pobres por parte das elites já existia antes mesmo da implantação do regime republicano. Ela vai mais além e rejeita as análises econômicas e políticas como determinantes e desencadeadoras do movimento, enfatizando que a resposta do sertanejo diante de uma situação conflituosa alicerça-se na cultura milenarista e messiânica, tornando-o capaz de enfrentar desafios para garantir sua sobrevivência.

A profecia de um reino celestial estava relacionada com um romantismo desenfreado que orientava uma luta para se chegar ao milênio, momento em que dividiriam o reino (o governo) com o messias. Se para os militares este era um sonho que dava forma ao fanatismo e à irracionalidade cabocla, para os sertanejos estava longe de ser uma alucinação. Favorecia a confirmação de uma visão crítica ao processo de demarcação de terras e às pressões e limites impostos pela sociedade contestada.

¹²⁵ Os intelectuais “pensaram que sabiam mais do que as pessoas comuns e que esse saber lhes outorgava um só privilégio: comunica-lo e, se preciso fosse, impô-lo a maioria cuja condição social as impedia de ver com clareza e, conseqüentemente, trabalhar no sentido de seus interesses, Cf. SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p. 159.

¹²⁶ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21.

¹²⁷ GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. 1992. Dissertação (Mestrado)-UNICAMP, Campinas, 1992, p. 17.

Os depoimentos colhidos dos caboclos feitos prisioneiros na Guerra do Contestado, apesar de terem o objetivo claro de colher informações a respeito do inimigo naquela batalha, proporcionando vantagens militares às tropas federais, registraram, também, as impressões dos militares sobre aspectos da cultura e da visão de mundo daqueles trabalhadores do sertão catarinense. A sua religiosidade e seu comportamento e relacionamento no convívio dos acampamentos foram os aspectos mais explorados por estas fontes históricas, demonstrando o interesse dos seus autores em narrar características destoantes da visão de mundo que consideravam como civilizada. É curioso perceber que a questão da monarquia cabocla, apesar de ser encontrada nestes depoimentos, não recebem destaque por parte dos narradores militares.

De acordo com Paulo Machado, o Contestado não foi o único, nem o primeiro movimento social a fazer alusão à monarquia, defendendo este regime político, isto porque, desde a vinda da família real em 1808, formaram-se vínculos de uma proteção paternalista entre a população e a autoridade imperial, interpretando-se a monarquia como a protetora dos pobres contra os poderosos. O pesquisador não descarta a evidente influência de intensão política restauradora da monarquia no pensamento popular, mas considera que, para os sertanejos, a monarquia era concebida como a forma divina de se organizar a política brasileira, colocando-se como um contraponto à República, identificada como a “lei do Diabo”.¹²⁸

Maurício Vinhas de Queiroz também interpretou a Monarquia cabocla com “um sistema de vida oposto ao regime dos *coronéis*.”¹²⁹

Desta forma, a declaração de Antônio Geraldo Pires não pode ser entendida como representativa de uma intensão restauradora do regime monárquico. Após sua prisão pela polícia da vila de Canoinhas, Antônio Geraldo prestou seu depoimento, no dia 28 de agosto de 1914, ao Capitão médico Antônio de Arruda Vaelins. A narrativa do documento mostra que o depoente foi preso por portar orações em seu bolso, tendo algumas sido copiadas de próprio punho pelo depoente. Disse ainda que estas orações haviam sido adquiridas no reduto para onde havia sido levado à força, de onde fugiu após dez dias de permanência.

Perguntado ainda sobre o que ouvia no reducto disse ouvir fallar muitas de variedades e especialmente se referindo a monarchia e a D. Luiz de

¹²⁸ MACHADO, op. cit., p. 213-214.

¹²⁹ QUEIROZ, op. cit., p. 62, grifo do autor.

Bragança assim como a uma virgem menina de nove a dez anos a quem elles obedecem cegamente.¹³⁰

Ao confeccionar o relatório final referente ao depoimento de Antônio Geraldo, o encarregado não deu importância à evidente questão monárquica por ele mesmo narrada no documento, atendo-se ao fato de terem sido encontradas orações “supersticiosas” no bolso do depoente, concluindo ser ele, por isso, um fervoroso “fanático”. Para o autor do relatório, era mais importante relacionar as atitudes de Antônio Geraldo ao “fanatismo”, do que às possíveis intenções restauradoras monárquicas.

Nem o relato de uma possível conexão do movimento com uma revolução que seria realizada no Rio de Janeiro parece que foi capaz de atrair a atenção das forças federais. Pedro Zakalugem, um lavrador que trabalhava para Stanislau Schumam, este suspeito de apoiar o movimento, mais especificamente o reduto de Aleixo de Lima, disse que os caboclos querem a monarquia. Disse também que

Estão convencidos de que ela virá. Elles brigarão até o rio de Canoinhas, enquanto no Rio de Janeiro, se revoltarão, obrigando as forças a irem para lá; por isso eles fazem questão de tomar Canoinhas e Papanduva, pois, só quando chegarem nesses dois pontos, rebentará a revolução no Rio.¹³¹

Nem mesmo esta associação do desejo monárquico do movimento com uma revolta no Rio de Janeiro foi capaz de chamar a atenção do Segundo Tenente Mário da Veiga Abreu, autor do documento, que depois desta declaração apenas perguntou a Pedro quem convencia os caboclos desta possibilidade, obtendo dele a resposta de que não sabia. Não encontrei neste depoimento nenhuma outra referência a esta questão, nem mesmo no relatório, que aliás é muito pequeno e apenas faz referência às informações que trariam vantagens às forças federais nos próximos combates.

O desejo monárquico poderia não ser entendido pelos militares autores destes documentos como uma ameaça real ao regime republicano, mas a possibilidade do movimento se espalhar era uma possibilidade considerada até mesmo pelos mais altos escalões do governo. O Ministro da Guerra, o General José Caetano de Faria, deu publicidade às palavras do Presidente da República que, por ocasião do término das operações no Contestado, tratou de enaltecer a atuação do Exército “pelo reestabelecimento da ordem,

¹³⁰ Auto de perguntas. Antônio Geraldo Pires, sem número, 28 ago. 1914, caixa 01, pasta 03, IPM 03, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹³¹ Auto de perguntas. Pedro Zakalugem, sem número, 28 nov. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

evitando que o movimento tomasse incremento no país, sufocando-o nos sertões daqueles Estados”¹³². Ainda que neste documento não se fale no desejo monárquico dos caboclos, o autor narra que era uma preocupação do governo evitar o alastramento dos ideais daquele movimento revolucionário pelo restante do país. É bem verdade que esta narrativa também pudesse estar sendo utilizada como pretexto para justificar a repressão, mas o fato é que a intenção monárquica, ao que parece, também não foi considerada como uma ameaça real.

Encontrei outras referências ao interesse pela monarquia por parte dos sertanejos nos depoimentos de Gregório Chevichuke¹³³ e Innocência Manoel de Mattos¹³⁴, embora pouco, ou nada, desenvolviam a ideia de um sentimento monárquico entre os caboclos. É possível compreender que os autores destes documentos também entendiam este desejo monárquico como pouco importante nas pressões da Guerra do Contestado e desprovido de uma possibilidade real de se realizar no campo político, pelo menos naquele momento histórico, embora continue sendo um bom argumento para desqualificar o movimento social. Com este objetivo, o “fanatismo” está bem mais presente nestas fontes documentais.

A visão sertaneja de monarquia significou o seu sentimento de reprovação ao governo republicano que, assim como a monarquia, era base de uma política socialmente excludente, mas o período republicano representou para aqueles caboclos o momento de piora nas suas condições de vida, por diversos fatores a serem explorados no capítulo seguinte.

A prática religiosa cabocla não prejudicou sua capacidade de entendimento da realidade vivenciada por aqueles trabalhadores. Talvez tenha sido uma forma peculiar de consciência política, mas certamente estava longe de ser uma revolta alienada, tampouco de diminuir a importância do Contestado na história da luta de classes no Brasil.¹³⁵

Paulo Machado considera que no Contestado era possível identificar um relacionamento estreito entre as ideias de monarquia e “comunismo caboclo”, não significando um desejo de retorno ao passado, como um “projeto reacionário”, e sim a forma como entendiam e praticavam sua luta por uma vida melhor, com “autonomia frente às forças políticas e sociais dominantes”.¹³⁶ Eu acrescento que estas ideias estavam imbricadas com a religiosidade e os modos de vida daquele povo, que muito particularmente davam formas à sua visão de mundo. A perscrutação dos documentos militares da Guerra do Contestado

¹³² Ordem do dia número 59, da Divisão Provisória em Operações, 14 maio 1916, caixa 01, pasta 08, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹³³ Auto de perguntas. Gregório Chevichuke, sem número, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹³⁴ Auto de perguntas. Innocência Manoel de Mattos, sem número, 23 e 24 out. de 1914, caixa 01, pasta 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

¹³⁵ MACHADO, op. cit., p. 34-35.

indica que os militares também não consideraram “os vivos à monarquia” como uma real ameaça ao regime republicano, tanto que não se identifica uma exploração maior deste tema nestas fontes de pesquisa.

Não apenas os depoimentos são silenciosos a respeito da questão da monarquia, mas também os relatórios e as correspondências oficiais, da mesma forma, não fazem referências significativas a respeito deste tema. Tudo isso encaminha-se a pensar que, se realmente a monarquia cabocla fosse entendida pelos militares como uma ameaça real para o regime republicano, este assunto seria identificado nos documentos que se destinavam a informar às autoridades superiores a respeito da existência de um movimento que realmente desejava derrubar o governo.

Estes documentos militares construíram memórias sobre o movimento social do Contestado, contando histórias e influenciando obras escritas por militares que integraram a repressão. Os autores destas obras literárias memorialistas contaram as histórias do Contestado baseando-se em suas experiências pessoais durante a guerra e nas informações e interpretações dos documentos perscrutados neste capítulo. Suas obras serviram como um veículo que facilitou o acesso às suas interpretações sobre o movimento e seus sujeitos.

¹³⁶ Ibidem, p. 214 e 216.

CAPÍTULO II

ARGUMENTOS PARA A REPRESSÃO NO CONTESTADO: “O DIREITO DAS DESAPROPRIAÇÕES EMANA DE UMA LEI, PORTANTO, NÃO SE PODE CONTESTAR”

A morte do monge José Maria, no Irani em 1912, ao invés de abater os ânimos daqueles sertanejos, como esperava o governo, aumentou ainda mais sua confiança na vitória. Um ano depois do combate do Irani, os caboclos voltaram a se reunir em Taquaruçu (hoje Fraiburgo - ver mapa p. 134), depois de terem realizado neste período uma reelaboração mística da sua crença, agora para aguardar o retorno do monge, que estaria acompanhado de um “exército encantado”, chefiado por São Sebastião. Passaram a receber mensagens ou a ter visões do irmão José Maria, que conclamava o povo para a guerra. Novas instituições místicas e sociais foram criadas em torno do monge, após o combate do Irani, dando um novo significado e uma nova coesão aos seus seguidores.¹³⁷

No final do ano de 1913, Eusébio Ferreira dos Santos iniciou a organização de uma nova irmandade em Taquaruçu. Oriundos de diversos segmentos, muitos de seus integrantes eram remanescentes da antiga colonização tropeira na região¹³⁸; alguns caudilhos gaúchos e fugitivos das Revoluções Farroupilha e Federalista, transformados agora em ervateiros ou peões a serviço de grandes proprietários de terra¹³⁹. Havia, ainda, imigrantes que se embrenhavam pelo sertão, atraídos por oferta de colonização¹⁴⁰; ex-trabalhadores empregados na construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) que se viram sem emprego com o término das obras; trabalhadores que haviam sido expulsos de suas terras, quer pela ação de grandes estancieiros que promoveram uma concentração fundiária, estendendo suas propriedades sobre as de pequenos posseiros¹⁴¹, quer pela ação violenta da EFSPRG (ver mapa p. 102) na retirada destes trabalhadores de áreas próximas à linha férrea. Aos sertanejos do norte catarinense também interessava resolver a questão dos limites entre

¹³⁷ MACHADO, op. cit., p. 189 - 193.

¹³⁸ Ibidem, p. 64 - 65.

¹³⁹ Ibidem, p. 63-64 e 89-90.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 72-73.

¹⁴¹ MAHCADO, Paulo Pinheiro. **Memória, fraude e documentação: Alemãozinho e a memória das ordens.** Tempos Históricos. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, v. 16, n. 2. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 1999, p. 292.

os estados, já que viam esta questão como uma ameaça “à sua condição social de posseiros ou sitiados”¹⁴².

Destituídas de suas terras, foram se ajuntando no vilarejo de Taquaruçu inúmeras famílias que viviam na esperança da realização das promessas e profecias de José Maria de uma vida melhor. A comunidade se erguia dentro de um quadrilátero demarcado pelas lideranças, chamado de quadro-santo. Havia as rezas e as procissões que eram manifestações da religiosidade popular dos sertanejos do Contestado.

Em oposição a esta nova fase do movimento, logo foram formadas organizações militares para atacar a irmandade. Taquaruçu foi atacada em dezembro de 1913 por três flancos, seguindo a estratégia do Capitão Lebon Régis. O que deveria ser o início de uma grande ofensiva, foi um grande fracasso. Surpreendidas na mata, antes de chegarem à “cidade santa”, as forças do governo foram escoraçadas.

Em meados de janeiro de 1914, o acampamento sertanejo de Taquaruçu transferiu-se mais para o norte, para próximo de Perdizes Grandes, formando o novo ajuntamento em Caraguatá. Os que permaneceram em Taquaruçu foram vítimas de uma nova ofensiva que massacraram os remanescentes com uma força muito desproporcional, bastando para esta constatação observar que

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculando por uns, em 40 e tantos e por outros, em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desenhava aos olhos do expectador. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto.¹⁴³

Este texto escrito por um militar integrante das forças repressoras estaria carregado de uma visão crítica da atuação da tropa federal no Contestado, denunciando a desproporcionalidade de forças, ou teria a intenção de, atuando como uma ameaça, construir uma memória desmotivadora de outros levantes de trabalhadores no território nacional?

Mesmo constatando que alguns sertanejos haviam conseguido fugir, a tropa do governo não considerou a possibilidade da perseguição, muito provavelmente, por considerar que os seus oponentes teriam sido desbaratados. Além disso, a lembrança daquele extermínio não motivaria novos ajuntamentos. Estavam enganados. O ataque a Taquaruçu fez acender o

¹⁴² MACHADO, op. cit., p. 135.

¹⁴³ Palavras de Alves Cerqueira, médico da tropa atacante, Cf. PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 114.

estopim da Guerra do Contestado e também despertar o interesse pela opinião crítica daquele conflito por parte dos militares.

A repressão do Estado ao movimento foi realizada por meio de tropas estaduais e federais que, durante o conflito, conviveram com a população da região e com os sertanejos aos quais se contrapunham, proporcionando a estes militares a oportunidade de testemunharem e se posicionarem a respeito da situação social, política e econômico daquela gente. Observando os acontecimentos a partir de seu local social e considerando seus interesses de classe e pessoais, alguns militares que participaram da guerra escreveram obras literárias memorialistas que influenciaram a opinião pública e, mais do que isso, construíram memórias sobre o movimento social.

Segundo Nilson Thomé¹⁴⁴, os militares que escreveram obras literárias sobre o Contestado, nas primeiras duas décadas do século XX, foram: José Herculano Teixeira d'Assumpção, com a obra *Campanha do Contestado: as operações da Coluna do Sul* (1917), Ezequiel Antunes, em *O Contestado entre Paraná e Santa Catharina* (1918); Antônio Alves Cerqueira, com *A Jornada de Taquarussú* (1919); as narrativas de *A Campanha do Contestado: episódios e impressões* (1920), de Demerval Peixoto; e *O Contestado* (1920), de José Octaviano Pinto Soares. Além destes, considero de grande importância para esta pesquisa histórica as memórias do General Fernando Setembrino de Carvalho, *Memórias: dados para a história do Brasil* (1950), escritas pelo próprio militar. Todos os citados eram oficiais do Exército Brasileiro, no período contemporâneo ao Contestado, sem o conhecimento ou domínio sobre a “lógica histórica”, mas que se apresentam como fontes importantes, principalmente para a compreensão do pensamento militar da época do Contestado. Uma análise mais cuidadosa pode desvendar se estes autores militares tiveram a intenção de escrever literatura, memória ou o que se entendia como escrita para a História.

Para esta pesquisa selecionei como fontes as memórias do General Setembrino, o comandante da última grande expedição militar do Exército a combater os sertanejos naquela região e a obra de Demerval Peixoto, que na ocasião em que participou da guerra ocupava o posto de Primeiro Tenente. Desta forma, é possível analisar dois pontos de vista de militares, na época, bem distanciados na sua hierarquia e, portanto, submetidos a diferentes pressões, interesses e questionamentos, que a análise das obras e de seus autores vai demonstrar.

¹⁴⁴ THOMÉ, Nilson. Bibliografia da Guerra do Contestado. Disponível em: <<http://www.portouniaodavitoria.com.br/contestado/bibliografia-da-guerra-do-contestado>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Tendo como objeto a memória do Contestado a partir destas obras memorialistas, que serão tomadas como fontes e não como historiografia, será possível detectar as influências e intensões dos seus autores.

O objetivo deste capítulo é interpretar as narrativas destas duas obras de militares, na tentativa de compreender e desconstruir os argumentos com os quais os militares pretenderam justificar a repressão no Contestado. A análise destas fontes permitirá, também, apreender como seus autores viram aquele movimento e como esta visão influenciou sua produção sobre o Contestado, construindo memórias que contaram histórias sobre aqueles sujeitos.

A história narrada por Setembrino de Carvalho, um Oficial-General do Exército, seguindo uma ótica positivista, dando inteligibilidade e reforçando a ordem social estabelecida, teve sua importância potencializada para os leitores acríticos do tema, que, desavisadamente, concordaram com esta construção de memória, repleta de intencionalidades políticas e interesses classistas.

O General Setembrino, gaúcho de Uruguaiana, nasceu em 1861, entrou para o Exército aos dezesseis anos, concluindo o curso de formação de oficiais em 1882. Entrou para a política em 1891, como deputado estadual do Rio Grande do Sul. Aos quarenta e nove anos, em 1910, foi convidado pelo Marechal Hermes da Fonseca, então candidato à Presidência da República, para ser Ministro da Guerra de seu governo, ficando aí evidente sua proximidade política com o Marechal. Em 1914, foi promovido ao posto de General-de-Brigada e, naquele mesmo ano, incumbido de reprimir a revolta do Contestado, o que fez até 1916. Foi promovido ao posto de General-de-Divisão em 1918 e em 1922, já nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército no governo Epitácio Pessoa, interveio contra os levantes dos Fortes de Copacabana e do Vigia e da Escola Militar. Promovido a Marechal em 1924, afastou-se da vida pública em 1926, vindo a falecer em 1947 aos oitenta e cinco anos de idade.¹⁴⁵

A importância da obra de Setembrino analisada como fonte nesta pesquisa está na constatação de sua estreita ligação política com o governo central no início do século XX, o que pode ter levado o militar a construir uma memória que justificasse a atuação do governo ao reprimir aquele movimento social.

A narrativa do Tenente Demerval Peixoto tem sua importância para o trabalho por ter este militar escrito sua obra no momento e logo após a sua participação na guerra, podendo, assim, ter percebido as pressões e os limites impostos àquela sociedade cabocla, levando-os à resistência. Na ocasião, Demerval era um oficial de baixa patente, se comparado ao General

¹⁴⁵ PECHMAN, Robert. **Setembrino de Carvalho**. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV. 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

Setembrino, tendo sido este nomeado, pessoalmente, pelo presidente da República em seu gabinete¹⁴⁶, tornando-o muito mais compromissado com os interesses políticos do governo do que seu subordinado Demerval, que tinha um contato muito mais estreito com as camadas mais baixas da hierarquia militar e, no caso do Contestado, também com os vaqueanos¹⁴⁷.

Demerval Peixoto nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 1884, e participou da Guerra do Contestado ainda muito jovem, com seus trinta anos de idade. Depois da guerra fez curso de engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro e participou, por duas vezes, da comissão da rede das ferrovias Sorocabana e Noroeste de São Paulo, em 1933 e 1939. Alcançou o generalato em 1942 e, em 1946, foi nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra para atuar como interventor federal interino em Pernambuco, tendo ocupado este cargo até 1947. No ano seguinte, passou para a reserva já tendo alcançado o posto de General-de-Exército.¹⁴⁸

É curioso observar que entre estas obras selecionadas como fontes a serem perscrutadas neste trabalho, existem alguns pontos de ligação que serão evidenciadas ao longo deste capítulo. Assim, parece-me que seus autores não apenas mantiveram algum contato compartilhando opiniões durante e após a guerra, mas também procuraram confirmar suas narrativas ao fazerem referências mútuas ou ao compartilharem informações. O próprio Demerval Peixoto presenteou o General com seu livro, como observei na dedicatória que consta na sua obra editada em 1920¹⁴⁹, sob a guarda da FGV, em uma seção que recebe o nome de Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, composta por manuscritos e livros que pertenceram ao arquivo pessoal do General. Além disso, a obra de Demerval é a única recomendada por Setembrino em suas memórias, dizendo ser esta uma obra detalhada que, além de tratar sobre as operações, contempla, também, “ocorrências diversas”.¹⁵⁰

De acordo com Peixoto, a proximidade do convívio da tropa com os vaqueanos levou os soldados do Exército e até mesmo alguns oficiais a se identificarem e adquirirem alguns hábitos locais. Como exemplo ele citou o linguajar característico da região que passou a ser

¹⁴⁶ O próprio Setembrino narrou em suas memórias, Cf. CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>. Acesso em: 10 jun. 2013, p. 127-131.

¹⁴⁷ Vaqueanos eram jagunços que compunham o braço armado dos coronéis, tendo eles atuado ao lado das forças do governo, mediante remuneração.

¹⁴⁸ **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbete sobre Demerval Peixoto. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

¹⁴⁹ PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). **A Campanha do Contestado - Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

¹⁵⁰ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 172.

adotado pelos militares, até mesmo por uma necessidade de se fazerem entender durante as transmissões de ordens. Os militares preferiram adequar a sua linguagem a “forçá-los a novo modo de exprimirem o pensamento”¹⁵¹. A proximidade com o caboclo, além de ter sido responsável por esta mudança na forma de se falar, e outros comportamentos, por parte dos militares, também influenciou o entendimento das pressões e dos limites impostos ao movimento social do Contestado.

Não se deve desviar do entendimento de que estas obras contêm narrativas influenciadas pelo ambiente social e intelectual a que pertenciam seus autores. Segundo Laura Antunes Maciel, o pensamento positivista influenciou os intelectuais do início do período republicano brasileiro, pretendendo criar uma identidade coletiva para o Brasil, buscando as bases para moldar a nação. Neste contexto, as escolas militares foram atraídas por este pensamento e por estes objetivos por basearem a formação dos futuros oficiais “na exaltação da Ciência, na relatividade histórica do conhecimento e na defesa do desenvolvimento técnico-industrial”.¹⁵²

Demerval ingressou ainda muito jovem na carreira militar e cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, tendo participado da Guerra do Contestado aproximadamente dez anos depois de sua formação militar. Influenciado pelo pensamento positivista, Demerval narrou suas impressões sobre o Contestado com o sentimento de um jovem idealista que identificou os problemas da sociedade contestada e da própria instituição a que pertencia, criticando algumas soluções adotadas e apresentando as suas que pretendiam ser melhores do que as praticadas, mesmo não tendo admitido estas críticas e influências políticas no seu trabalho intelectual.

Narrativas incolôres, originadas de alguns diários de campanha e de documentos colhidos no correr e depois das operações militares, os trechos deste livro se reduzem a um méro subsídio para o historiador futuro. As suas páginas, sem criticar o que foi bem ou mal feito, citam simplesmente a sucessão dos factos que constituíram a origem, o drama e o epílogo do Contestado.¹⁵³

Este trecho deixa clara a intenção do autor em fazer com que sua obra e suas impressões a respeito do Contestado servissem como “subsídio para o historiador futuro”,

¹⁵¹ PEIXOTO, op. cit., v. 3, p. 86.

¹⁵² MACIEL, op. cit., p. 17.

¹⁵³ Palavras iniciais da sua obra editada em 1920, Cf. PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). **A Campanha do Contestado - Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

contribuindo para a construção de uma memória e não simplesmente oferecer um texto que se prestaria ao lazer dos amantes da leitura.

As memórias de Setembrino o retratam como alguém perfeito, repleto de boas intenções em relação à sua pátria e seu povo, levando a paz onde ela fosse necessária, porém, considerando-se um incompreendido por parte da sociedade que, por meio da imprensa, o acusava de não poupar o sangue de inocentes nas empreitadas em que tomou parte.

No Contestado, Setembrino já apresentava uma jornada profissional bem mais longa do que a de Demerval Peixoto. Ainda muito jovem, assimilou as influências positivistas que lhe foram acentuadas pela sua participação como engenheiro na construção de quartéis e fortificações. Sempre que convocado esteve pronto para defender os ideais republicanos, inclusive no campo político, não tendo sido diferente no Contestado.

Antes de sua participação na repressão do movimento social do sul do Brasil, Setembrino já havia passado por uma experiência parecida no Estado do Ceará, no início de 1914, tendo atuado inicialmente no campo militar e, logo em seguida, no campo político como interventor naquele estado, durante a crise pressionada pelo conflito liderado por Padre Cícero que depôs o Presidente de Estado, o Coronel Franco Rabelo. Na ocasião, o General percebeu que a atuação no campo militar deveria ser executada de forma a não comprometer os interesses políticos do mandatário que o enviara. Desta forma, suas ações e declarações deveriam ser bem pesadas e avaliadas quanto à repercussão no campo político.

Fica evidente no pensamento positivista do General Setembrino de como deveriam ser confirmadas as suas narrativas, quando ele, intencionando construir uma memória edificante do Exército e de sua atuação pessoal como pacificador da região do Contestado, narrou assim: “Foi o Exército, afirmo, demonstro com documentos irrecusáveis, o pacificador das terras de Paraná e Santa Catarina”¹⁵⁴. Qual a validade de se comprovar uma narrativa com a apresentação de documentos elaborados por ele mesmo ou por outras pessoas que, mesmo não sendo seus subordinados na hierarquia militar, compartilhavam da mesma visão de mundo a respeito dos acontecimentos no Contestado? Ele não deu oportunidade para a avaliação de uma ideologia contrária à sua.

A ideia oficial, do início do século XX, de que era necessário levar a civilização aos recantos mais afastados do Brasil intencionava justificar a intervenção violenta por parte do governo para pacificar e civilizar populações que estivessem à margem de um comportamento desejado pelo Estado. Neste contexto é que o General foi enviado ao Contestado.

¹⁵⁴ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 167, grifos nossos.

Dentre várias questões analisadas e narradas nas obras destes militares, resolvi, na minha pesquisa, explorar as questões políticas locais, a influência do capital estrangeiro imperialista e a questão da desapropriação das terras dos sertanejos do Contestado, procurando compreender como estes temas foram entendidos pelos militares autores das obras selecionadas, como estas pressões atuaram sobre o movimento social, como os autores se valeram dessas questões para “justificarem” a repressão militar no Contestado e de que forma todo este processo de interpretação influenciou seus leitores, construindo uma memória sobre o Contestado e seus sujeitos. As questões base do texto estão apoiadas em: como estes militares entenderam a disputa política sobre a demarcação das divisas entre os Estados do Paraná e Santa Catarina? Como percebiam a presença do capital inglês na região do Contestado no início do século XX? Qual a importância das desapropriações das terras ocupadas pelos sertanejos dentre as questões que exerceram pressão sobre o levante?

A obra do Tenente Demerval, contando com as credenciais de quem participou ativamente na campanha, é bastante pesquisada e citada por historiadores, porém, neste trabalho, o interesse não reside apenas no teor factual, mas também em como se construiu esta narrativa que soma o posicionamento político dos documentos militares confeccionados durante a guerra à sua visão da realidade nacional, particularizada para aquela região do conflito. Nesta confrontação de ideias aparecem as opiniões do autor que podem ter sido compartilhadas por alguns de seus companheiros e certamente contaram histórias e construíram memórias a respeito de todos os fatores que pressionaram a eclosão do movimento social e sobre os sertanejos.

A construção da memória a respeito do movimento é importante para o Estado na medida em que elabora um conjunto de argumentos que pretendem justificar a intervenção armada, que, ainda assim, expõe suas contradições e seus conteúdos de classe. No entanto, é curioso o registro de um sentimento humanitário (ainda que discreto) por parte de alguém que pertencia às forças de repressão. Peixoto oscilou entre reconhecer as pressões exercidas pelo Estado brasileiro para o movimento social, algumas vezes até deixando transparecer pistas de reprovação de atitudes de seus superiores hierárquicos e do governo da República e o entendimento preconceituoso a respeito da crença e dos modos de vida caboclo, muitas vezes associado ao bandidismo e à crueldade na sua conduta em combate. Esta visão mais humanitária pode ter sido influenciada pela maior proximidade com a população cabocla, quer pelo contato com os vaqueanos, quer pela proximidade com as camadas mais baixas da hierarquia militar.

Embora a edição original da obra de Demerval¹⁵⁵ traga o ano de 1920, existe um campo destinado às observações da imprensa a respeito da obra e sua publicação onde podem ser encontradas observações datadas de janeiro de 1917 e março de 1918. A partir de uma leitura mais atenta destas observações, noto que esta obra foi editada por volumes, tendo o primeiro volume sido publicado em 1916 e a edição final (o terceiro volume) em 1920. Em 1995 a editora Fundação Cultural, de Curitiba, reeditou a obra em três volumes¹⁵⁶

As memórias de Setembrino, por sua vez, são escritas com uma narrativa mais cuidadosa, notando-se a preocupação em se criar uma imagem positiva do Exército nacional e do governo federal, que era exercido naquele período de sua nomeação para atuar no Contestado por um militar, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca¹⁵⁷. Muito próximo ao poder federal, Setembrino assumiu a postura de um pretense distanciamento da questão política que envolvia a disputa de fronteiras entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, admitindo apenas sua atuação como militar “pacificador” daquela região. Agindo assim, protegia sua imagem e a do Exército perante a opinião pública, já que não se colocava à disposição de interesses políticos duvidosos. Esta obra não deixou de transparecer suas intencionalidades e suas participações na disputa pela memória daquele movimento social, ligadas aos interesses do Estado brasileiro.

Publicadas quase trinta e cinco anos após o término da guerra do Contestado, estas memórias resultaram de uma reflexão mais elaborada e ponderada a respeito deste movimento social. O próprio Setembrino narrou tê-las escrito baseando-se “em reminiscências de episódios políticos armazenados” em sua memória, com o objetivo de contar uma história que construísse uma memória a seu respeito e a respeito dos temas que abordou, já que pretendia com este texto proporcionar “subsídio apreciável aos pesquisadores de história”¹⁵⁸, assim como Demerval já havia declarado a mesma intenção de fornecer “subsídio para o historiador futuro”.

Além das suas lembranças, Setembrino também lançou mão de documentos oficiais que ainda mantinha sob sua guarda, como é possível inferir-se a partir das referências que ele mesmo faz ao longo do texto. Segundo o que consta na introdução, Setembrino escreveu suas memórias a partir de seu afastamento da vida pública, em 1926, para, segundo ele, fugir de

¹⁵⁵ Pode ser acessada no sítio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no endereço eletrônico <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>.

¹⁵⁶ Esta obra compõe a coleção Farol do Saber, editada entre 1993 e 1996, pela Prefeitura de Curitiba, na gestão Rafael Greca.

¹⁵⁷ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 112.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 12.

“uma ociosidade enervante pela falta de trabalho”¹⁵⁹. Desconfio da narrativa de que o desejo de contar a história de sua vida, nela incluída o episódio do Contestado, tenha sido por mero desejo de espantar o tédio, não tendo qualquer intenção em se construir uma memória favorável à sua atuação militar e política em defesa dos interesses do Estado brasileiro. Não foi possível saber ao certo quando finalizou a escrita, mas, a julgar pela data de publicação (1950), é possível inferir que o processo da escrita durou até perto de sua morte, em 1947. Desta forma, Setembrino teria levado em torno de vinte anos para escrever esta obra.

As memórias de Setembrino indicam, logo nas primeiras páginas, os motivos da sua publicação, narrados pelo Coronel Lafayette Cruz, em 1949, que segundo ele, destinava-se “menos à grande publicidade que a seus netos e futuros descendentes para que, dizia ele, conhecessem o avô como ele foi e não deformado pelas paixões oriundas de ideais ou interesses contrariados”¹⁶⁰. Esta intenção indica-me que estas narrativas pretenderam enaltecer os feitos do General, associando-o a boas atitudes ao longo de suas carreiras militar e política, além de justificá-lo ou isentá-lo de culpa no caso da ocorrência de ações que possam ter maculado a sua imagem. A simples preocupação em produzir um texto com este objetivo me faz entender que existiram questionamentos a respeito de suas condutas a respeito de suas atuações como militar e político. Esta pesquisa se incumbirá de investigar apenas as narrativas a respeito de sua atuação na guerra do Contestado.

Com relação à construção de uma memória sobre os motivos que pretendiam justificar a repressão, a primeira atenção do Exército nacional me parece ter sido com seus próprios efetivos. Setembrino evidenciou esta preocupação quando percebeu a necessidade de se

[...] inculcar o espírito da ofensiva, despertar a vontade de combater, entre os soldados, despertar-lhes o ardor durante a luta, eliminando uma como que apatia, uma lamentável indiferença pela causa confiada à nossa defesa, que era a da lei, do direito, gerando-lhes mesmo a paixão, o que incontestavelmente adviria da vitória dos primeiros embates com o inimigo.¹⁶¹

É fácil imaginar que para alguém se lançar ao perigo, arriscando sua vida em uma guerra, além de outras questões, pode antes questionar o porquê daquela atitude e a necessidade de bater-se contra aquele inimigo. A “vontade de combater” dos soldados seria tão grande quanto a aceitação dos motivos que lhes fossem apresentados. Diante de soldados

¹⁵⁹ Ibidem, p. 12.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 7.

¹⁶¹ Ibidem, p. 148.

de origem humilde, em sua maioria, e muitos de cidades interioranas da região Nordeste¹⁶², cuja prática da agricultura como subsistência, assim como no Contestado, era uma realidade, “o espírito da ofensiva”, certamente, só germinaria a partir de um discurso que transformasse aqueles caboclos do Contestado em criminosos, bandidos cruéis incorrigíveis, não podendo eles serem vistos como trabalhadores resistindo às pressões impostas pela luta de classes, tendo o Estado ocupado as trincheiras da classe dominante.

Setembrino não só entendia esta motivação como importante, como a colocava acima das questões mais práticas que compunham a preparação do Exército para a guerra. Mas quais teriam sido os motivos apresentados à tropa? A questão das fronteiras entre o Paraná e Santa Catarina? A índole cruel e criminosa dos caboclos do Contestado? As “inexplicáveis” depredações de estações de trem e de linhas telegráficas? O fanatismo religioso? Setembrino nos dá uma pista de qual motivo teria sido por ele selecionado, para despertar na tropa o desejo de enfrentar o inimigo e derrotá-lo.

Uma vez de posse das informações colhidas, bem que na maioria imprecisas, contraditórias e com o socorro das quais somente a firme vontade do chefe poderia mover-se nesse “mare Magnum” de dúvidas, me foi dado fixar o problema de ação, que parecia mais conveniente para o fim a atingir, e que outro não era senão reconduzir aqueles nossos patrícios ao regime da lei.¹⁶³

Prosseguindo nas suas memórias, Setembrino narra um texto que, segundo ele, teria sido apresentado aos revoltosos como mais uma tentativa de se evitar os confrontos. Nesta oportunidade, referiu-se aos sertanejos como “cidadãos que abandonando os lares, desprezando o trabalho honesto, e divorciando-se da civilização, se internaram, errantes, pelos sertões para atentar de armas na mão contra a autoridade legalmente constituída”¹⁶⁴. Dito assim, transmite a ideia de que aqueles sertanejos, mesmo tendo a opção de proporcionarem sua subsistência em suas terras, eles teriam preferido abandoná-las, trilhando o caminho da bandidagem. Esta foi a história contada por Setembrino quase trinta e cinco anos depois.

Este deve ter sido o motivo difundido para a tropa: os inimigos estavam, deliberadamente, agindo fora da lei e deveriam ter suas atitudes reconduzidas às condições legais de uma sociedade dita civilizada. Mas o que poderia acontecer com aquele soldado que, por acaso, viesse a identificar outras pressões para aquele movimento social? É fácil admitir-

¹⁶² RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado em História Cultural)-UFSC, Florianópolis, 2001, p. 21.

¹⁶³ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 141, grifo nosso.

¹⁶⁴ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 149, grifos nossos.

se que a deserção poderia ser um caminho trilhado, inclusive seguindo-se uma adesão às forças inimigas, compartilhando seus ideais.

Mas o problema não terminava por aqui. Era preciso convencer de que esta não seria uma incumbência das forças estaduais e sim da tropa federal, como supunham, principalmente, alguns oficiais do Exército motivados, segundo Setembrino, por terem tombado “no campo de batalha bravos e esperançosos oficiais, sem o conseguimento do objetivo desejado”. O argumento utilizado por Setembrino e pelos oficiais da alta hierarquia militar deveria convencer a tropa de que valeria a pena arriscar a vida pela visão de mundo a ser defendida. Para vencer mais este obstáculo que se colocava diante da atuação que se pretendia definitiva contra o movimento do Contestado, Setembrino apelou, mais uma vez, para o entendimento preconceituoso da cultura daquele povo, mostrando-o distante daqueles costumes considerados civilizados e, principalmente, destacando o perigo que toda a nação corria no caso de não serem derrubados os “baluartes do fanatismo”, dizendo que aquilo que “o país inteiro presenciava era o trágico espetáculo atentatório dos seus foros de povo civilizado, espetáculo cuja ação se desenvolvia em um vasto cenário, onde os atores contavam-se por milhares”.¹⁶⁵

Dentre as questões a serem apresentadas como determinantes para o surgimento do movimento, a questão de fronteiras entre dois estados do sul apresentava-se como adequada para a construção da memória oficial. Este argumento, além de ocultar as questões sociais que mais interessavam aos sertanejos e que poderiam não ser bem recebidas pela tropa e pela opinião pública, também apontava para uma ameaça ao regime republicano, que deveria ser entendido como sustentáculo da ordem e garantidor do progresso.

1. AS FRONTEIRAS COMO JUSTIFICATIVA PARA A REPRESSÃO

Para Demerval Peixoto, “o vírus da rebelião” estava na disputa pela demarcação das fronteiras entre os estados, responsável por criar condições ideais para aparecerem, “pelas cercanias, os bandos armados e ameaçadores” que não tinham preferência por este ou aquele Estado da Federação na posse pelas terras em disputa. Ao contrário, segundo ele, aqueles “povoantes” estariam interessados em manter a anormalidade da situação, permitindo a prática criminosa. O autor generaliza o caráter criminoso da população de Canoinhas e destaca Demétrio Ramos como “líder caudilho que reuniu sertanejos assalariados com o fim de convulsionar a região litigada”.¹⁶⁶

¹⁶⁵ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 8 e 9.

¹⁶⁶ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 86-91.

Mesmo interpretando, assim como Paulo Machado, “que o longo período de indefinição entre as divisas marcou profundamente a natureza da ocupação demográfica da região e o perfil social e político destas comunidades”¹⁶⁷, é um exagero a generalização feita pelo militar, com a intenção de denegrir o caráter daquelas pessoas. E nesta empreitada de construir uma memória desfavorável ao movimento e aos seus sujeitos, Peixoto continuou narrando que, após a “debandada pacífica” de Demétrio, provocada pela presença de tropa federal na região, “a turbulência sertaneja começou a se complicar com a loucura religiosa” trazida por um “homem estranho” que “tratava doentes e se dizia iniciado em virtudes milagrosas”. Era João Maria de Jesus, o segundo monge¹⁶⁸. Estava completo o quadro que se queria pintar: bandidismo e fanatismo religioso praticados em uma região que tinha sua posse politicamente contestada e, portanto, frágil na sua administração e controles sociais da população.

Torna-se importante analisar, ainda que minimamente, o processo histórico em que se deu a disputa política pela demarcação da fronteira entre Paraná e Santa Catarina e o envolvimento do General Setembrino com esta questão, identificando como foi possível apoiar-se neste tema para a construção da memória do movimento. Da mesma forma, entender como Demerval associou esta questão aos interesses dos caboclos do Contestado, visto que o movimento eclodiu em meio a esta disputa política pela demarcação dos seus limites territoriais.

A disputa sobre a jurisdição da região a oeste do planalto serrano, entre os rios Iguaçu e Uruguai, iniciou no período colonial brasileiro entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina, sendo que esta última havia sido estabelecida como nova unidade administrativa do reino em 1738. O Paraná inseriu-se nesta disputa em 1853, após ter sido também estabelecido como província nacional.¹⁶⁹

A fundação de Lages, em 1766, marcou a ocupação oficial da região contestada, tendo sido esta uma iniciativa da Capitania de São Paulo, para assegurar à Coroa portuguesa a posse sobre aquele território em disputa com a Espanha. Ressalta-se que a região não se encontrava desabitada; existindo ali, antes da Vila de Lages, fazendas de criação de gado, cujos ocupantes tinham origem nos campos gerais do Paraná e São Paulo. Em 1820, Lages foi desmembrada da província de São Paulo, passando à administração de Santa Catarina, com seus limites definidos ao norte pelos rios Negro e Iguaçu. Esta, aliás, foi a base das alegações catarinenses

¹⁶⁷ MACHADO, op. cit., p. 123.

¹⁶⁸ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 88.

¹⁶⁹ MACHADO, op. cit., p. 123 – 124.

na disputa com o Paraná pelo território contestado. Na prática, a capitania de Santa Catarina restringia-se à ilha e a pequenas vilas litorâneas no seu entorno. A vila de Lages, que por uma questão geográfica tinha dificuldades em acessar o litoral catarinense, permaneceu ligada economicamente a São Paulo.¹⁷⁰

Enquanto Santa Catarina apresentava como argumento as definições do período colonial que garantiam a posse do território ao sul dos limites naturais demarcados pelos rios Iguaçu e Negro, o Paraná alegava que deveriam obter a posse do território pela sua ocupação (*uti possidetis*), já que a população da região, conhecida como os campos de Palmas, era composta, em sua maioria, por paulistas e paranaenses que ali se estabeleceram como criadores e lavradores.¹⁷¹

De acordo com Hapner, na questão de Palmas, em que Brasil e Argentina discutiam a posse do território no extremo oeste dos Estados de Paraná e Santa Catarina, decidida como ganho de causa brasileiro pelo arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, em 1895, o argumento vitorioso utilizado pela diplomacia brasileira alegava o *uti possidetis*, pela presença da população brasileira naquela região. População esta composta, em sua maioria, por paulistas e paranaenses. Ou seja, um argumento empregado com sucesso na política externa deveria permanecer forte em uma questão interna, como a disputa pela demarcação de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina¹⁷².

O primeiro decreto presidencial da República brasileira, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório, que oficializou a proclamação do novo regime, determinou que as Províncias fossem transformadas em Estados e que organizassem, eles mesmos, os respectivos governos. Nenhuma palavra foi dita sobre os eventuais problemas de limites que pudessem existir entre as antigas Províncias imperiais.¹⁷³

De acordo com José Murilo de Carvalho, o movimento social do Contestado foi afetado pelo federalismo que surgiu com a República. “A descentralização política e a eleição dos presidentes dos estados, como se dizia na época, exacerbou o sentido de identidade das novas unidades da Federação”, provocando a disputa territorial latente desde a “monarquia centralista que controlava a nomeação dos presidentes de província”.¹⁷⁴

¹⁷⁰ Ibidem, p. 124-125.

¹⁷¹ Ibidem, p. 125-127.

¹⁷² HAPNER, Paulo Roberto. **Litígio judicial e conflito armado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 249.

¹⁷³ DECRETO n. 01, 15 nov. 1889. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2014, grifo nosso.

¹⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Contextualizando o Contestado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p.22.

Criou-se uma situação desconfortável para Paraná e Santa Catarina, pois existiam desencontros e desacertos a respeito de áreas jurisdicionadas, pela impossibilidade de se fixar nítidos limites entre os dois Estados. Um dos problemas gerados por esta indefinição foi a dupla taxação da erva mate que descia a serra em direção ao porto de São Francisco - SC, de onde seguiria para o mercado externo. Nenhum dos Estados estava disposto a abrir mão de tão importante fonte de impostos, o que desencadeou problemas econômicos e políticos na região.¹⁷⁵ Entendo que seria necessária, neste momento, a decisiva atuação do Estado brasileiro para superar os desequilíbrios gerados naquela região, tendo atuado, ao contrário, com o estabelecimento de jurisdições provisórias que eram notadamente favoráveis ao Paraná, visto que eram negociadas politicamente, o que favorecia este Estado da Federação por exercer maior influência neste campo de poder.¹⁷⁶

Este quadro de disputa política fez Setembrino entender que o movimento do Contestado teve como origem o litígio de fronteiras, provocando “desordens nas terras de jurisdição contestada”. Ele narrou que este não era apenas o seu entendimento, mas também da opinião pública brasileira, que supunha assistir os dois Estados explorarem a “ignorância e o fanatismo religioso dos povos” que as habitavam, fornecendo recursos aos levantados com o objetivo de interferirem no julgamento da causa fronteiriça.¹⁷⁷

Embora creditando confiança em seus camaradas militares, governadores dos Estados do Paraná e Santa Catarina, quando diziam que suas Unidades Federativas não tinham interesse em conflagnar a região, Setembrino entendeu como sendo interesse da população a solução da questão¹⁷⁸. Este entendimento levou o General a propor o acordo de limites, visando, segundo ele, poupar vidas que seriam ceifadas no caso da atuação ofensiva de sua tropa.

Sem o sucesso do acordo de limites proposto por Setembrino, a intervenção militar era inadiável por diversos motivos enumerados pelos autores ao longo de suas obras, aos quais agora podemos somar mais um, qual seja o interesse estratégico em manter a integridade do território nacional, face à ameaça dos “vizinhos do Prata” que “cobiçavam” a região desde a questão de Palmas. Somava-se agora mais um argumento que pretendia justificar a insistência em se “pacificar” a região do Contestado.¹⁷⁹

¹⁷⁵ QUEIROZ, op. cit., p. 67.

¹⁷⁶ MACHADO, op. cit., p. 133-136.

¹⁷⁷ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 137, grifo nosso.

¹⁷⁸ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 137-138.

¹⁷⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 80.

“Vírus” e “ignorância” foram termos utilizados por estes militares em suas obras para associarem o movimento caboclo à questão das fronteiras. Ao empregá-los, suas intenções não podem ser outras se não associar o movimento a uma ameaça que poderia comprometer toda a República. Desta forma, aquele movimento social seria facilmente interpretado pelos leitores destas obras como algo que deveria ser exterminado, o quanto antes, para que não compromettesse a sociedade brasileira como um todo. Para isso, não sendo eficazes as medidas para uma solução pacífica da questão, estariam autorizadas as medidas violentas que não poupariam as vidas dos sertanejos daquela região.

A disputa entre os Estados da Federação tomou corpo nos campos político e jurídico, na medida em que a região aumentava a população que se ocupava nos trabalhos nas fazendas e lavouras. Em 1910 foi tomada a última decisão jurídica pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em favor da causa catarinense, ao apreciar, pela terceira vez, recurso impetrado pelo Estado do Paraná, não acatada por este estado, que se esforçou em impedir a execução da sentença por estar convicto de que a questão deveria ser resolvida no campo político e não pela intervenção do Poder Judiciário.

Até chegar a este ponto, a questão dos limites fronteiriços passou por muitas discussões que envolveram argumentos políticos e jurídicos, sendo possível acreditar que foram apresentadas várias propostas de traçado da fronteira que pudesse por fim ao impasse. Caberiam outras negociações? Setembrino entendeu que sim, haveria espaço para a negociação de outra proposta de traçado de fronteira que seria apresentada por ele aos governadores dos Estados, tão logo chegasse à região conflagrada, mesmo ele tendo declarado não pretender envolver-se em questões políticas do Contestado.

Entendo, assim como Aluísio Blasi, que o retardamento da execução da sentença por parte do Paraná, teve relação com a Guerra do Contestado. Depois de recebido o Mandado Executório, o Juiz Seccional do Paraná acatou os argumentos levantados pela defesa do Estado do Paraná contra a ordem de execução da sentença definitiva sobre a demarcação da divisa interestadual. Por se tratar de uma ordem e não um pedido, o Juiz Federal paranaense respondeu por ação criminal, a qual foi julgada improcedente em 4 de janeiro de 1913, havendo, em consequência, a necessidade de se reiniciar aquele processo executório. Durante este período de tramitação da ação criminal contra o Juiz, surgiram novas pressões ao movimento: foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1911), gerando todas as

obrigações e direitos contratuais a respeito daquele empreendimento. Deu-se, também, a aparição pública de José Maria no Contestado (1912), na região do Taquaruçu.¹⁸⁰

Faltou ao Estado catarinense força política para fazer executar a sentença do STF. A solução só chegou em 1916, momento em que foi feito o acordo político, por arbitramento do Presidente da República Wenceslau Brás.

A falta de uma atuação mais eficiente por parte do Estado brasileiro nesta questão de fronteiras acabou por retardar sua solução, o que agravou as tensões políticas e sociais provocadas pelo existente predomínio dos desmandos de chefes políticos locais, que, normalmente, resolviam as questões com o emprego da violência desmedida. Neste campo, segundo Machado, também o Paraná levava vantagem, uma vez que seus grandes proprietários de terra, oficiais (coronéis) da Guarda Nacional, em maior número, poderiam mobilizar uma grande quantidade de jagunços que atuavam em apoio às autoridades paranaenses. Diferentemente de Santa Catarina, que não apresentava um número significativo de coronéis e seus agregados capangas, visto que a população do Estado, embora numerosa, era composta de muitos posseiros e pequenos lavradores independentes.¹⁸¹

A falta de iniciativa política das autoridades catarinenses e o descumprimento dos acordos provisórios por parte dos paranaenses pressionaram um desgaste político na região contestada, com destaque para os vales dos rios Timbó e Paciência. Este cenário político pressionou antigos Oficiais da Guarda Nacional em Santa Catarina, que acumulavam perdas em suas propriedades para os vizinhos do norte, a se levantarem contra as autoridades paranaenses e a favor da execução da sentença do STF quanto à demarcação dos limites fronteiriços. Entre estes sujeitos destaco o Capitão da Guarda Nacional, Aleixo Gonçalves de Lima, o ex-suplente de promotor público, Antônio Tavares de Souza Jr e Bonifácio José dos Santos, o Papudo. Eram estes os principais líderes na região de Canoinhas.

Em 14 de julho de 1914, Aleixo, Tavares e Papudo, motivados pela atitude de proprietários paranaenses que resolveram anexar terras de propriedade de catarinenses e pela execução da sentença de limites, investiram contra Canoinhas, sitiando esta localidade, tendo eles persistido nos ataques pelo menos até o final daquele ano. O objetivo era depor o superintendente municipal, major Manoel Thomas Vieira, que tinha o apoio político do coronel Albuquerque, de Curitiba e do governador catarinense Vidal Ramos.

¹⁸⁰ BLASI, Aluizio. **A questão de limites e as dimensões jurídicas do Contestado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013, p.233-237.

¹⁸¹ MACHADO, op. cit., p. 123-132.

Aleixo Gonçalves, um ex-participante da revolução federalista e capitão da Guarda Nacional, tinha a resolver questões de terra de sua propriedade que haviam sido registradas em cartório paranaense por parte de uma família de Três Barras e da madeireira *Lumber*, que havia se instalado na região com investimento estrangeiro.

Tavares, segundo Machado “uma das lideranças mais controvertidas do movimento”, participou da fundação de Canoinhas, tendo obtido autorização para atuar como advogado, mesmo sem possuir a formação necessária. Também exerceu no município as funções de professor e suplente de promotor público. Tavares tinha desavenças políticas com o superintendente major Vieira, o que levou à sua demissão, em 2 de julho de 1914, quando ocupava o cargo de chefe escolar no município.

Bonifácio Papudo era um pequeno sitiante, tendo sido nomeado suplente de delegado de polícia em Canoinhas no primeiro semestre de 1914. Segundo Paulo Machado, Papudo teria sido convencido por Aleixo e Tavares a participar do movimento.

Apesar da questão de fronteiras não ser a mais importante entre as pressões que fizeram surgir o movimento dos sertanejos do Contestado, ela compôs um quadro de instabilidade política marcante naquele período da história nacional, chegando a ser, segundo Machado, para os sertanejos do norte (região de Canoinhas) “uma ameaça real, tanto à sua dignidade pessoal como à sua condição social de posseiros ou sítiantes independentes”.¹⁸²

No início de sua obra, o Tenente Demerval Peixoto fez considerações gerais sobre a região do Contestado, destacando o descaso do governo para com os habitantes da região que, segundo ele, “em grande parte, vive inteiramente alheada do progresso, olvidada da civilização e dos costumes litorâneos”. É evidente a sua impressão sobre os sertanejos do Contestado, percebendo os homens como rústicos e analfabetos, dotados de extraordinária resistência física e de extrema habilidade no manejo do facão. Características adquiridas no trabalho nas florestas a serviço da colheita e condução da produção da erva mate. Esta observação pode ser encarada como preâmbulo que intenciona justificar as futuras afirmações de bons desempenhos nos combates por parte daqueles que seriam os inimigos do Exército nacional. Analisando as mulheres, Demerval deixa transparecer seu preconceito a respeito da religiosidade daquelas pessoas e a forma pejorativa como compreendem a “Monarquia cabocla”, atribuindo-as à pregação dos monges que durante muito tempo andaram pela região.¹⁸³

¹⁸² Os últimos seis parágrafos foram escritos tomando-se por base MACHADO, op. cit., p. 129-136.

¹⁸³ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 32.

Segundo o militar, as dificuldades que vivia o povo do Contestado eram resultados de ser ele “filho de dois pais adotantes, ambos ávidos da sua maravilhosa riqueza e ambos manifestamente impotentes para debelar os males terríveis que o assoberbam: a ignorância dos habitantes e a falta de um policiamento extraordinário e duradouro”¹⁸⁴. O autor atribuiu a eclosão do movimento, e sua consequente repressão, à evidente indiferença dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que estavam interessados “exclusivamente na grandeza territorial” e nas riquezas que dela poderiam advir. Demerval Peixoto, ainda no início de sua obra, nos deixa pistas de que existem mais de uma pressão para o movimento, mas que considera a querela dos limites entre os Estados como a principal delas, no entanto, sem deixar de destacar que o “fanatismo” religioso seria a mais preocupante dentre todas elas¹⁸⁵. Segundo o autor, a demanda das divisas teria se somado ao “fanatismo”, “avassalando” o “flagelo” na região, criando as condições para o “bandidismo” e a desordem em meio a uma “povoação boa” que, sem garantias do governo, “temia as iras dos jagunços perversos e vingativos”.¹⁸⁶

É possível perceber que, logo de início, Demerval monta um cenário político e social possível de ser avaliado como merecedor de uma imperiosa intervenção do Estado brasileiro, que beneficiaria a população apresentada como vítima de sua própria ignorância e isolamento, somados aos desmandos e interesses políticos e econômicos dos governos dos Estados fronteiriços, ainda que, segundo o autor,

O verdadeiro habitante do Contestado, o obscuro sertanejo que tira da terra úbere o pão para manter a prole numerosa, no embrutecido matagal, é positivamente indiferente a qualquer jurisdição: até prefere que a União o livre do suplicante dualismo...¹⁸⁷

Sendo aquela população indiferente a qualquer jurisdição territorial, quer seja do Paraná quer de Santa Catarina, como poderia ser esta a principal motivação que a levava a se levantar contra suas condições de vida? Apesar da aparente convicção do autor quanto à indiferença dos caboclos com relação à questão de limites, as reticências que encerram o parágrafo nos transmitem a ideia de dúvida (ou que haveria algo mais a se dizer) quanto ao desejo da intervenção da União na região contestada, por parte dos seus habitantes; mesmo o autor se considerando, assim como a seus companheiros de farda, os únicos capazes de identificarem a verdade imparcial a respeito do movimento e suas pressões, colocando-se

¹⁸⁴ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 33.

¹⁸⁵ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 44.

¹⁸⁶ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 53.

¹⁸⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 52.

acima dos políticos e dos jornalistas das capitais, deixando transparecer a face positivista de sua formação ideológica.¹⁸⁸

Não serão agitadores das capitais, nem parlamentares escandalosos e muito menos os periodistas que acatam todos os informes que poderão concluir as razões exatas, o móvel enfim que impeliu os infelizes compatriotas daquela região a se associarem à loucura de serem exterminados na luta. Quem penetrou no âmago dos redutos miserandos, quem pelo menos assistiu de perto, imparcial, o desenrolar triste e dificultoso das expedições, não terá outra convicção: - o caudilhismo terrorista de exploradores contumazes dominava e explorava, sob pretexto monárquico, a ignorância e o fanatismo que assola aquela gente humílima e boa. A questão de limites entrou acidentalmente, sorrateira, em todos os momentos, aproveitando e alimentando a convulsão e tirando-lhe o melhor partido...¹⁸⁹

Mais uma vez as reticências indicam que Demerval teria algo mais a dizer. Se o monarquismo era um pretexto e a questão de limites, que antes era considerada como determinante, agora assume um caráter acidental entre as pressões do movimento, restam o “caudilhismo terrorista”, a “ignorância” e o “fanatismo” da população. Note que, mesmo empregando uma visão de mundo preconceituosa a fim de “justificar” a atuação militar, Demerval destaca que aquela era uma “gente humílima e boa”. Sendo assim, a tropa aparece neste contexto como tendo atuado em defesa da população, e não reprimindo a resistência cabocla. Este entendimento da atuação do Exército construiu uma memória favorável à instituição.

Para dar credibilidade a esta avaliação da situação, dando forma, assim, à “boa memória” sobre o movimento e suas pressões, Demerval conclui que todos aqueles que têm se dedicado a estudar imparcialmente aquele conflito (vimos anteriormente que ele se refere aos militares), concordam com o “comandante da maior das forças expedicionárias àquele retalho da pátria”, o General Setembrino de Carvalho. A concordância no pensamento de Setembrino e Demerval, evidenciando mais um ponto de ligação entre as narrativas, parece-me uma intenção de caracterizar uma mútua confirmação entre as fontes, com o objetivo de conferir credibilidade a elas.

Parece-me que Setembrino também mudou de opinião algumas vezes em seu posicionamento político a respeito da definição dos limites entre os estados, ao longo do período que durou o conflito e também durante os anos que seguiram após a guerra até a

¹⁸⁸ Ver “historiadores de farda”, Cf. RODRIGUES, Rosa Rogério. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 105-109.

¹⁸⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 77-78, grifo nosso.

publicação de suas memórias. Contou-nos o General que ao ser nomeado para “acabar de uma vez com os fanáticos do Contestado”, aceitou a incumbência, mas não sem fazer um comentário pejorativo a respeito da atuação de seu companheiro de farda, General Mesquita¹⁹⁰, por ter este dado como “concluída a questão dos fanáticos, sem realmente estar”¹⁹¹. Em seguida, o autor passou a fazer considerações sobre a questão dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina, entendendo ele que este litígio implicou em divergências no campo político entre os Estados da federação, com reflexos na população local, ainda que o Supremo Tribunal Federal tivesse se pronunciado, “em sentença irreversível”, a favor de Santa Catarina, mesmo sendo o Paraná, segundo o autor, o mais influente politicamente no cenário nacional dentre os litigantes.¹⁹²

Por conta de uma disputa pelo poder político no Estado do Paraná, segundo o próprio Setembrino, ele teria sido procurado (até mesmo assediado) pelo Senador Alencar Guimarães, um dos opositores de Carlos Cavalcanti, o então governador daquele Estado, para que, de alguma forma, valendo-se da comissão militar da qual havia sido nomeado, atuasse em favor de interesses políticos da oposição. Proposta veementemente recusada por Setembrino, por estar “decidido a não aceitar encargos de índole política”, visto que havia passado por uma experiência ruim durante a comissão do Ceará¹⁹³, onde, por ter admitido atuar no terreno político, teria sido “alvejado pela calúnia impiedosa”, ainda que tivesse sido tranquilizado pela sua “consciência cívica”. Setembrino não estava disposto a participar de “um plano político arquitetado nas dobras do manto de paz a estender-se no solo contestado”, cuja execução lhe caberia.

Diante deste cenário político que, na interpretação de Setembrino, armava-se para sua atuação no Contestado, o General enviou, no dia seguinte à conversa com o Senador Guimarães, uma carta ao Ministro do Interior, Herculano de Freitas, recusando a incumbência de ser nomeado “Delegado do Governo Federal naqueles Estados”, conforme o próprio Senador lhe havia adiantado que aconteceria. Esta iniciativa provocou a convocação de

¹⁹⁰ O General Mesquita, um veterano da guerra de Canudos, interrompeu a expedição militar que comandou na região do Contestado após ter identificado as péssimas condições da tropa e constatado a “politicagem que imperava no Contestado”, Cf. RODRIGUES, Rosa Rogério. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 32–33.

¹⁹¹ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 127.

¹⁹² Ibidem, p. 128.

¹⁹³ Como comandante da 4ª Região Militar, em Fortaleza, foi responsável pelo combate à Revolta de Juazeiro em março de 1914, tendo sido nomeado, em seguida, interventor do Ceará, cargo em que permaneceu de março a junho do mesmo ano. Nesta oportunidade teria sido ele acusado de ter manchado de sangue o solo cearense durante a pacificação daquele estado, Cf. CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro [s.n.], 1950, p. 124-125.

Setembrino ao gabinete do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, para que diante dele e do Ministro da Guerra expusesse os motivos que o levaram a enviar a carta ao Ministro do Interior, tendo ele informado que a carta baseava-se nos “conceitos” que havia ouvido na noite anterior do Senador Alencar Guimarães “sobre a política interna do Paraná e em relação ao veredito do Supremo Tribunal de Justiça na questão de limites entre os dois Estados”, tendo ele, mais uma vez, deixado claro que não aceitaria ser investido de autoridade política. Para Setembrino não interessava ser nomeado, mais uma vez, interventor em algum Estado da Federação.¹⁹⁴

Presumo que para tomar esta decisão ele deve ter considerado os possíveis prejuízos à sua imagem, visto que, como interventor, deveria tomar decisões políticas difíceis de serem aceitas pela oposição, que trataria, mais uma vez, de macular sua imagem, como no Ceará. Assim, preferiu permanecer apenas com os encargos militares, até mesmo porque os ataques aos caboclos poderiam ser “justificados” (como ele tentou fazer) com uma divulgação de uma imagem incriminadora daqueles trabalhadores. Ele também pretendeu fazer com que se entendesse a ação violenta como inevitável ao divulgar, por várias vezes, cartas de apelo à rendição que não foram completamente exitosas entre os sertanejos levantados. Desta forma, estaria construída uma memória favorável à sua imagem, caso ficasse entendido que os caboclos teriam sido atacados por serem criminosos e estarem à margem da sociedade e das leis, ainda que lhes tenham sido oferecidas, por inúmeras vezes, oportunidades de se renderem e pouparem a vida de várias pessoas. Se Setembrino conseguisse construir uma “boa memória” a respeito da sua atuação no Contestado, e também do papel do Estado naquele conflito, ele estaria realizado e, provavelmente, bem encaminhado politicamente para o prosseguimento de sua carreira. E parece que, pelo menos na avaliação do Presidente da República, ele obteve sucesso. Setembrino termina o trecho de suas memórias destinado aos acontecimentos no Contestado com as palavras do Ministro da Guerra aprovando sua atuação naquela campanha militar.

Achando-se terminadas as operações de guerra nos Estados de Paraná e Santa Catarina, o Sr. Presidente da República se congratula com o Exército Nacional por esse fato, louvando os oficiais e praças que nelas tomaram parte, pela bravura e abnegação de que deram provas. A Divisão de operações, tendo à sua frente o digno General Setembrino de Carvalho, bem mereceu da Pátria, pelo reestabelecimento da ordem, evitando que o movimento tomasse incremento no País, sufocando-o nos sertões daqueles Estados. O plano de operações desse General, o modo hábil e enérgico por que dirigiu a operação, a sua grande atividade, o seu cuidado com as

¹⁹⁴ Ibidem, p. 128-131.

subsistências das tropas vencendo inúmeras dificuldades que surgiam a cada passo, recomendam o seu nome.¹⁹⁵

É curioso como aquela história do assédio político em torno de Setembrino, logo que se soube da sua nomeação para o Contestado, um tema tão sensível e certamente restrito a um número mínimo de pessoas, também tenha sido narrada por Demerval, porém com uma interpretação mais clara, objetiva e direta das intenções dos “interesseiros políticos” que o abordaram durante um “banquete” que lhe foi oferecido pelos que enxergaram uma “intervenção capaz de apeiar o governo estadual” do Paraná¹⁹⁶. Demerval, ao contar esta história, embora de uma forma bem mais sucinta, não informa como ficou sabendo daquele episódio, mas o fato é que este pode ser apontado como mais um ponto de ligação entre as duas obras fontes de pesquisa abordadas neste capítulo. As coincidências em informações contidas nas duas obras, não podem ser consideradas em uma análise de multiconfirmação, uma vez que é provável que os autores tenham entrado em contato antes e durante suas produções intelectuais. Reforça esta teoria a desconfiança de Rodrigues de que Demerval tivesse sido convocado a atuar como “historiador de farda” na Guerra do Contestado, com o propósito de registrar a história e construir a memória do conflito.¹⁹⁷

Naquele encontro entre Setembrino, o Presidente da República e o Ministro da Guerra teria sido definida a natureza “exclusivamente militar” da missão do General: “Acabar com os fanáticos”¹⁹⁸. Assim, Setembrino partiu para a região conflagrada, não sem antes analisar a situação em que a população do Contestado se encontrava. Em suas memórias, o General narrou, quase trinta e cinco anos após o término da guerra, ou seja, após um período longo o suficiente para refletir e concluir a respeito das pressões envolvidas no movimento, que ainda considerava, numa visão preconceituosa, aquelas pessoas quase totalmente ignorantes.

Trabalhadas por um fanatismo funesto, que introduzindo-se mesmo no lar dos menos incultos, de lá arrancava a esposa, a filha, estrangulando os laços dos mais caros e sublimes afetos para conduzi-las aos antros criminosos, onde as consciências se obscureciam pelas ilusões de uma falsa religião, é fácil a operação de espírito, para quem conhece a índole, o temperamento, os costumes e hábitos dos nossos sertanejos, que vivem, por

¹⁹⁵ Ibidem, p. 173, grifos nossos.

¹⁹⁶ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 08.

¹⁹⁷ RODRIGUES, Rogério Rosas. **A guerra como política ou a política da guerra**. Revista Brasileira de História Militar. Rio de Janeiro, Ano II, n. 04, p. 2, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo3rbhm4.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

¹⁹⁸ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 130.

assim dizer, segregados dos centros de civilização, obedecendo quase somente aos impulsos naturais.¹⁹⁹

Ao chegar na região onde seriam desenvolvidas as operações militares, Setembrino sentiu a necessidade de um acordo político a respeito dos limites fronteiriços entre os Estados. Considerando que esta atitude teria grande influência para a pacificação da região, apresentou-lhes um “projeto de limites”. O General nos conta que consultou “a opinião dos governadores sobre a possibilidade de um acordo, indicando como marco das futuras negociações, destinado a ser também o marco da paz, uma linha de limites” que lhe parecia mais adequada aos interesses dos dois Estados. Como resposta, recebeu críticas da parte do Governo Catarinense, que teria dito que “um comandante de forças não tinha a serenidade precisa para ocupar-se da solução de um assunto de tão grande relevância saindo, além disso, da órbita da ação militar que lhe competia.”²⁰⁰ Teria sido esta proposta benéfica para o Paraná, despertando a rejeição de Santa Catarina? Em caso positivo, teria Setembrino, finalmente, decidido se posicionar contra o Senador Alencar Guimarães, opositor do Governador do Paraná?

Vimos que durante o processo de sua nomeação como comandante das forças no Contestado, Setembrino havia refutado os encargos políticos, aceitando apenas as responsabilidades militares. Parece-me que, mudando de ideia, Setembrino admitiu assumir responsabilidades no campo político, tendo inclusive sido criticado mais de uma vez por este motivo. Não tendo como omitir este episódio nas suas memórias, por ter se tornado pública sua proposta de acordo de fronteira, ele a justifica dizendo não ser

[...] possível restringir demasiado o papel desse comando agrilhando-o ao princípio do ataque ou defesa, considerando-o um instrumento passivo, negando-lhe o direito de exame das circunstâncias que influir possam nas suas resoluções, eliminando dentre as faculdades que lhe são outorgadas a escolha dos meios mais consentâneos para atingir o fim proposto.²⁰¹

Será que Setembrino mudou de ideia quanto à sua atuação política na região, ou enxergou esta como uma oportunidade para conseguir algum tipo de vantagem? Caso sua proposta de fronteira fosse aceita pelos Estados litigantes, mesmo depois de acalorados debates na imprensa, no Poder Judiciário e até mesmo no campo político, que resultaram em uma decisão irrecorrível, sairia ele enaltecido por ter resolvido uma questão que muitos

¹⁹⁹ Ibidem, p. 134.

²⁰⁰ Ibidem, p. 138-139.

²⁰¹ Ibidem, p. 139.

prejuízos havia trazido para a Nação, ceifando vidas, onerando os cofres públicos e, principalmente, desgastando a imagem política do Marechal Hermes. Em caso de recusa da proposta, como aconteceu, além de funcionar como mais um argumento para se alegar suas intenções em poupar vidas, deixaria claro que sua atuação violenta era inevitável e “justificável” por terem sido esgotadas todas as outras possibilidades de solução pacífica no campo político. Ele mesmo narrou em suas memórias que, depois da tentativa frustrada do acordo, não tinha mais esperanças de “abrandar a revolta com a solução do litígio” de fronteiras, percebendo que não via mais a possibilidade de “evitar o choque das armas” pela existência de vários outros temas que pressionavam o movimento social²⁰². Neste mesmo trecho, ainda que timidamente, pela primeira vez em suas memórias, o General reconhece a existências de outras pressões e coloca em dúvida o protagonismo do litígio de fronteiras, mas ainda sem qualquer pista de seu entendimento de quais seriam estas pressões.

Considerando que o “país vivia um momento de avaliação dos ideais republicanos e de elaboração de um projeto de nação que sinalizava para a emergência de se construir uma memória nacional republicana”²⁰³, era natural que Setembrino estivesse preocupado com sua imagem e com a do Exército. Assim, a esperança de que um acordo político de fronteiras diminuísse o ímpeto daqueles trabalhadores contra quem deveria lutar, associado às suas opiniões preconceituosas e demonstradoras de pouco conhecimento a respeito da cultura cabocla, fazem compreender que a narrativa das memórias do General mostra um caboclo manipulado pelas lideranças locais para atingirem seus objetivos políticos na região.

É natural que entre os militares se entendesse a questão das fronteiras como uma pressão preponderante para a guerra do Contestado, visto que “o prolongamento da disputa entre Paraná e Santa Catarina pelas fronteiras territoriais [...] poderia respingar na política nacional”, ameaçando o prestígio do Presidente militar. Assim, resolver o impasse fronteiriço era mais importante do que “zelar por melhores condições de vida para as pessoas da região”.²⁰⁴

Setembrino justificou seu envolvimento com a política dizendo que ela exerce influências essenciais sobre as decisões e sobre a conduta do comandante militar. Acredito que esta afirmativa pode ser utilizada para avaliar algumas de suas atitudes enquanto no comando da tropa no Contestado, como por exemplo a oferta de terras aos sertanejos que se entregassem às forças do governo, como veremos mais a frente. Esta percepção da posse da

²⁰² Ibidem, p. 138-140.

²⁰³ RODRIGUES, Rosa Rogério. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 21.

terra para sobrevivência do caboclo pode ser interpretada como um entendimento não só do General, mas também do governo federal. É interessante pensar que se realmente a questão da demarcação da fronteira fosse o que os sertanejos desejavam, o apelo à rendição não traria a oferta de terras e a legalização de sua posse e sim a promessa de se resolver a questão de limites imediatamente, visto que havia a sentença definitiva do STF, restando apenas o cumprimento da ordem executória.

Ao incluir na sua obra a citação da narrativa do Capitão do Exército Matos Costa, Demerval deixa entender que concorda com a opinião deste militar, confirmando a suspeita de que Demerval, por algum motivo, refez seus conceitos a respeito das questões que pressionaram o movimento, admitindo uma posição secundária, dentro de uma escala de importância, para a questão de limites²⁰⁵. Segundo Demerval, Matos Costa entendeu que

A revolta do contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito.²⁰⁶

Note que a narrativa apresentada pelo autor como sendo de Matos Costa, aponta a justiça como solução para a questão das terras tomadas dos sertanejos de forma violenta e a instrução como uma forma de fazer os caboclos enxergarem outro meio de defesa de seus interesses que não o levante armado. Qual seria esta outra forma de resistência? Estaria ele sugerindo uma solução por meio do voto? Diante das pressões e limites impostos pela sociedade cabocla, teriam aqueles trabalhadores esperanças na eficácia das urnas para expressarem sua vontade e atingirem seus objetivos? De qualquer forma, dizendo que existia outro meio de se resolver, que não às armas, coloca-se sobre os ombros daqueles trabalhadores uma responsabilidade muito grande, qual seja a de terem provocado aquela guerra civil. De uma forma sutil e subliminar, o autor constrói uma memória desfavorável ao papel desempenhado pelos caboclos na Guerra do Contestado.

Mesmo assim, é flagrante a pista que nos deixa Demerval, transparecendo que entendia a existência de outras pressões atuando para o surgimento do movimento. A

²⁰⁴ Ibidem, p. 25.

²⁰⁵ Este entendimento deu-se, em grande parte, a partir das impressões deixadas por seu companheiro de farda, o Capitão Matos Costa, que propagou no meio militar uma visão mais humana e menos reducionista daquele levante caboclo. É bem verdade que este entendimento, ainda que menos reducionista, não se descolava de uma visão preconceituosa da cultura cabocla e da sua capacidade de compreender o cenário político e social por eles vivido.

²⁰⁶ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 78.

impressão que tenho é de que, na medida em que Peixoto narrou sua história, ele percebeu que as intenções dos sertanejos se afastavam das questões lindeiras entre os Estados, embora tenham existido líderes que declaravam estar levantados pela execução da sentença de limites.

No correr da grande expedição, ficara provado que alguns chefes de malta, dirigindo redutos ultimamente formados, embora aliados ao fundamento primordial, isto é, à conflagração revolucionária com base no vale de Santa Maria, pretenderam tirar outro partido da revolução sertaneja, transparecendo ao longe que a convulsão do Contestado girava somente em torno da questão dos limites. Puríssima exploração de espertos.²⁰⁷

Neste momento de sua reflexão, Demerval não identificou a reivindicação de demarcação dos limites como legítima do movimento social dos sertanejos do Contestado. Ele entendeu esta bandeira como motivos levantados por quem desejava aproveitar-se da situação. **Tudo isso encaminha-se para o entendimento de que** no meio social em que vivia Demerval a impressão que se tinha era de que o movimento “girava somente em torno da questão dos limites” e da “politicagem” em torno dela, tendo ele percebido motivos mais consistentes para aqueles caboclos terem se levantado. Os redutos de Tavares, Aleixo e Papudo eram, segundo o autor da obra, os “únicos armados em favor do cumprimento da sentença relativa aos limites”, que depois de extintos, não fez cessar o movimento.

O móvel da criação dos redutos de Tavares, de Aleixo e de Bonifácio “Papudo”, nada mais fora que uma das diferentes maneiras de ignóbil exploração aos míseros sertanejos com o pretendido regionalismo que os jagunços absolutamente não defendem.²⁰⁸

O entendimento de que a questão dos limites não fazia parte dos assuntos principais levantados pelos sertanejos, não influenciou a visão preconceituosa sobre os caboclos nem fez diminuir sua opinião de que eram pessoas incapazes de decidirem o que lhes era melhor sem que estivessem sob a influência de outros.

A partir da constatação da mudança da narrativa de Demerval, que antes apostava na questão de fronteiras como a principal causa do movimento e agora, concordando com Matos Costa que divide esta responsabilidade com os sertanejos pela sua ignorância, o autor da obra contribui para a construção de uma memória sobre estes sujeitos. Ele os associa à situação de vítimas do seu próprio destino, por serem pessoas ignorantes, incapazes de decidir o melhor caminho a seguir, portanto fazendo-se necessária uma intervenção do Estado que os trará para

²⁰⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 76.

próximo da civilização. Assim, Demerval abandona uma visão reducionista que priorizava a questão das fronteiras como sendo o principal motivo, passando a adotar uma visão mais “humanitária”, mas ainda muito preconceituoso e que desqualifica o Caboclo do Contestado.

2. O CAPITAL ESTRANGEIRO E A DISPUTA PELA TERRA

A construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande Sul, a exploração da madeira local e a venda de terrenos para colonos imigrantes, tudo dentro de um contexto de expansão imperialista do capital, tiveram uma importante e decisiva participação na insatisfação dos caboclos, levando-os à resistência.²⁰⁹

É curioso observar que o Coronel Lafayette Cruz, que abre esta edição das memórias de Setembrino, narrando o prefácio da obra com o sugestivo título de “Motivos desta publicação”, menciona, logo em seu início, dois empreendimentos do capital estrangeiro investido no Contestado: a construção da estrada de ferro e a promoção da colonização estrangeira. Ele destacou o particular interesse do General pela construção de estradas de ferro por considerá-las “tão necessárias ao normal desenvolvimento do país” e também afirmou que a “restituição da paz” no Contestado proporcionou condições para que lá houvesse “crescente onda de colonização e povoamento”, promovendo o desenvolvimento econômico da região.

Mesmo antes da história ser contada por Setembrino, o Coronel se encarregou de descortinar ao leitor a impressão de que o General se mostraria favorável ao empreendimento estrangeiro naquela terra “desabitada”, cuja colonização deveria ser prioritariamente feita por estrangeiros, não deixando dúvidas a respeito do preço que se estava disposto a pagar por este “desenvolvimento”. Em seu texto o Coronel narrou que para se realizar estes empreendimentos teria sido “necessária uma guerra sangrenta, mas planejada e executada de modo a poupar ao máximo o sacrifício dos infelizes patricios transviados”.

A Guerra do Contestado tem sua origem quando um empresário norte-americano, aventureiro e especulador, informado do potencial de riqueza inexplorado da região sul do Brasil, desperta para um possível campo de investimento para suas empresas. Percival Farquhar tinha uma predileção pelas ferrovias e se dedicava a investir seu dinheiro no ramo da infraestrutura no continente americano.²¹⁰

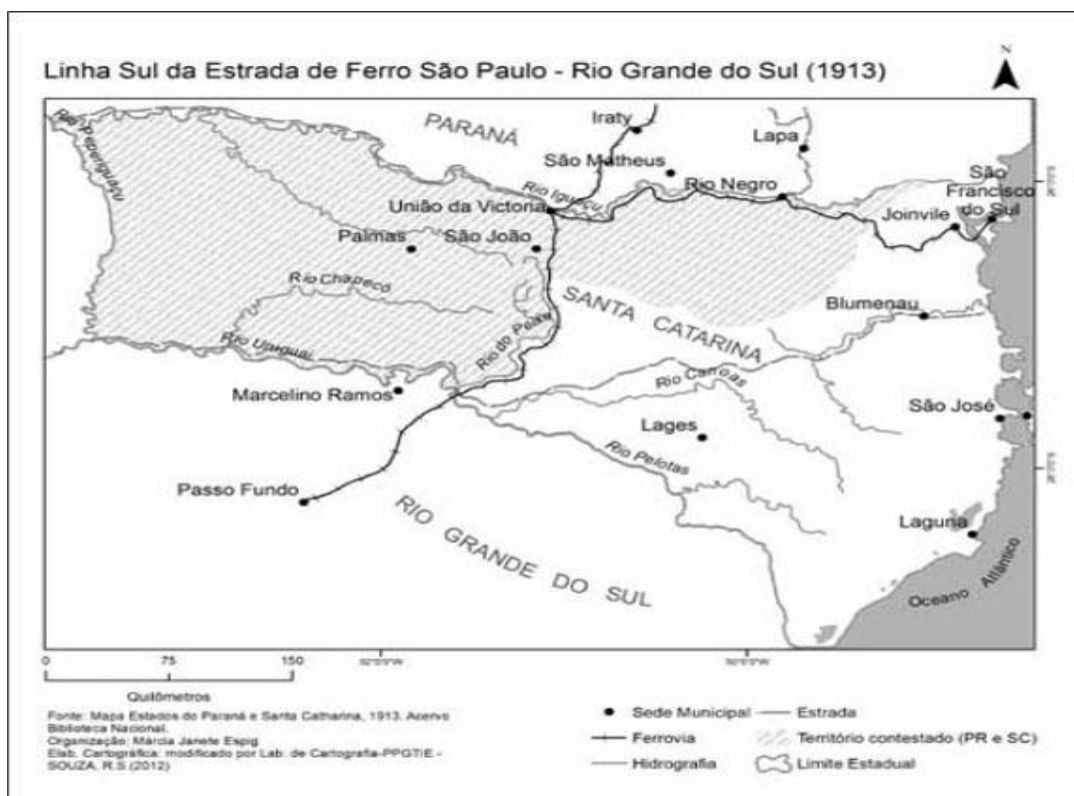
²⁰⁸ Ibidem, p.76.

²⁰⁹ Cf TOMPOROSKI, A. A. **O polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. 282f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2013.

²¹⁰ RIOS, José Arthur. **O Contestado**: um centenário. In: WEHLING, Arno et al (Org). 100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 36.

Em 1906, Farquhar fundou a *Brazil Railway Company*, com o projeto de constituir um grande sistema ferroviário unificado na América do Sul. Nesse mesmo ano comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), arrendando, mais tarde, a Estrada de Ferro Sorocabana e adquirindo a maior parte das ações das estradas de ferro Mojiana e Paulista. Apoiado geralmente em capitais europeus, continuou a expansão de seu império ferroviário no Sul, adquirindo outras linhas nessa região e nos países vizinhos.²¹¹

A empresa norte-americana, que também contava com o capital inglês e francês, foi a responsável pela construção da EFSPRG, em seu trecho sul-norte, ligando a cidade de Marcelino Ramos (RS) a União da Vitória (PR), margeando o rio do Peixe (1908 – 1910) e no trecho oeste-leste, que se estendia desde União da Vitória a Rio Negro, ambas cidades paranaenses, concluído em 1913. Este último trecho, mais tarde, foi complementado até Joinville (SC), com sua conclusão em 1917.



Detalhe dos Estados do Paraná e Santa Catharina, 1913, com indicação do trajeto da Linha Sul da EFSPRG.

Imagem 04: EFSPRG

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200017&script=sci_arttext. Acesso em: 02 fev. 2016.

²¹¹ FGV. Percival Farquhar. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/Verbete_PercivalFarquhar.pdf>. Acesso em 21 nov. 2013.

O governo brasileiro, na época tendo Afonso Pena como presidente (1906-1910), oficializou a concessão de uma faixa de 15 km de cada lado da estrada de ferro à empresa construtora, ignorando os posseiros que ali haviam se estabelecido de longa data. Além disso, a União garantiu ao capital estrangeiro uma subvenção de 30 contos de réis por quilômetro construído²¹² e mais juros de 6% sobre o capital investido pela concessionária, no caso de prejuízo no empreendimento²¹³. Farquhar passou a explorar essas terras expulsando antigos habitantes que ali viviam na qualidade de posseiros, instalando, também, a *Southern Brazil Lumber and Colonization* que tinha como objetivo extrair madeira na região e depois comercializá-la no restante do Brasil e no exterior, valendo-se, para isso, da infraestrutura ferroviária. Essa terra desapropriada por ordem do governo federal, inaugurou uma nova forma de se explorar a madeira, comprometendo a atividade dos pequenos madeireiros locais e intensificando a disputa das terras na região.²¹⁴

Como se não bastasse, a empresa ganhou o direito de revender os terrenos desapropriados às margens da estrada de ferro. Esses terrenos, oriundos de um “violento processo de grilagem no vale do rio do Peixe” (1908 – 1910), seriam vendidos, preferencialmente, aos imigrantes estrangeiros que formavam suas colônias no sul do Brasil.

Além disso, segundo Machado, a operação da estrada de ferro no trecho do Contestado prejudicou a economia movimentada pelo caminho das tropas, onde eram explorados economicamente “as vendas, os locais de pouso, descanso e internadas das tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitiba e Canoinhas”.²¹⁵

A *Lumber*, inaugurada em 1908, instalou duas madeireiras na região, uma em Calmon e outra em Três Barras (ver mapa p. 134), sendo esta última um grande complexo industrial, só comparado aos padrões latino-americanos da época, que empregava em torno de quatrocentos trabalhadores permanentes, imigrantes europeus em sua maioria, e um grande número de caboclos na forma de empreitada. Com um processo completamente mecanizado para a extração e o beneficiamento da madeira, a *Lumber* prejudicou diversas famílias que sobreviviam da extração da erva-mate, uma vez que destruía os ervais nativos ao arrastar as toras recém extraídas para os trens que as conduziriam para a sede da madeireira, onde seriam

²¹² Talvez esta seja uma explicação para o traçado sinuoso que acompanhava o curso dos rios que, além de economizar na construção de pontes, também aumentava a extensão linear do empreendimento, incrementando os lucros da empresa, Cf. QUEIROZ, op. cit., p. 71.

²¹³ RIOS, José Arthur. **O Contestado**: um centenário. In: WEHLING, Arno et al (Org). *100 anos do Contestado*: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 37.

²¹⁴ MACHADO, op. cit., p. 148.

²¹⁵ Ibidem, p. 143.

beneficiadas. Além do impacto econômico, as atividades da madeireira norte-americana provocou, também, um prejuízo ambiental para a região.²¹⁶

O desmatamento dos pinheiros não estava somente ligado às questões ambientais, que aliás, não alcançavam as mesmas amplitudes de discussão na sociedade dos dias atuais, mas relacionava-se, diretamente, com o prejuízo causado ao modo de vida do sertanejo. Embora claramente defensor dos empreendimentos estrangeiros na região, Demerval testemunhou a favor deste pensamento ao narrar a importância do pinheiro para a construção da moradia do caboclo.

O pinheiro, verdadeira maravilha do Contestado, presta-se admiravelmente às construções dos pardieiros; desde as assoalhadas às coberturas das choupanas ou das casas das fazendas e das cidades, predomina o abundante madeiro do Paraná.²¹⁷

Ele completou este trecho dizendo que “O pinheiro é a vida; é um tesouro inesgotável”. Esta narrativa constrói uma memória que pretende conduzir ao entendimento de que não deveria haver motivos para se opor à exploração da madeira por parte da *Lumber*, afinal, além de ser este um empreendimento que traria riqueza para a região, não faltaria madeira para todos que dela dependessem para viver. Este é um entendimento de que ele gostaria de ver a atividade da madeireira sendo aceita pela opinião pública. Podendo também este argumento somar-se às justificativas para uma intervenção federal naquela região.

Ao que parece, a empresa estrangeira *Lumber* entendia que estava respaldada pelos interesses do Estado e que este empregaria todos os meios a sua disposição para garantir o sucesso do empreendimento considerado de grande importância para o “progresso nacional”. Demerval nos passa este entendimento ao narrar o momento vivenciado pela *Lumber*, logo após o General Mesquita dar por encerrada a atuação da tropa a seu comando contra os sertanejos levantados, em junho de 1914.

Além da multiplicidade de despachos telegráficos, provindos do interior catarinense, outros de vários pontos do Contestado, clamavam todos, o socorro contra os bandoleiros. Em tom peremptório, agora, uma empresa estrangeira protestava contra a retirada das forças. A poderosa empresa americana, que tinha grandes estabelecimentos de beneficiar o pinho, em Três Barras, nas margens do Rio Negro, e na estação de Calmon, alistara-se no rol dos ameaçados pela horda irrequieta.²¹⁸

²¹⁶ Ibidem, p. 150-152, grifo nosso.

²¹⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 3, p. 49.

Demerval completou a sua história citando um trecho da carta enviada pelo diretor da *Lumber* ao governo da República. Nela, o diretor protestou contra a retirada das tropas que colocava em risco as garantias individuais e as propriedades, responsabilizando a União pelos prejuízos que pudessem sofrer nos negócios de interesse da empresa. É importante observar que mesmo o Tenente Demerval teve a impressão de que este não era um pedido da empresa, mas uma exigência feita em um tom decisivo e definitivo, certos de que o Estado tinha a obrigação de atendê-los. Cabe aqui lembrar que a retirada das tropas aconteceu por uma iniciativa do General Mesquita, mesmo sem a necessária autorização do chefe do Governo, portanto, é possível inferir-se que, caso Mesquita tivesse solicitado autorização para dar por encerrada a repressão aos caboclos, ele a estaria esperando até o dia de hoje.

Com a retirada das tropas de Mesquita, permaneceu na região do Contestado o 16º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Capitão Matos Costa, com a responsabilidade de proteger “os serviços finais da ferrovia São Francisco, [...], entre Canoinhas e União da Vitória”. Demerval narrou que o período de Matos Costa no Contestado, entre a saída de Mesquita e a chegada de Setembrino, pode ser considerado um dos mais importantes da Campanha do Contestado, isso por ter o Capitão enfrentado acontecimentos de graves proporções, tendo ele feito “escabrosas revelações”. Estas revelações se concentram, segundo Demerval, sobre a má índole do coronel Fabrício Vieira, mais especificamente a respeito do seu envolvimento com a distribuição de notas falsas na região e sobre o que ele havia ouvido dos sertanejos quanto às expulsões das terras que ocupavam.²¹⁹

Em setembro de 1914, os caboclos procederam a um ataque às instalações da *Lumber*, que segundo Demerval, teria destruído não só grandes quantidades de madeira beneficiada, como também parte do maquinário da empresa. Outras estações da estrada de ferro também foram atacadas pelos sertanejos do movimento que se dirigiam para União da Vitória. De lá mesmo partiu, a seis de setembro, a tropa do Capitão Matos Costa para fazer frente aos ataques, tendo encontrado os caboclos na estação de São João, localizada na atual cidade de Matos Costa - SC (ver mapa p. 134), onde se deu o combate em que a tropa federal foi derrotada, tendo morrido o seu comandante.

O encontro do corpo de Matos Costa coincidiu com a chegada de Setembrino a Curitiba, que havia sido nomeado comandante da expedição antes destes acontecimentos narrados, para, efetivamente, iniciar os trabalhos. Segundo Demerval, “o grande desastre tinha mesmo

²¹⁸ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 147.

²¹⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 149-156.

apressado a viagem do novo chefe expedicionário”²²⁰. Mas fica a dúvida de qual teria sido este acontecimento desastroso capaz de acelerar o deslocamento do General para a região conflagrada: a morte do Capitão Matos Costa e o socorro às tropas que ainda lutavam no Contestado, ou a necessidade de se defender os bens e os interesses do capital estrangeiro naquele sertão brasileiro? Ou as duas coisas?

Demerval só criticou a estrada de ferro quando percebeu que o Exército não estava sendo bem atendido. Ele acusou a empresa de realizar poucos investimentos para aumentar a margem de lucro, implicando em um péssimo atendimento das tropas do Exército quando estas encontravam-se em operações no Contestado. Segundo Demerval, desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, diminuiu o transporte de madeiras que se destinavam para aquele continente e, desta forma, a repressão aos caboclos do Contestado veio em boa hora para aumentar os lucros da empresa de transportes, visto que “a Nação se sujeitava à compensadora tabela apresentada” pela *Brazil Rayway*. Baseado em relatórios da expedição do General Mesquita, ele desconfia até mesmo de que os maus serviços prestados e o péssimo material rodante posto à disposição das tropas, teriam a intenção de prejudicar a atuação da repressão, prolongando o período de permanência dos militares na região e de utilização dos serviços da empresa de transporte.²²¹

Finalmente, o Tenente narrou que entendia a estrada de ferro como “uma das causas indiretas da rebelião que se associou ao fanatismo”. Confirmando a historiografia do Contestado, ele conta que os sertanejos “foram sumariamente espoliados de suas propriedades [...] que há longos anos eram posseiros das devolutas terras²²² nas margens do Rio do Peixe”, numa área de quinze quilômetros de cada margem da linha do trem. Ele completa lembrando o leitor de que o “direito das desapropriações” “de quinze quilômetros de terras devolutas para cada lado das linhas sinuosíssimas” emanava de uma lei e, portanto, não se poderia contestar. Estas terras seriam vendidas a colonos estrangeiros e por este motivo Demerval chama a estrada de ferro de “estrada colonial”.²²³

No planejamento do empreendimento do grupo Farquhar está clara a intenção de instalar descendentes de europeus na região do Contestado, onde, além das vastas áreas de terras, havia também o interesse do Governo brasileiro em ocupar efetivamente o território. A concessão, por parte do Governo, de grande faixa de terra ao longo da ferrovia, facilitaria os interesses mútuos. A ocupação estrangeira iniciou com imigrantes poloneses e ucranianos e,

²²⁰ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 158-161.

²²¹ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 35.

²²² Terrenos públicos ocupados por particulares.

mais tarde, em todo o vale do rio do Peixe, chegaram italianos, alemães e outros²²⁴. Desta forma, o grupo Farquhar ganharia com a exploração da ferrovia, durante o período contratual de noventa anos; com a exploração da madeira e com a venda das terras, cujas árvores foram retiradas, aos colonos estrangeiros e seus descendentes.

Mas quero lembrar que Demerval não era contra o empreendimento estrangeiro da estrada de ferro como havia dito anteriormente. Ele, assim como Setembrino, o considerava importante e essencial para o “progresso da Nação”, mas discordava da forma como foi conduzida pelo poder público. É por este motivo que ele atribui uma responsabilidade indireta à *Brazil Rayway* pela adesão de diversos caboclos que perderam suas terras e seus meios de subsistência, passando a resistirem “sob a denominação de fanáticos”²²⁵. Demerval interpretou corretamente a questão das terras dos caboclos, mas foi muito parcial ao atribuir uma relação indireta da estrada de ferro com as pressões do movimento. A historiografia do Contestado não só apresenta uma relação direta do movimento social com a questão das terras, como a apresenta como sendo uma das principais.

Peixoto também identificou o problema na forma como foram feitas as desapropriações dos posseiros que encontravam-se dentro do alcance das terras cedidas à empresa. Segundo ele, “alguns chefes de colonização agiram imprudentemente na execução destas disposições [...], a ponto dos jagunços fazerem disso alarde para levantarem novos adeptos à revolução”²²⁶. Mais uma vez o autor usa um jogo de palavras para amenizar os efeitos do empreendimento estrangeiro no sertão catarinense. Ele narrou que os “chefes de colonização” agiram com imprudência, quando deveria ter narrado que agiram com violência. Eu não imagino que a tarefa de retirar aqueles trabalhadores rurais das terras que cultivavam pudesse ser feita de uma forma diferente, sem que se usasse a violência. Era perfeitamente presumível que os trabalhadores resistiriam, afinal, para onde iriam? Do que subsistiriam? O próprio Demerval reconheceu que foram para os acampamentos caboclos que eram, em última análise, os centros de resistência.

É flagrante a incoerência de Demerval ao fazer juízo da índole daqueles trabalhadores que se reuniam nos acampamentos. Depois de ter narrado que eles foram forçados a deixarem suas terras para atendimento dos interesses capitalistas, respaldados em lei federal, como vimos, ele se refere às pessoas que se reuniram em Santa Maria (cidade de Timbó Grande-SC

²²³ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 37, grifo nosso.

²²⁴ VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway no sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História)-PUC/RS, Porto Alegre, 2009, p. 115-122.

²²⁵ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 38.

- ver mapas p. 133 e 134), o último centro de resistência cabocla combatido pela expedição de Setembrino, como “os mais dispares elementos [...]: desde o infeliz fanático que abandonava o sítio, e a lavoura, o gado e a vivenda antiga em troca daquela angustura, até o bandido mais vulgar que se apresentava destro nas armas”²²⁷. É curioso observar que ao se referir ao “fanático”, Demerval narra que ele teria abandonado o sítio, o que não é um termo adequado para quem, na verdade, foi retirado, de forma violenta, da terra onde subsistia.

Esta narrativa pode ser encontrada permeando toda a obra deste militar, que associada a outras impressões suas, me leva a concluir que a sua interpretação sobre aquela situação era de que as desocupações das terras deveriam acontecer porque decorriam de uma determinação legal, mas que, por terem sido realizadas de uma forma “imprudente” (e ele não esclarece como seria a forma prudente), aqueles sertanejos, distanciados da “civilização” brasileira, não compreendendo a importância do investimento estrangeiro naquela região para o “progresso nacional” e movidos por um fanatismo religioso, resolveram afrontar a legalidade e enfrentar as forças federais que outra alternativa não tinha além de atuar na pacificação da região conflagrada. Esta foi parte da memória construída por Demerval sobre o movimento, pretendendo justificar a repressão.

A velocidade com que a construção do trecho sul-norte da EFSPRG foi concluída, indica que, nos últimos meses de trabalho, contava com oito a dez mil operários. Com relação a esta mão de obra, Paulo Machado discorda de Oswaldo Cabral quando afirma ter sido ela oriunda de grupos de desempregados e criminosos de grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, “compulsoriamente deportados para o Contestado”. Questionando-lhe as fontes utilizadas para compor esta interpretação e apoiado em documentos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Machado entende que os “homens da região compunham a maioria dos trabalhadores” da EFSPRG, no seu trecho do vale do rio do Peixe, para os trabalhos mais pesados e menos especializados, sem descartar a possibilidade da presença de uma minoria de trabalhadores mais qualificados, oriundos dos grandes centros.²²⁸

Encontrei na narrativa de Demerval uma pista de onde pode ter originada a construção da memória de que no Contestado, por não haver trabalhadores suficientes para a construção da linha férrea, poderiam ter sido importados trabalhadores de outras localidades. Logo na abertura do primeiro volume de sua obra, procurando situar o leitor com o ambiente físico onde se passou a “crudelíssima peleja fratricida”, ele citou a estrada de ferro construída com o

²²⁶ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 37.

²²⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 96.

²²⁸ MACHADO, op. cit., p. 142-144.

capital estrangeiro como um avanço para a infraestrutura local, servindo como “excelentes escoadouros para os tesouros naturais – o pinho e o mate”²²⁹.

A incursão do elemento estrangeiro na zona fertilíssima, porém escassa de braços para o trabalho [...], veio contribuir para o despertar de um sono duradouro da velha e irritante contenda de terras.²³⁰

Se a região era “escassa de braços para o trabalho”, seria aceitável admitir que outros trabalhadores seriam trazidos de outros lugares para serem empregados nos empreendimentos estrangeiros, como a estrada de ferro. Demerval narrou que ao se verem “inesperadamente despedidos” naquela “longínqua região” após o término da construção da estrada de ferro, aqueles trabalhadores se juntaram aos acampamentos caboclos, por serem eles uma forma “fácil de viver naquelas paragens”²³¹. Se ele entendesse que aqueles trabalhadores, agora desempregados pelo término da construção da linha férrea, fossem da própria região, poderia ter considerado a possibilidade de terem retornado para suas casas, para seus antigos afazeres. Mas não. A própria expressão “longínqua região” por ele empregada deixa claro que, no entendimento deste militar, aqueles trabalhadores não tinham sua origem naquela região do conflito.

Este ponto é de grande importância para o entendimento do movimento social do Contestado, uma vez que considerar a presença, em massa, de pessoas de outras regiões (inclusive criminosos), atribuindo-lhes, em uma generalização apressada, uma atuação de destaque na eclosão do movimento, pode distorcer totalmente as intenções do movimento.²³²

A luta no Contestado frutificou a partir de mudanças vivenciadas pela população daquela região, que experimentaram a deterioração de suas condições de vida a partir de transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais. Esta transformação dos seus modos de vida passa pelo projeto de instalação da EFSPRG, em 1910, que cortou a região do Contestado e o início das atividades da madeireira e colonizadora, em 1911.

Além de contribuir com a expropriação das terras dos sertanejos, a *Brazil Railway* e a *Lumber* provocaram uma mudança nos modos de vida do sertanejo, como disse Valentini:

Com o início dos trabalhos da *Lumber* em Três Barras, a cidade-empresa americana impôs um ritmo de vida bem distinto do período que antecedeu a chegada da *Brazil Railway Company* à Região do Contestado. Tudo se

²²⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 17.

²³⁰ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 17-18, grifo nosso.

²³¹ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 38.

²³² Considerações sobre a instalação do capital estrangeiro no Contestado, Cf. MACHADO, op. cit., p. 142-153.

transformou profundamente e os novos tempos, anunciados com a chegada do progresso, não possuíam o mesmo significado para os moradores aqui estabelecidos de longa data.²³³

Os caboclos do Contestado desejavam reestabelecer seus modos de vida anterior àquele que lhe foi imposto. Isso nos leva ao entendimento de que o desejo daqueles sujeitos, muito além de simples motivações místicas ou religiosas ou questões de fronteira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, era fazer uma revolução no Contestado, visto que, de acordo com Salvatore Veca:

A razão de uma revolução pode consistir na necessidade de restabelecer uma ordem ou uma configuração de que a sociedade se afastou. Neste caso – que, como veremos, constitui um ingrediente estratégico dos modelos da história natural das sociedades – um equilíbrio ou uma ordem que estão por detrás, num tempo da origem, esquecidos ou afastados no tempo corrente da sociedade, devem ser restituídos à configuração da própria sociedade. O *novo* é aqui a restituição ou a repetição do *velho*, no termo de uma longa e dolorosa ou iníqua história intermediária de corrupção e degeneração, perda e queda.²³⁴

Inesperadamente, a sociedade do Contestado, antes “isolada” do mundo, se vê envolvida no processo de expansão do capitalismo internacional, industrial e financeiro.

Entendendo que o movimento dos trabalhadores rurais da região do Contestado teve como principal causa a expropriação de suas terras ocasionada, entre outros, pelos empreendimentos estrangeiros, leva-me a pensar que a repressão do Estado, por meio das forças policiais dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e do Exército Brasileiro, atuou em defesa do capital estrangeiro, em detrimento dos interesses daquela população sertaneja, que entendia a monarquia como a restauração de seus antigos modos de vida, prejudicado pelo “progresso”. Demerval Peixoto também indicou que pensava assim, quando refletiu a respeito da simpatia dos caboclos pela monarquia:

Os patrícios ouviam falar melhor da Monarquia que da República. Esta nunca os acariciara e aquela sempre fora uma *lei* pregada como boa pelos *monges*. [...] a penetração das linhas da São Paulo-Rio Grande com direito às margens devolutas do seu curso; a colonização abrupta de certas regiões com elementos estrangeiros, sendo privados da continuação nestes pontos os antigos moradores; o modo incorreto de alguns encarregados dos núcleos

²³³ VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway no sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História)-PUC/RS, Porto Alegre, 2009, p. 159-160.

²³⁴ VECA, Salvatore. **Revolução**. In Enciclopédia Einaudi, v.39 Direito-Classe. Lisboa: Casa da Moeda. 1999, p. 508-509.

coloniais [...] para promoverem a retirada dos posseiros antigos, tudo levou aquela gente à convicção de que era espoliada pelo governo e, portanto, devia se tornar inimiga da República.²³⁵

Para Demerval, o erro não estava no investimento do capital estrangeiro na região, e sim na forma como este empreendimento foi inserido na sociedade cabocla, fazendo com que os sertanejos entendessem que estavam sendo “espoliados pela República”. Mais uma vez ele cita a incorreção dos procedimentos dos “encarregados dos núcleos coloniais” na retirada de antigos posseiros, o que teria descontentado a população sertaneja que, inflamada pelo discursos dos monges, teriam se voltado contra a República, que estaria agindo corretamente ao levar o “progresso” àquela região. A visão humanitária para com a situação vivida pelos caboclos do Contestado, interpretada nesta narrativa, visa colocar a culpa naqueles que executaram as atividades e não na decisão política da República em favorecer o capital estrangeiro em detrimento daquela gente. Tudo isso para desqualificar a visão antirrepublicana dos sertanejos, “justificando” a repressão contra aqueles que pretendiam desestabilizar a ordem política nacional.

Com a EFSPRG, o Estado brasileiro vislumbrava atingir antigos objetivos estratégicos de defesa do território nas fronteiras nacionais ao sul do país.

Este foi o caso da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a EFSPRG, que ligava Itararé, no Estado paulista, à Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, e cujas ligações com outras ferrovias, permitia a conexão do sul do país com a capital. O projeto deste caminho de ferro, acalentado desde o período regencial e aprovado nos momentos finais do Império, era ousado e fundamental: cortava vários espaços das províncias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e deveria proporcionar o rápido deslocamento terrestre de contingentes militares em caso de conflito no Prata. O objetivo estratégico suplantava o econômico, contudo não o suprimia.²³⁶

Os interesses do Estado não levaram em conta a presença de agricultores que se encontravam naquela região. A desapropriação de terras, em função da ferrovia, agravou a situação de pequenos e médios proprietários e posseiros que tinham terras adjacentes à ferrovia. Novos “intrusos” se juntam àqueles que haviam sofrido as mesmas consequências

²³⁵ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 64, grifos do autor.

²³⁶ ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915). 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História)-UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 18-19. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Espig%2C+Marcia+Janete&type=author>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

em relação à mudança de competência de jurisdicionar sobre as terras devolutas, como vimos anteriormente.

Demerval atribuiu o acirramento das questões de fronteira entre Paraná e Santa Catarina ao início da exploração econômica do capital estrangeiro no Contestado, dando a entender que os políticos influentes da região poderiam estar atraídos pelos lucros que as empresas estrangeiras poderiam auferir na região, com isso fazendo com que as questões políticas se avultassem. Talvez isso explique o assédio sofrido por Setembrino ao ser designado para comandar as tropas no Contestado, sugerindo que ele atuasse de forma a interferir nas disputas políticas da região. Este episódio era do conhecimento de Demerval.

A incursão do elemento estrangeiro na zona fertilíssima, porém escassa de braços para o trabalho; o sistema de colonização, bastante adiantado pelas concessões de terrenos devolutos àquela empresa ferroviária, nas margens da sua rede extensa; os poderosos sindicatos que lá se foram estabelecer, concomitantemente, para a moderna exploração do abundante madeiro, tudo prenunciando uma época áurea para aquele recanto infeliz do grandioso Brasil, veio contribuir para o despertar de um sono duradouro da velha e irritante contenda de terras.

Justamente quando aquele sertão começava deste modo a surgir do abandono para aparecer qual uma outra Canaã, foi que a pendência de quase cem anos em torno da cobiçada região se tornou culminante, ao mesmo tempo que os *fanáticos* se evidenciaram insurretos, em correrias, guiados por um dos *monges* que por lá apareceram.²³⁷

Mas esta citação nos leva a crer, também, que Peixoto era favorável ao empreendimento de Farquar e seus sócios ingleses e franceses, que, segundo ele, faria prosperar, até então digno de pena, “aquele recanto infeliz”, que até então destoava do progresso econômico e “civilizatório” “do grandioso Brasil”, agora republicano. A comparação de como ficaria o sertão catarinense com a opulência da terra prometida por Deus ao seu povo não é uma simples comparação, mas uma tentativa de se fazer entender a importância e a grandiosidade dos resultados colhidos pelo sucesso do empreendimento estrangeiro. Ele complementa seu raciocínio deixando claro que esta expectativa não se cumpriu pelos interesses políticos destruidores na região e pelo “fanatismo” caboclo que levaram aquela gente ao movimento social.

A pressão sobre os sertanejos na disputa pela terra não foi exercida apenas pelos efeitos colaterais do empreendimento estrangeiro na região. A luta de classes que envolvia a disputa por terras no Contestado pode ser historiada desde o Brasil colonial, período em que,

²³⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 17-18, grifo do autor.

até 1822, a legalização da posse da terra se dava a partir dos títulos de sesmarias. Em 1850, depois de algum tempo sem se legislar sobre o assunto, a Lei de Terras deu início à separação entre terras públicas e terras particulares, sendo estas reconhecidas pelo título de propriedade válido a partir da sua compra, tendo sido estabelecido um prazo para sua legitimação em cartório e consequente emissão de escritura. Este processo alcançaria as sesmarias e as “posses mansas e pacíficas ocorridas até aquela data”. Este prazo foi ampliado em 1854 com uma nova lei de terras. Este processo acabou por se tornar um grande negócio, visto que as influências políticas e os interesses econômicos passaram a direcionar as legitimações de terras, cujos “donos”, muitas vezes nem as conhecia, mas tinham certeza de sua grande valorização econômica, sem que se importasse com quem as tivesse ocupando naquele momento.²³⁸

Em meio a esta disputa pela legitimação da propriedade, outro conflito agravou as tensões sociais na região. Os grandes fazendeiros abrigavam um grande número de agregados, que, inicialmente, tinham alguns direitos como, por exemplo, o de criar o próprio gado nas terras do fazendeiro que o abrigava (relação de dependência e concessão paternalista). As famílias dos agregados e, em consequência, o seu rebanho cresciam, passando a importunar os negócios dos fazendeiros, que impeliam o agregado a procurar terras para abrigar suas famílias e sua criação. A solução encontrada era tomar “posse” de terras devolutas, passando a ser considerado um posseiro. Com o passar do tempo, as áreas possíveis de serem ocupadas (para a prática da agricultura e da criação de gado) foram ficando cada vez mais escassas, aumentando a tensão social. Com o fim do Império a situação piorou.²³⁹

Em 1886, Antônio Silva Prado, Ministro da Agricultura, apresentou à Câmara, um projeto que envolvia terras devolutas e previa que as “posses mansas e pacíficas” adquiridas “por ocasião primária”, que se achassem cultivadas ou com princípio de cultura ou morada, deveriam ser legitimadas²⁴⁰. Desta forma, o Estado estaria entendendo como legítimas as terras tomadas por posse; inclusive elaborando mecanismos para legalizá-las; talvez numa tentativa de diminuir a tensão social no que diz respeito à sua ocupação e posse.

A primeira Constituição Republicana inaugurou um novo período de especulação da terra. Seguindo a tendência descentralizadora, o Governo Federal passou para os Estados a prerrogativa de legislar sobre as terras devolutas, o que acabou sendo uma decisão importante para o desequilíbrio social na região do Contestado. Se, no antigo regime, as terras devolutas

²³⁸ MACHADO, op. cit., p. 73.

²³⁹ TOTA, op. cit., p. 19-20.

²⁴⁰ BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 46.

pertenciam à Nação, agora passaram para o domínio do Estado-membro em cujo território estivessem situadas.²⁴¹

É provável que este poder de administrar as terras devolutas, concedido aos Estados, tenha dado maiores condições para que as oligarquias estaduais aperfeiçoassem o seu esquema político de favores com os coronéis, “donos” dos poderes municipais. Aos poucos, as terras devolutas concentraram-se nas mãos dos grandes proprietários e de seus correligionários, implicando na expulsão dos pequenos lavradores, que passaram a ser “intrusos” em sua própria posse. Toda esta situação gerava focos de tensões que tendiam a explodir a qualquer momento. Era natural que para estes pequenos lavradores o causador de todo este problema passe a ser a recém proclamada República. Percebemos, neste contexto, a disputa entre os interesses particular e coletivo e

[...] é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como *Estado*, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais.²⁴²

A posse pela terra foi de crucial importância para explicar o conflito, como comprova o conteúdo escrito em um pedaço de papel amassado e ensanguentado que foi encontrado no bolso de um caboclo “guerrilheiro” que combateu na “Guerra Santa”: “Nóis não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa”²⁴³. O potencial revolucionário²⁴⁴ estava presente na experiência de luta daqueles sujeitos.

Segundo Tarcísio Motta de Carvalho,

Considerar a simples posse como um direito não significava nenhuma ignorância, e sim uma percepção muito concreta do que acontecia ao redor destes posseiros (grandes ou pequenos). Mesmo para o final do século XIX, a aplicação do rigor da lei, que exigia a legitimação de todas as posses, era ainda algo muito distante para estas pessoas. Nos relatórios de presidente de província, tanto do Paraná, quanto de Santa Catarina, eram comuns trechos

²⁴¹ BRASIL. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, Senado, 1891, Art. 64. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 29 out. 13.

²⁴² MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 37.

²⁴³ MACHADO, op. cit., p. 152.

²⁴⁴ Entendo este potencial revolucionário como uma propensão a um agir armado contra uma ordem estabelecida; não no sentido de traição, e sim no de subversão aos tiranos com a finalidade de instaurar uma ordem social mais justa, Cf. WILLIAMS, Raymond. **Revolução**. In **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 356-361.

que indicavam a necessidade de se proceder à legitimação das inúmeras posses existentes e as reclamações de que nada havia sido feito.²⁴⁵

Nas suas memórias, Setembrino procurou, ao máximo, esconder o interesse dos caboclos pela posse das terras por ser esta uma questão cuja divulgação não interessava à classe dominante, uma vez que poderia sugerir na opinião pública o questionamento sobre a repressão àquela gente. Mas a leitura atenta da sua obra permitiu a identificação de algumas pistas de que ele considerava que para os caboclos do Contestado o interesse pela posse das terras que eles ocupavam teria sido importante motivação para levá-los a organizar a sua resistência.

Depois de ter desistido de conseguir a paz por meio de um acordo de fronteiras entre os governadores dos Estados do Paraná e Santa Catarina, dizendo ele acreditar que esta era a principal pressão do movimento caboclo, Setembrino iniciou as ações militares contra aqueles sertanejos, partindo, em 22 de dezembro de 1914, para o “interior do Estado do Paraná”, mas não sem antes tentar dissuadi-los do seu desejo de luta, dirigindo-lhes a palavra por meio de uma incitação à rendição que na sua obra aparece sob o título de “Aos meus patrícios revoltosos”, quem ele considerava serem

[...] cidadãos que abandonando os lares, desprezando o trabalho honesto, e divorciando-se da civilização, se internaram, errantes, pelos sertões para atentar de armas na mão contra a autoridade legalmente constituída.²⁴⁶

Depois de dizer que ainda tinha esperanças de vencer os revoltosos sem ter que exterminá-los, o General apresenta as garantias que estavam sendo oferecidas, segundo ele, “em nome do Governo e da Lei”. A expectativa de quem lê este texto é de que surgiriam propostas que realmente fizessem sentido para os caboclos, segundo sua real necessidade, uma vez que agora a mensagem se dirigia aos caboclos que resistiam e não aos dirigentes políticos da região. Assim, ele narra que, dirigindo-se aos “patrícios revoltosos” lhes fez ver que a condição para que não houvesse o confronto armado seria o seu retorno “novamente ao trabalho”, pois este seria o “meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade”. Mesmo reconhecendo que aqueles caboclos eram trabalhadores antes de resistirem, desejando a instalação de uma ordem social mais justa, Setembrino não indicou de

²⁴⁵ CARVALHO, Tarcísio Motta de. **A Guerra Sertaneja do Contestado e o direito à terra**. In: Encontro Regional de História. n. 10, 2002. Rio de Janeiro. ANPUH-RJ História e Biografias. UERJ, Rio de Janeiro: s.n., 2002, p. 2. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=312>. Acesso em: 29 out. 2013.

²⁴⁶ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 149.

que forma isso seria feito, uma vez que haviam sido expulsos de suas terras pela *Brazil Rayway* e pela especulação agrária da classe dominante.

Não tendo alcançado o sucesso desejado, qual seja a rendição de todos que resistiam, conta-nos Setembrino que prosseguiu nas suas manobras militares para realizar o cerco aos acampamentos da resistência, para concentrá-los em um só ponto, onde buscaria a decisão do combate. Ao explicar a forma de atuação de cada uma das quatro colunas militares, nomeadas de acordo com suas direções de ataque: norte, sul, leste e oeste, que executariam seu plano militar, Setembrino deixou uma pista do seu entendimento do interesse e da necessidade da disponibilização de terras aos caboclos para que eles pudessem depor as armas e aceitado a sua oferta de paz. Setembrino contou que o comandante da Coluna Norte, com sua autorização de comandante geral das tropas em operações, ofereceu “todas as garantias e compromisso de obtenção de terras com posse assegurada pelos governos estaduais”²⁴⁷. Este era um reconhecimento dos interesses dos caboclos capaz de demovê-los da intenção de combater, por fazer sentido na visão de mundo daqueles trabalhadores e por estar de acordo com seu modo de vida.

Este entendimento da importância da terra na vida daquelas pessoas fica ainda mais significativo por ter sido identificado na narrativa de um militar que esteve muito próximo do comando político da república, encaminhando-se a pensar que este entendimento era sim corrente naquele meio político. É curioso observar que, em suas memórias, Setembrino não admitiu ter escrito no seu apelo esta oferta de terras aos caboclos, mas confirmou ter autorizado que um subordinado seu o fizesse e isto consta muito discretamente nas suas memórias. Seria esta uma tentativa de não associar seu nome ao reconhecimento desta justa reivindicação daqueles trabalhadores?²⁴⁸

Além da citada relação entre o capital estrangeiro no Contestado e a expulsão dos trabalhadores das terras que cultivavam, Demerval narrou que o próprio General Setembrino teria feito difundir uma incitação à rendição, chamada de “apelo”, em 26 de setembro de 1914, portanto antes do citado pronunciamento aos “patrícios revoltosos”, com a intenção de evitar o “arrasamento definitivo dos redutos dos infelicitados jagunços”. Neste “apelo”, Setembrino dirige-se aos “habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos”, convidando-os a deporem as armas, sendo-lhes “garantidos meios de subsistência,

²⁴⁷ Ibidem, p. 150, grifo nosso.

²⁴⁸ Ibidem, p. 148-150.

até que o governo do estado do Paraná” lhes desse terras, das quais lhes seriam passados títulos de propriedade²⁴⁹.

Setembrino poderia ter narrado este apelo assinado por ele próprio nas suas memórias, mas não o fez por não interessar que fizesse parte da memória daquele acontecimento histórico uma ligação direta entre o militar e o seu entendimento a respeito da principal motivação dos caboclos. Afinal, a narrativa das suas memórias destinavam-se a compor um “sincero e necessário depoimento para a História”²⁵⁰, como narrou o Coronel Lafayette Cruz no prefácio das memórias do General, contando a sua versão da história do Contestado que construiu a memória que interessava ao Estado e às classes dominantes naquele momento histórico.

Mesmo tendo recusado poderes políticos durante sua atuação no Contestado, Setembrino ofereceu a posse de terras como recompensa a quem abandonasse o movimento. Ele teria competência e força política para cumprir esta promessa? Vinhas de Queiroz parece também ter desconfiado desta competência ao observar a mudança do discurso do General nos seus apelos dos dias 26 de setembro de 1914 e 28 de dezembro do mesmo ano. No primeiro ele promete terras, no segundo ele promete trabalho.²⁵¹

Compreendo que as obras destes dois militares evidenciaram a intenção de se construir uma memória desfavorável ao movimento social, relacionando-o ao bandidismo, ao fanatismo e a uma sociedade cabocla que, aos olhos das classes dominantes, necessitava ser civilizada para adquirir a capacidade necessária para compreender a importância dos empreendimentos financiados pelo capital estrangeiro para o progresso nacional. A sociedade cabocla deveria entender que seus interesses eram menos importantes que os interesses de toda uma sociedade dita civilizada.

Seguindo a mesma linha de interpretação que orientou as narrativas de Setembrino e Peixoto a respeito das questões que envolveram a Guerra do Contestado, um grupo de intelectuais do Exército aproveitou este momento histórico para apresentar à sociedade uma série de argumentos que, segundo sua ótica, não somente justificaria a repressão no Contestado, mas também apresentaria a necessidade de maiores investimentos no setor bélico e uma nova postura política quanto ao serviço militar no Brasil. É o que veremos no próximo capítulo.

²⁴⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 49.

²⁵⁰ CARVALHO, Fernando, op. cit., p. 09.

²⁵¹ QUEIROZ, op. cit., p. 195 e 213.

CAPÍTULO III

NA DEFESA DE INTERESSES: “SE DO ESTUDO DOS ACTUAES ACONTECIMENTOS RESULTAR ALGUMA LIÇÃO PROVEITOSA, BENDITO SEJA O SANGUE QUE VAE CORRER”

O Contestado foi um dos mais significativos movimentos sociais dos sertões brasileiros. Foram mais de três anos de lutas, envolvendo mais de vinte mil pessoas, em que o governo enviou treze expedições militares, inclusive quatro aviões, os quais, pela primeira vez na América, estreavam a serviço da guerra. A região conflagrada era composta por florestas de difícil acesso, onde a resistência sertaneja se concentrava em redutos, chamados de cidades santas, espalhados por toda a parte.

A revista *A Defesa Nacional* (ADN), inaugurada no início do século XX, por um grupo de intelectuais do Exército, abordou o Contestado em onze de suas edições, atentando, principalmente, mas não exclusivamente, para aspectos técnicos e táticos das batalhas travadas naquele sertão brasileiro.

Mesmo um periódico de assuntos militares não poderia concordar com os horrores de uma guerra civil que colocaria em lados opostos cidadãos de um mesmo país. Por isso mesmo, deveriam existir razões, que fossem acolhidas pela opinião pública, para se entrar naquela guerra. Assim, a 13ª edição da revista, de 10 de outubro de 1914, a primeira a tratar sobre o Contestado, depois de fazer algumas considerações sobre a situação daquele sertão brasileiro, concluiu que “Se do estudo dos actuaes acontecimentos resultar alguma lição proveitosa, bendito seja o sangue que vae correr”.²⁵²

Quais lições a revista considerou proveitosas a ponto de compensarem a morte de várias pessoas? Estas lições seriam aproveitadas para orientar a construção de uma sociedade mais justa ou apenas para atender interesses específicos? Como foi a produção do Contestado a partir dos artigos da ADN?

Servindo como fonte de pesquisa neste capítulo, as histórias contadas pela ADN auxiliam na discussão destas questões, descortinando a sua construção da memória do movimento social do Contestado.

²⁵² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 14, out. 1914.

De forma que, tendo como objeto a memória do Contestado a partir destas narrativas, os textos da ADN são tomados como fontes nesta pesquisa, permitindo a análise detalhada das influências e das intensões dos autores destes textos jornalísticos.

Os revoltosos foram combatidos pelas forças republicanas, integradas pelos Regimentos de Segurança de Paraná e Santa Catarina, piquetes de vaqueanos²⁵³ e grande parte do Exército Brasileiro, que empregava um aparelhamento bélico muito superior aos facões de pau, velhas espingardas, mosquetões e revólveres dos sertanejos.

Comparando-se com Canudos, na Bahia, o Contestado foi uma tarefa mais difícil para as forças militares com a incumbência da repressão, isso pela diferença da organização tática da resistência dos caboclos do sul. Enquanto os sertanejos de Antônio Conselheiro concentraram-se em um só lugar, os pelados do Contestado se estabeleceram em diversos locais, dificultando a chegada dos peludos, resultando na morte de muitos militares do Exército e de civis vaqueanos.²⁵⁴

As forças militares que estiveram no Contestado para reprimir o movimento, em tarefa aparentemente fácil, defrontaram-se com uma resistência formada por gente hábil, destemida, idealista, conhecedora do terreno e das particularidades naturais do ambiente em que viviam e trabalhavam. Esta resistência dificultou ao máximo a missão da tropa legalista ao empregar táticas de guerrilha²⁵⁵, submetendo os soldados a emboscadas, até então, difíceis de serem evitadas por empregarem as forças do governo táticas de uma guerra convencional, da forma como queriam alguns intelectuais do Exército, como Estêvão Leitão de Carvalho.

Mas, para que, na luta, a vantagem fique do nosso lado, é preciso ajamos segundo os princípios táticos consignados nos nossos regulamentos que compendiam a experiência militar de povos guerreiros, que com eles têm alcançado decisivas victorias.²⁵⁶

²⁵³ Os vaqueanos, civis que lutaram ao lado do governo, foram de grande importância para a repressão, já que, conhecedores da região, serviram como guias dos militares, na tentativa de neutralizar a capacidade do sertanejo em surpreender as tropas em emboscadas.

²⁵⁴ Os sertanejos da resistência se autodenominavam pelados, em oposição aos peludos, que eram todos que compunham ou colaboravam com as forças repressoras, conforme RODRIGUES, Rosa Rogério. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 369.

²⁵⁵ A guerrilha, ou a pequena guerra, como foi chamada nos artigos da revista A Defesa Nacional (ADN), é um tipo de guerra não convencional que tem como principal característica a facilidade com que os que a praticam têm em se ocultar e se mover pela região onde ocorrem os combates, dificultando as ações de seus adversários por empregarem a surpresa. É possível observar em relatórios do Contestado publicados na ADN, que o Exército Brasileiro ainda não tinha uma doutrina desenvolvida para contrapor-se a este tipo de atitude do adversário, que foi largamente empregada pelos caboclos do Contestado, valendo-se do seu conhecimento sobre a região e sua plena adaptação ao ambiente.

²⁵⁶ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 1, out. 1914.

O reconhecimento do valor do inimigo contra o qual se depararam só ocorreu depois do insucesso nos primeiros embates que, aliás, foram de extrema valia para a resistência sertaneja, não somente pelas consequências psicológicas de se saírem vitoriosos nos enfrentamentos, mas também pela oportunidade de se apoderarem de artefatos bélicos do inimigo derrotado.

A resistência cabocla, como visto nesta pesquisa, era toda uma população sertaneja acostumada a lutar pela sua sobrevivência no seu trabalho diário, que teve os seus modos de viver e de sobreviver ameaçados, principalmente, pelo interesse capitalista estrangeiro que obteve o apoio da burguesia brasileira.

Vendo a dificuldade em se desbaratar o movimento caboclo e tendo ainda que conviver com o fantasma de Canudos, o Estado brasileiro resolveu enviar tropas mais fortes para enfrentar aquela resistência sertaneja.

Em maio de 1914, o General Carlos Frederico de Mesquita²⁵⁷, um veterano de Canudos, comandou uma rápida investida no Contestado. Após invadir a região de Caraguatá entre abril e maio de 1914, deu por encerrada a sua participação no Contestado, alegando que o que ali se verificava era uma disputa política, sintoma da crise de poder entre os coronéis, responsabilizando os governadores do Paraná e de Santa Catarina pelo estado em que se encontrava a região. Esta expedição foi importante na medida em que proporcionou informações sobre o terreno e sobre os seus opositores sertanejos.

Dissolvida a expedição, o governo manteve pequeno efetivo militar no Contestado, comandado pelo Capitão João Teixeira de Matos Costa, outro veterano de Canudos. Ele também reconheceu a crise política ali estabelecida, em especial a usurpação das terras dos sertanejos por parte dos coronéis. Matos Costa denunciou as ilegalidades e os desmandos cometidos pelos “coronéis”, sobretudo a grilagem de terras e as violências praticadas contra os sertanejos²⁵⁸. Sua morte, numa emboscada em agosto de 1914, foi o estopim para que o governo federal organizasse, em concordância com os dois governadores, uma grande expedição militar para reprimir de vez a rebeldia dos sertanejos do Contestado.²⁵⁹

Tendo entrado em ação logo após a morte em combate do Capitão Matos Costa, a expedição Setembrino colocou em prática um plano que visava o cerco da área ocupada pelos sertanejos, atacando com tropas (que chamou de colunas) pelos quatro pontos cardeais, assim,

²⁵⁷ Carlos Frederico de Mesquita foi o primeiro General designado para comandar a repressão, com a experiência de ter participado da Guerra de Canudos, no final do século XIX.

²⁵⁸ Opinião do Capitão Mattos da Costa sobre as pressões do Contestado no capítulo 2 desta pesquisa.

²⁵⁹ RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 32-34.

a expedição ficou dividida em Coluna Norte, comandada pelo Tenente-Coronel Onofre Ribeiro, Coluna Sul, comandada pelo Tenente-Coronel Francisco d'Estilac Leal, Coluna Leste, comandada pelo Coronel Júlio César e Coluna Oeste, comandada pelo Coronel Eduardo Sócrates.

Além de reestabelecer as linhas telegráficas e telefônicas, que ligavam os comandos das colunas entre si, Setembrino também bloqueou as vias de transporte de suprimentos de toda ordem que abasteciam a resistência cabocla. Essa medida levou os caboclos a abandonarem seus redutos de extremidade e a se concentrarem no vale da serra de Santa Maria (Cidade de Timbó Grande-SC. Ver mapa p. 133 e 134) onde, pensaram, estariam seguros.

A guerra civil²⁶⁰ no Contestado teve o seu encerramento trágico na batalha em que o reduto de Santa Maria foi destruído. Estima-se que eram 10.000 sertanejos que organizavam sua resistência defensivamente no Vale da Morte, como ficou conhecida a região do reduto de Santa Maria depois do ataque que iniciou em 3 de abril de 1915. O número de sertanejos mortos neste ataque é controverso, mas, a julgar pela quantidade de habitantes, é fácil imaginar que podem ser contados aos milhares.

Em Santa Maria não existia alimento suficiente para alimentar a toda aquela gente, sendo piorada a situação com uma epidemia de tifo que dizimou muitos habitantes daquela cidade santa.²⁶¹

A investida final da campanha Setembrino contra os sertanejos, que contou com a tropa do Capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara, atacando pelo norte, e com a do Coronel Estillac Leal, pelo sul, resultou, em 5 de abril, num saldo estimado de 6.000 casas incendiadas.²⁶²

Os horrores do massacre final desta guerra civil foi identificado também pelos militares que dele participaram, como se vê nas palavras de Demerval Peixoto.

As ruínas de “Santa Maria”, entretanto, não mais foram visitadas pelos destacamentos federais, depois do dia 5 pela manhã. Lá haviam ficado guardando para sempre os destroços do aldeamento macabro, um punhado de bravos enterrados às pressas, à flor da terra; disfarçadas as sepulturas

²⁶⁰ Ainda que este termo seja evitado pela revista ADN, podemos entender o conflito do Contestado como uma guerra civil, já que foi travada entre grupos pertencentes a um mesmo Estado, em que um deles pretendia mudanças políticas no governo.

²⁶¹ Sobre a doença que assolou a população cabocla rebelde, ver capítulo 1 desta pesquisa.

²⁶² Considerações feitas sobre o combate de Santa Maria conforme MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 306 e RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses**: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado em História Cultural)-UFSC, Florianópolis, 2001, p. 19.

humildes para não serem descobertas pelos jagunços que voltariam. [...] Ninguém queria retornar ao escabroso precipício. O próprio comandante da Coluna Sul não almejou vê-lo, embora chegasse perto, no dia 4 de abril, e o Comandante Chefe [General Setembrino] que também pretendia conhecê-lo de visu desistiu disso logo que as forças precipitaram a retirada. Quem mesmo pernitoou uma ou duas noites naquele antro, não terá agora na imaginação as exatas proporções do local fatídico. Santa Maria continua sendo uma interrogação. Nenhuma fotografia!!!²⁶³

Por mais estranhas que possam parecer estas palavras que expressam um enorme pesar sentido pelos militares repressores, faz-se necessário entender que este discurso também contribuiu para amenizar os efeitos negativos que o massacre em Santa Maria causaria na imagem do Exército Brasileiro. Como o próprio Demerval Peixoto desconfiou na época, se fossem divulgadas fotos daquele massacre (se é que elas existiram) seria necessário muito mais que um bom discurso para se imputar credibilidade ao arrependimento declarado.

Não quero dizer com isso que acredito que os militares encararam friamente todo aquele teatro de horrores sem qualquer sentimento humanitário ou de compaixão, mas entendo que este sentimento pesaroso, ainda que legítimo, também serviu aos fins políticos da instituição.

É curioso observar que, tendo sido inaugurada em outubro de 1913, pouco antes do ataque ao reduto de Taquaruçu, a primeira edição de ADN falando sobre o Contestado só foi publicada em outubro de 1914, logo após a morte do Capitão Matos Costa.

Desconfio de que ADN não tinha ainda feito referência à Guerra do Contestado por entender que seria uma guerra rápida, de pouca expressão militar e que nenhum proveito técnico, tático ou político poderia ser tirado daquela experiência bélica. A partir do envio da Expedição do General Setembrino, com uma imensa expressão militar e política e de grande expressão na opinião pública, é que foram percebidos os aspectos favoráveis aos interesses do Exército na exploração deste acontecimento que, por colocar brasileiros em trincheiras opostas, necessitaria ser entendido pela sociedade como uma intervenção inevitável e de interesse nacional.

O objetivo deste capítulo é investigar de que forma um grupo de intelectuais do Exército construiu um discurso que possibilitasse a aceitação, pela opinião pública, da repressão ao movimento, de forma que fosse minimizado ao máximo o surgimento do entendimento de ser esta uma ação cruel por parte da tropa federal. Além disso, investigar, também, de que forma este discurso corroborou para a construção da memória sobre o Contestado e seus sujeitos.

²⁶³ PEIXOTO, op. cit., v. 3, p. 157.

Como foi a produção do Contestado a partir dos textos da ADN? Teria sido a Guerra do Contestado vista por uma parcela dos intelectuais do Exército como uma oportunidade para convencer a sociedade da importância do investimento nas Forças Armadas?

Este caminho será percorrido tendo como hipótese que ADN pretendeu desqualificar os sertanejos e seu movimento para justificar a repressão militar, o que, além de construir uma boa imagem, traria boas condições políticas para se alcançar interesses da corporação.

Assim, tendo como objeto a memória do Contestado a partir destes textos jornalísticos, tomados como fontes nesta pesquisa, será possível analisar as influências e as intenções de seus autores que contaram histórias e construíram memórias sobre o movimento social do Contestado.

Para isso, se faz necessário entender alguns dos interesses políticos almejados pelos intelectuais do Exército e de que forma estes interesses poderiam ser alcançados juntamente com o aprendizado operacional que certamente a guerra proporcionaria.

Sempre foi uma preocupação dos intelectuais da corporação fazer com que a opinião pública entendesse que o Exército entrou naquela guerra por acreditar que este acabou sendo o único caminho para o reestabelecimento da paz naquela região de fronteira entre Estados, considerando que haviam sido esgotadas todas as possibilidades de se alcançá-la por outros meios. Referindo-se pela primeira vez sobre o Contestado, ADN publicou:

Cessadas que sejam as tentativas para uma solução pacífica, o que parece dar-se na hora presente, a situação se desenhará como a de uma luta armada entre as forças do Exército e os chamados *fanáticos*.
A acção das forças militares assumirá, assim, nitidamente as características de *operações de guerra*, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que por seus actos, estão reduzidos à condição de *inimigos*.²⁶⁴

É importante ressaltar que antes de imputar a culpa pela intervenção militar nos atos praticados pelos inimigos (mas também irmãos) sertanejos, este mesmo texto editorial da revista, algumas linhas antes, havia apontado na direção do entendimento daquele periódico como sendo o Movimento Social do Contestado pressionado por interesses políticos que levaram aquelas “populações, ainda a pouco pacíficas [...] à rebelião e ao saque”, reconhecendo que a “**ignorância** lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal desses lamentáveis desvios, que reduziram humildes sertanejos patrícios à condição de nossos *inimigos*”.²⁶⁵

²⁶⁴ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 2, out. 1914, grifos do autor.

²⁶⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 1, out. 1914, grifos do autor.

Assim se completava um discurso que, por um lado, identificava uma origem política que objetivava a preservação de interesses das elites e prejudicava a população sertaneja e, por outro, entendia a repressão como única forma de reestabelecer a ordem desejada para aquela região, visto que à tropa do Exército não caberia atuar no campo político, mas sim cumprir com seu dever cívico de pacificar a região.

Para entender os interesses perseguidos pelo Exército, é necessário compreender, ainda que minimamente, o ambiente político em que estava mergulhado.

Os primeiros anos do século XX presenciaram a oposição feita pelos movimentos operários ao serviço militar obrigatório, coerente com a desaprovação da atuação do Exército nas questões entre patrões e empregados. Esta oposição era, muitas vezes, permeada por ataques ao militarismo, motivados por uma aversão manifestada por parte da opinião pública em relação à vida no Exército, na ocasião, associada a maus tratos com os recrutas.²⁶⁶

Rui Barbosa, concorrente do Marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, em 1910, destacou em sua campanha eleitoral as necessidades urgentes de melhoria das condições das hierarquias mais baixas das Forças Armadas, referindo-se às suas condições de acesso à educação, à cultura e aos baixos soldos. Eleito, o Marechal Hermes da Fonseca governou o país no período de 1910-1914.

Para os políticos civilistas²⁶⁷, aliados de Rui Barbosa, os ataques ao militarismo faziam parte da campanha presidencial daquele momento eleitoral. Não existiam divergências políticas intransponíveis entre ganhadores e perdedores. Em outras disputas eleitorais haveria outra combinação de alianças políticas que levariam a novos vitoriosos e derrotados. Contudo, para os marinheiros submetidos às mais duras condições de vida e de trabalho, o discurso antimilitarista fez todo sentido, na medida em que os incentivou nas suas reivindicações de melhores condições, pressionando a Revolta dos Marinheiros em 1910.²⁶⁸

Segundo Mário Maestri Filho, o oficial da Marinha, H. Pereira da Cunha, que viveu os acontecimentos de 1910, narrou em um livro que a campanha civilista foi uma “das que mais exaltaram os ânimos em nosso país”, tendo sido capaz de dividir as opiniões a respeito dos militares, que foram alvos de ataques de toda a natureza, tendo esta situação política afetado a disciplina na caserna.²⁶⁹

²⁶⁶ MAESTRI, Mário. **1910: a revolta dos marinheiros**. São Paulo: Global. 1982, p. 17-18.

²⁶⁷ Segundo MAESTRI, op. cit., p. 17, civilistas eram os integrantes da campanha política eleitoral à presidência brasileira, que ocorreu em 1910, em favor da eleição de Rui Barbosa. O nome de movimento civilista deu-se por defenderem a candidatura de um civil, em oposição à candidatura de um militar, o Marechal Hermes da Fonseca, candidato apoiado pelo então presidente da república, Nilo Peçanha.

²⁶⁸ MAESTRI, op. cit., p. 18-19.

²⁶⁹ MAESTRI, op. cit., p. 19.

No Exército do início do século XX, as condições de tratamento das praças de pré (os recrutas) não eram muito diferentes da Marinha. De acordo com o que nos conta o agora General Demerval Peixoto, em sua obra *Memórias de um velho soldado: nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás* ²⁷⁰, editada em 1960, a disciplina no Exército era entendida como “o medo dos chefes e o pavor dos castigos por eles infringidos aos transgressores”. O autor complementa dizendo que o juramento feito pelos recrutas diante da bandeira nacional, fazendo-os entender que o “cumprimento do dever era o apanágio do serviço militar”, não passava de “mera formalidade, quase inexpressiva”. “Não inspirava, positivamente, senão a ameaça preventiva de punição por deveres que fossem esquecidos”. Ao recruta mostrava-se, ao mesmo tempo, a Bandeira e as grades de um xadrez. ²⁷¹

Este debate de ideias na sociedade, contemporâneo à guerra do Contestado, apresentou-se como uma oportunidade para a recuperação da imagem do Exército e para a defesa dos interesses militares e da intenção em fazer com que a sociedade entendesse que era necessário um maior investimento nas Forças Armadas.

Este cenário político que poderia trazer prejuízos à disciplina na caserna pedia uma reação militarista. Em oposição ao movimento civilista ²⁷² surgiu a política das salvaçãoes que consistia em realizar intervenções nos Estados, colocando no poder militares ou civis apoiados pelo Exército em substituição às oligarquias dominantes.

A campanha civilista amplificou a oposição de civis contra militares, sobretudo contra o militarismo dos primeiros anos da República. As salvaçãoes revelaram a falta de coesão hierárquica do Exército, evidenciada na atuação autônoma de oficiais e grupos, e o também persistente preconceito dos militares contra os políticos e as oligarquias. ²⁷³

A situação exigiu do Exército também uma reação no campo intelectual, com a finalidade de reverter o quadro político desfavorável, o que possibilitaria a conquista de diversos interesses da corporação. Assim, foi formulada uma campanha de defesa da instituição ante os ataques sofridos e aos prejuízos de imagem e de prestígio político frente à opinião pública nacional. Para este fim, as ideias veiculadas por meio de um periódico seria de grande utilidade.

²⁷⁰ Organizada para concorrer ao prêmio General Tasso Fragoso, instituído em 1956 pela Biblioteca do Exército.

²⁷¹ PEIXOTO, Demerval. **Memórias de um velho soldado: nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1960, p.77.

²⁷² Embora tenha sido um debate pontual, levando em conta a situação política de momento, o movimento civilista, por ocasião das publicações da ADN (a partir de 1913 e até 1916), ainda se constituía em um problema político para os militares.

²⁷³ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 46-48.

A Defesa Nacional foi uma revista fundada em 10 de outubro de 1913, por um grupo de jovens militares engajados em uma campanha de modernização do Exército. Entre esses oficiais, vários Tenentes e Capitães haviam feito estágio no Exército Alemão, que recebeu três turmas de brasileiros, enviadas em 1905, 1908 e 1910.

Em outubro de 1912, após o término do estágio da última turma de brasileiros na Alemanha, alguns dos seus 21 membros se reuniram, ainda em Berlim, e decidiram aplicar nas tropas nacionais os conhecimentos que tinham adquirido na Europa. Logo depois, durante a longa travessia do Atlântico, que reuniu por acaso Bertoldo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues, temerosos de perderem os ensinamentos aprendidos na Alemanha, surgiu também a ideia de fundar uma revista de teor técnico e militar capaz de contribuir para a formação do oficialato brasileiro.

A revista tomou corpo cerca de um ano depois, sob a liderança de Klinger e Leitão de Carvalho, que constituíram um grupo fundador e mantenedor e um grupo de redatores. Do primeiro faziam parte oito ex-estagiários do Exército Alemão, além de Klinger e Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis, Epaminondas de Lima e Silva, Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro e quatro adeptos entusiastas, Brasília Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mário Clementino de Carvalho.

Não obstante a oposição movida por certos setores conservadores militares e civis, a revista desde o princípio teve razoável acolhida na caserna, o que isentou seus fundadores de financiarem do próprio bolso os primeiros exemplares impressos. Em seu primeiro editorial a revista definiu o objetivo e a orientação de seu grupo mantenedor: lutar pelo desenvolvimento do Exército e do país, pela defesa nacional e pela formação de um país moderno e militarizado, nos moldes das nações europeias.²⁷⁴

Seria uma missão difícil, para os intelectuais da revista, fazerem com que a opinião pública entendesse como necessária a modernização do Exército e a implantação do serviço militar obrigatório em meio a um cenário político desfavorável às Forças Armadas. Fazia-se necessário apresentar o Exército como um símbolo do progresso, fazendo-se entender que a guerra, ao integrar todas as forças produtivas da nação contra um inimigo comum, desenvolve o país com vias férreas, comunicações, indústria e agricultura. Assim, entendendo que a

²⁷⁴ Últimos quatro parágrafos Cf. NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **Os militares discutem o Brasil: a revista A Defesa Nacional (1931-1937)**. Boletim Historiar, n. 01, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 05 out. 2015.

preparação de um país contra uma eventual guerra, politicamente justificável, coopera com a caminhada do seu desejável progresso.

É fácil imaginar que teriam de fazer uso de argumentos suficientemente fortes para convencer a opinião pública de que o investimento no preparo do Exército seria proveitoso para todos os ramos da sociedade, inclusive para aqueles simpáticos ao movimento civilista. Neste sentido, a Guerra do Contestado serviu não apenas como campo de prova para testar equipamentos e táticas, mas também como base para apoiar os argumentos políticos que convenceriam a opinião pública da necessidade de se encerrar os investimentos no Exército com uma melhor prioridade.

Devido à forte admiração pela Alemanha, os membros da revista foram chamados de jovens turcos, apelido pejorativo usado por indivíduos que se opunham às suas propostas. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que haviam realizado estágio análogo no Exército Alemão e que, ao retornar a seu país, se engajaram em um movimento de oposição ao sultanato que acabou por resultar na proclamação da República em 1923, sob a liderança do militar Mustafá Kemal. Todavia, o apelido que surgiu para ridicularizá-los acabou sendo visto como motivo de orgulho, na medida em que os oficiais responsáveis pela revista se consideravam os precursores do processo de modernização do Exército e, conseqüentemente, do país.²⁷⁵

ADN possuía conteúdo predominantemente técnico, pois costumava veicular traduções de publicações técnicas militares alemãs, bem como artigos analíticos que visavam demonstrar manobras de guerra e o uso de armamentos, sobretudo de origem germânica. No entanto, a revista não deixava de analisar, principalmente em seus editoriais, a situação política e econômica de um Brasil ainda em formação.

Os temas abordados pela revista extrapolava os limites da caserna, na medida em que propunha a formação de uma sociedade militarizada a partir da implementação do serviço militar obrigatório²⁷⁶ e do ensino militar²⁷⁷ nas escolas de nível secundário e superior, bem como a difusão dos tiros de guerra, locais onde os civis poderiam dedicar-se à prática de tiro sem que com isso tivessem que se integrar ao Exército.

²⁷⁵ Últimos três parágrafos Cf. NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1934-1938)**. In IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação do PPGH - PUCRS, 2009, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Historia/70743-FERNANDA_DE_SANTOS_NASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 05 out 2015.

²⁷⁶ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.12, p. 375, set. 1914; n.21, p. 1, jun1915; n. 22, p. 1, jul 1915e n. 24 p. 370, set 1915,.

²⁷⁷ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.22, p. 328, jul. 1915.

A revista considerava-se um órgão de coordenação intelectual dentro do Exército com atribuições específicas de difundir e promover a discussão dos problemas que interessavam à classe militar, de forma coesa e inteligente, contrapondo-se à publicidade depreciativa da imagem e da credibilidade política da instituição militar.

O milhar de assinantes que nos honram com o seu apoio dispensa essa explicação. Eles estão lembrados que afirmamos em o nosso primeiro número que *só se corrige o que se critica; que criticar é um dever; e que o progresso é obra dos dissidentes*. Mas não esqueceram que declaramos ainda: ‘Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurrectos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo – mas um bando de Cavalleiros da Ideia, que sahiu a campo, armado, não de clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer’.²⁷⁸

É importante notar que para os jovens turcos os processos de desenvolvimento do Exército e da nação eram questões interligadas. Assim, somente após garantir a modernização de seu Exército e a manutenção de sua soberania, o país poderia desenvolver com tranquilidade seu comércio, suas indústrias e suas artes, vistos como fundamentais para a riqueza nacional.

Entre os principais temas abordados pela revista figuraram a campanha pela implementação da lei do serviço militar obrigatório, promulgada em 1908, mas aplicada somente em 1916, a defesa da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, a Guerra do Contestado e a Primeira Guerra Mundial.²⁷⁹

A revista *A Defesa Nacional* continua sendo publicada pelo Exército até hoje, com um caráter mais teórico do que técnico, apresentando artigos de análise mundial, bem como artigos acadêmicos. Sua coleção encontra-se depositada na Biblioteca do Exército (BIBLIEX), no Rio de Janeiro.

Considero de grande importância investigar a atuação da mídia na definição do que é relevante para a nossa visão de mundo, no entendimento da realidade social e, conseqüentemente, na construção de memórias hegemônicas.

As notícias veiculadas pela imprensa, sobre o Contestado, nas primeiras décadas do século XX, podem ter sido aceitas com um determinado grau de segurança de que o fato narrado realmente aconteceu daquela forma e de sua importância para a sociedade. Assim,

²⁷⁸ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.21, p. 271, jun. 1915.

²⁷⁹ Últimos seis parágrafos Cf. NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. In Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais do XXVI, São Paulo, 2011.

vista como fiel reprodutora dos fatos da forma como eles ocorreram, a imprensa pode ter sido encarada como testemunha da história.

Para se tomar os textos da revista ADN como fonte para esta pesquisa, faz-se necessária a desconstrução da sua narrativa, associando-a ao momento político da época. Evitando, assim, a incorporação acrítica de seus conteúdos e significados, como um documento histórico cuja validade estaria no caráter objetivo e pretensamente imparcial do texto jornalístico. Deve ser analisada como uma prática social que pretende influenciar pensamentos e ações que se deseja que sejam incorporados como um consenso, mas que atendem apenas aos interesses de uma determinada classe social.

A respeito da questão teórica sobre memória, acredito ser importante para as investigações realizadas neste capítulo a contribuição de Laura Antunes Maciel que, pensando a respeito das relações entre memória e história, considerou a memória como uma criação social de fatos e significados capazes de modelar as consciências e apagar outras memórias e histórias divergentes.²⁸⁰

É com este olhar teórico que a discussão deste capítulo se volta para a atenção às disputas que constituem a produção social da memória, considerando a imprensa como um lugar privilegiado para a construção destes sentidos, não apenas pela sua aparente credibilidade sustentada pela sua pretensa imparcialidade, mas também pelo seu alcance na sociedade.

A desqualificação dos sertanejos e seu modo de vida pode ter sido um caminho escolhido pela ADN para legitimar a repressão militar, criando condições para se alcançar interesses da corporação, quais sejam o serviço militar obrigatório, a reorganização do Exército, a melhoria das condições gerais de trabalho nos quartéis e, em última análise, a retomada do prestígio político dos militares na sociedade brasileira.

O conhecimento destas intenções políticas diluídas nos textos jornalísticos de ADN, exige o conhecimento mínimo do cenário político na época da veiculação das matérias, como visto anteriormente.

Estudar todo este processo histórico de como os militares redatores desta revista retrataram o Contestado se torna relevante na medida em que as notícias, veiculadas pelo periódico tomado como fonte histórica nesta pesquisa, construíram uma forma de se enxergar

²⁸⁰ MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias de história**: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 16.

os sertanejos e seu movimento que, ao longo do tempo, foi cristalizada e generalizada para outros movimentos sociais no Brasil.

Durante a análise das fontes²⁸¹ observei o posicionamento de determinados assuntos tratados no campo político como, por exemplo, matéria a respeito do serviço militar obrigatório, posicionada imediatamente antes de um artigo a respeito do Contestado, no qual se ressaltava a falta de efetivos no Exército para se combater adequadamente os caboclos do Contestado. Este arranjo dos textos leva o leitor a pensar que, caso a lei do serviço militar obrigatório, de 1908²⁸², estivesse funcionando na prática, a missão do Exército em pacificar o Contestado seria muito facilitada, podendo poupar vidas de ambos os lados contendores.²⁸³

Esta prática pode ser identificada como uma estratégia jornalística que permitia à ADN explorar questões políticas de interesse do Exército, associando-as a um assunto que na época provocava grande comoção nacional em torno das mortes que ocorriam no Contestado.

Admitindo-se que, pelo menos inicialmente, a maioria dos seus leitores era militar, considero que ADN também intencionava munir seus leitores de argumentos favoráveis às demandas políticas do Exército, para que pudessem atuar como disseminadores destas ideias nos seus círculos de amizade, amplificando, assim, a formação de uma opinião favorável aos interesses da corporação.

Para esta pesquisa foram consultadas 16 edições da revista²⁸⁴, de setembro de 1914 a novembro de 1916, sendo este periódico, à época, de publicação mensal.

Ainda que eu estivesse em busca de artigos referentes à Guerra do Contestado, digitalizei também outras páginas que traziam assuntos que pudessem me auxiliar no tecido histórico e político em que ADN estava inserida. Assim, contabilizei 01 artigo tratando sobre a 1ª Guerra Mundial, 05 sobre o serviço militar obrigatório, 01 sobre o ensino militar e 21 sobre a Guerra do Contestado (sendo que, dentre estes, 13 tratavam especificamente sobre a guerra e 08 sobre uma campanha de doações em dinheiro, de iniciativa da própria revista, para “as famílias das vítimas dos ‘fanáticos’ do Contestado”).

Estes artigos foram escolhidos por mim para serem digitalizados, não por mero acaso, mas por entender que tanto a 1ª Guerra Mundial como a Guerra do Contestado foram temas

²⁸¹ Para análise das fontes guiei-me pelas considerações feitas por MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias de história**: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p.28-33.

²⁸² O serviço militar no Brasil foi tornado obrigatório em janeiro de 1908, durante o governo de Afonso Pena, quando o Marechal Hermes da Fonseca era ministro da Guerra, porém só foi efetivamente implementado com o envolvimento do Brasil com a Primeira Guerra Mundial.

²⁸³ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.16, p. 123-124, jan. 1915.

²⁸⁴ As edições consultadas foram as de números 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31 e 38. As edições que tratam sobre o Contestado normalmente trazem mais de um artigo sobre este tema.

intencionalmente articulados com a questão do serviço militar obrigatório para fortalecer a corrente intelectual favorável à adoção desta modalidade de serviço militar no Brasil.

Agora que a guerra europeia repercutindo tão fundamente entre nós obriga aos poderes públicos a cortes profundos nos orçamentos, é mais do que nunca oportuno pôr em execução o serviço militar obrigatório.²⁸⁵

O primeiro parágrafo deste artigo que tem por título “O serviço militar obrigatório”, não deixa dúvidas quanto à associação feita pelos jovens turcos entre o conflito europeu e a questão política de grande interesse para o Exército.

O autor complementa este argumento, depois de fazer algumas considerações sobre as vantagens, inclusive econômicas, de se adotar a obrigatoriedade do serviço militar.

Meditem os nossos Congressistas sobre os factos que se desenrolam no cenário europeu e encarem o futuro do Brasil como o vão fazendo as outras nações da América.²⁸⁶

1. A COMPAIXÃO E A OPINIÃO PÚBLICA

A primeira edição da revista a tratar sobre o Contestado foi a de número 13, de 10 de outubro de 1914, portanto, um ano e um mês após a edição de inauguração e um mês após os acontecimentos de Calmon e São João, atual Matos Costa (ver mapa p. 134), no Contestado, em que foi morto o Capitão Mattos Costa, quando deslocava-se com sua tropa para fazer frente aos sertanejos que haviam incendiado a serraria *Lumber* e atacado uma instalação da EFSPRG.

A primeira página da 13ª edição dá conta de que, mesmo sem ainda ter sido explorado em matéria jornalística pela ADN, o assunto estava sendo acompanhado pelos seus redatores, que abriram a edição com uma nota, que antecedia até mesmo o editorial sobre o Contestado, com o claro objetivo de atrair a atenção dos leitores para os acontecimentos no sertão paranaense com olhares piedosos, identificando os familiares dos militares do Exército mortos em batalha como dignos da compaixão da sociedade brasileira.

A DEFEZA NACIONAL reconhecendo com pesar que até agora a sociedade brasileira tem se mostrado indiferente à sorte das famílias dos officiaes e soldados patrícios que têm perdido a vida nos sertões do Paraná e que para nós, brasileiros, deviam ser bem mais dignas de compaixão do que as victimas da conflagração européa – resolveu abrir uma subscrição em

²⁸⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.12, p. 375, set. 1914.

²⁸⁶ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.12, p. 375, set. 1914.

favor dessas famílias entre os officiaes e soldados do Exército, que assim isolados na sua classe, mas fortes dentro della pelos sentimentos de camaradagem, saberão affrontar confiadamente a adversidade. Nesta conformidade hemos por desnecessario recommendar ao carinho de nossos chefes e camaradas as listas que lhes remetteremos.²⁸⁷

A narrativa deixa entender que a sociedade brasileira, naquele momento, não tinha muito apreço pelos militares que, segundo o autor, encontravam-se “isolados” e, por isso mesmo, deviam mostrar-se unidos em torno de um sentimento comum, qual seja o de que as famílias dos soldados mortos no Contestado deveriam ser amparadas, embora entendesse que esta fosse uma função a ser executada pela sociedade, por meio do Estado. A demonstração para a sociedade que a classe militar estava unida e fortalecida seria a participação em massa na campanha de contribuição financeira aberta pela revista.

Seguiram-se sete edições em que eram divulgadas as contribuições individuais ou de organizações militares e, ainda, aquelas que deixaram de contribuir, assumindo, assim, um caráter bem mais persuasivo que uma contribuição espontânea.²⁸⁸

Despertar a compaixão pelo sofrimento dos soldados do Contestado e de seus familiares, embora, acredito, um sentimento legítimo entre os mantenedores da revista, parece ter sido uma estratégia adotada pela ADN para despertar a atenção, o interesse e, em última análise, a parcialidade da sociedade brasileira para a questão da guerra, com o intuito de adquirir a aprovação da opinião pública nesta empreitada, levando a uma melhoria na imagem do Exército.

Apresentar para a sociedade os familiares dos soldados mortos no Contestado na posição de maiores vítimas daquela guerra implica, automaticamente, em colocar os sertanejos como os algozes daqueles militares e de todas as pessoas que deles dependiam para sobreviver. A tragédia transcendia os campos de batalha e agora atingia diretamente famílias em outras partes do Brasil.

Contar com a aprovação da sociedade para as tropas repressoras significava, necessariamente, desqualificar os sertanejos contra quem se travava uma luta inevitável. Este processo histórico contribuiu para a construção de memórias sobre o movimento social do Contestado, formando opiniões parciais sobre aqueles trabalhadores rurais.

²⁸⁷ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 1, out. 1914.

²⁸⁸ Na edição 22, de 10 de julho de 1915, a revista publicou os nomes das organizações e pessoas que ainda não haviam contribuído, entre elas o Superior Tribunal Militar e o Marechal Hermes da Fonseca. Na edição 24, de 10 de setembro de 1915, fizeram uma prestação de contas, informando que 5 famílias de oficiais e 3 de praças já haviam sido atendidas até aquele instante.

Demerval Peixoto também utilizou da mesma estratégia para atrair olhares de compaixão para os militares do Exército, ao narrar os acontecimentos ocorridos em Calmon e São João (atual cidade de Matos Costa-SC) contra o Capitão Matos Costa e sua tropa.

Mattos Costa, escapando à sanha de seus desafetos, foi tombar, no cumprimento do dever de sua profissão, como um valente soldado, justamente devido a sua boa fé, trucidado pelos jagunços por ele julgados facilmente pacificáveis e dos quais ele era até um protetor.²⁸⁹

Até mesmo Matos Costa, que embora atuasse a favor dos sertanejos, segundo Demerval Peixoto, colocando à “margem as simpatias dos politiqueiros para transmitir bem alto o que conseguia ouvir dos campônios revoltados”²⁹⁰, sofreu com a crueldade cabocla ao ter sido emboscado quando trafegava com sua tropa na EFSPRG, na altura de São João. A mesma dose de dramaticidade pode ser encontrada na narrativa de Demerval Peixoto quando nos conta o trágico fim do negociante Schina, de São João, que “foi trucidado a facção, aos olhos da própria esposa e dos filhos lacrimosos”.²⁹¹

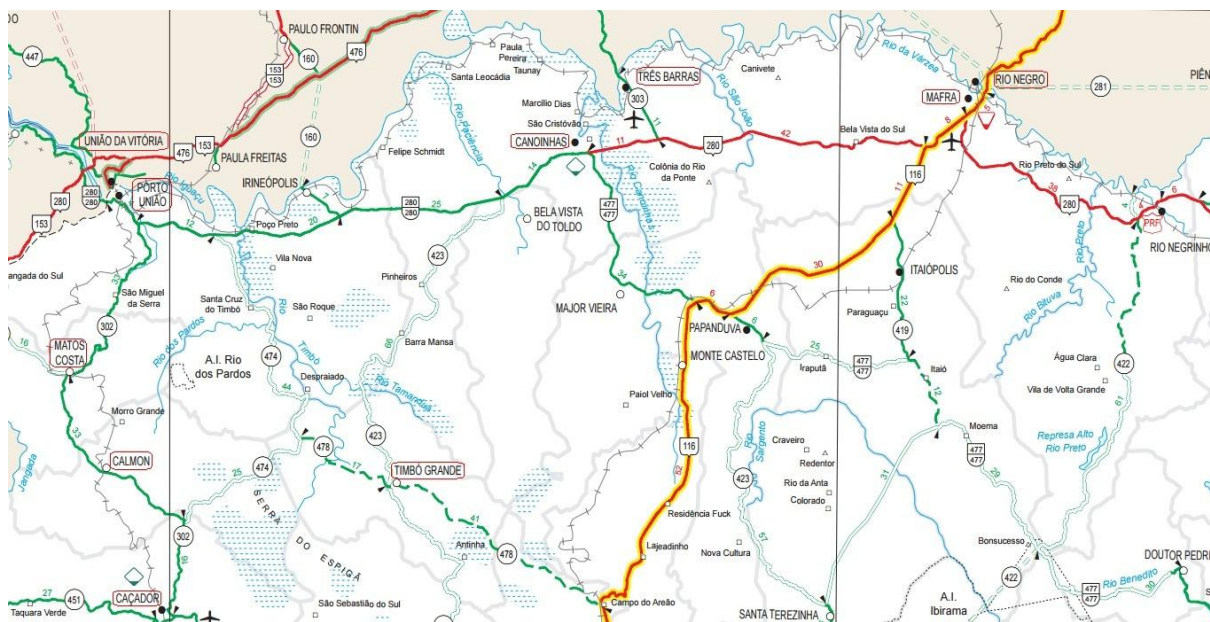


Imagem 05: Mapa de Santa Catarina (norte)

Fonte: Ministério dos Transportes

Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/01-estadual/estados/port/sc.pdf>.

Acesso em: 02 fev. 2016.

²⁸⁹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 151-152.

²⁹⁰ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 156.

²⁹¹ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 159.

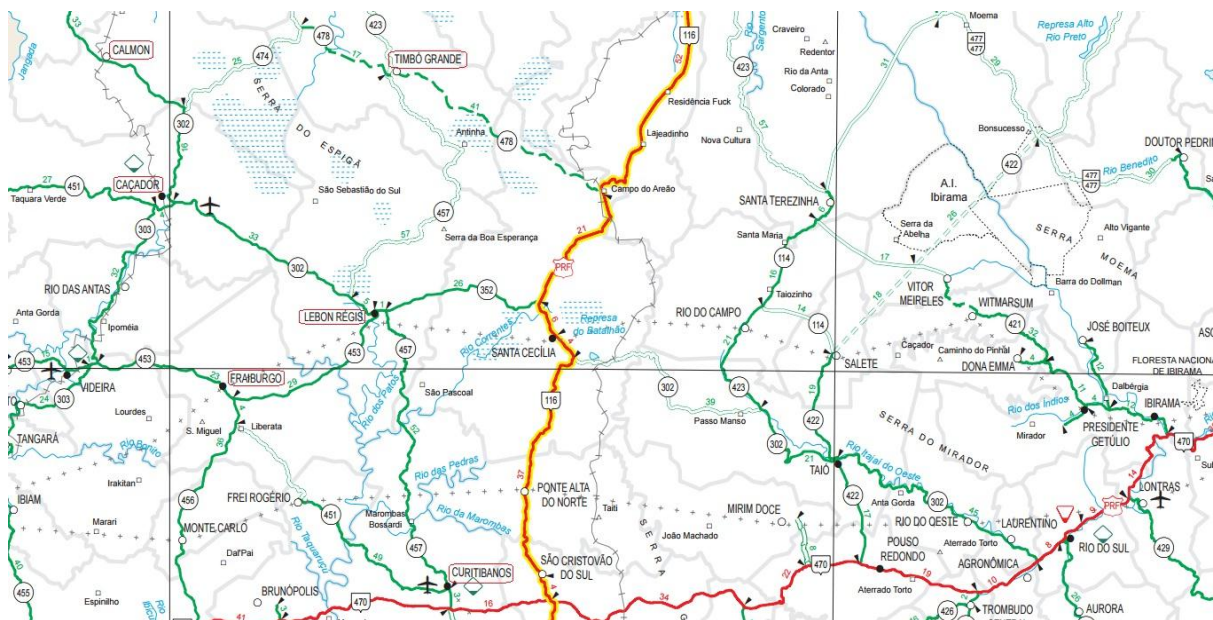


Imagem 06: Mapa de Santa Catarina (centro)

Fonte: Ministério dos Transportes

Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/01-estadual/estados/port/sc.pdf>.

Acesso em: 02 fev. 2016.

A edição de número 27, de 10 de dezembro de 1915, publicou as declarações do Capitão médico P. de A. Pessoa de Mello, incumbido de fundar e dirigir o hospital de sangue de Rio Negro, em apoio às tropas em “operações contra os fanáticos”²⁹².

A matéria jornalística tinha por objetivo divulgar as experiências vivenciadas pelo Capitão Pessoa de Mello, relatando as dificuldades encontradas e apontando as possíveis soluções para o aprimoramento técnico do Exército. Assim, Pessoa de Mello abordou desde a melhor forma de se organizar o pessoal de saúde no campo de batalha, tendo em vista a eficiência do atendimento de quem está mais próximo da linha de frente, evacuando os feridos para hospitais mais aparelhados, até o emprego do curativo individual e as técnicas de transporte de feridos.

O artigo foi permeado por fotos de soldados feridos nas batalhas do Contestado que em nada auxiliam no entendimento do contexto. Por exemplo, ao discorrer sobre a distribuição dos integrantes do corpo de saúde em todo o campo de batalha, foi exibida uma foto do Soldado Salvador Paulino Baptista, do 16º Batalhão, com um grande corte na garganta, indicando que a cicatrização completa do ferimento ocorreu em trinta dias, conforme legenda inserida abaixo da fotografia²⁹³.

²⁹² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.27, p. 100, dez. 1915.

²⁹³ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.27, p. 100, dez. 1915.

Igualmente, no trecho sobre a necessidade de se adaptar as informações contidas no material de primeiros socorros de origem inglesa, foi inserida a foto do Sargento Tito Miranda, do Batalhão de Segurança do Paraná, com um grande ferimento na perna esquerda, informando que o paciente havia sido transferido para o hospital de Curitiba²⁹⁴.

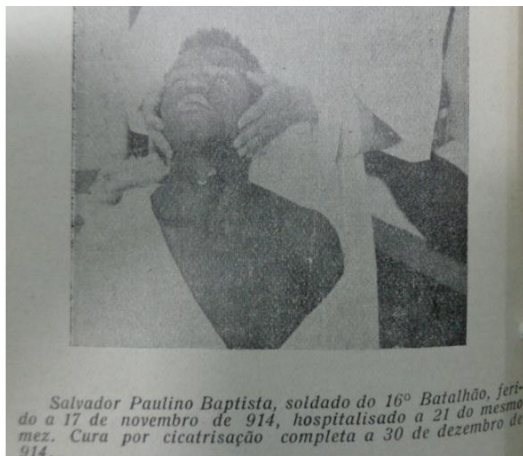


Imagem 07: Soldado Salvador Paulino Baptista.
Foto: ADN. Rio de Janeiro, n.27, dez. 1915, p. 100.



Imagem 08: Sargento Tito Miranda.
Foto: ADN. Rio de Janeiro, n.27, dez. 1915, p. 101.



Imagem 09: Balas extraídas dos soldados feridos.
Foto: ADN. Rio de Janeiro, n.27, dez. 1915, p. 104.

Qual seria o motivo da divulgação destas e de outras dez fotos dos feridos fora do contexto da matéria jornalística? No final do espaço destinado a esta publicação, a revista elucida esta questão dizendo:

²⁹⁴ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.27, p. 101, dez. 1915.

A título de curiosidade reproduzimos aqui algumas photographias de casos de clínica internados em o nosso hospital de sangue na vigência da última Campanha do Contestado.²⁹⁵

Teria sido apenas para satisfazer a curiosidade do leitor? Não avalio a revista ADN como interessada em promover este tipo de sensacionalismo.

A divulgação das fotos dos militares feridos e as listas de contribuições financeiras para as famílias dos soldados mortos cooperam com o processo de disputa em torno de qual memória deveria ser lembrada da guerra e qual história deveria ser contada. Isso porque divulga os prejuízos causados pelos caboclos do Contestado e apaga os danos sofridos por eles. As imagens dos soldados feridos e das balas retiradas dos seus corpos ocuparam o espaço que também poderia ter sido preenchidos pelos ferimentos causados nos caboclos. Desta forma, o sentimento de pesar por parte dos leitores foi orientado na direção das tropas repressoras, parecendo que seus opositores nada sofreram.

O impacto causado pelas fortes imagens dos feridos também deve ter influenciado na opinião de que se deveriam aumentar os investimentos na área da saúde em campanha, quem sabe na aquisição de curativos individuais para todo o efetivo a ser empregado em futuras batalhas, como sugerido pelo próprio Capitão Pessoa de Mello.²⁹⁶

É possível que a intenção da publicação destas fotos tenha sido a de influenciar no processo de decisão de aumentar o investimento público no Exército, mas é inegável que elas também contribuíram com o processo de construção de uma memória que durante anos contou histórias sobre caráter cruel dos sertanejos.

A hipótese de se pensar nesta e em outras fotos da campanha de Setembrino no Contestado como instrumentos de construção de uma imagem positiva do Exército e, conseqüentemente, de uma memória a respeito daquele movimento social se torna ainda mais coerente na medida em que se tem a declaração de Demerval Peixoto da existência de uma “comissão fotográfica da expedição”²⁹⁷, que encarregou-se desta tarefa não sem ponderar quais imagens deveria registrar e de que forma elas deveriam aparecer.

Toda esta reflexão me faz questionar qual seria o destino dado aos inimigos, feridos ou não, que fossem capturados. Este artigo e outros da ADN sobre o Contestado não abordam este aspecto, mas encontrei no Arquivo Histórico do Exército uma foto que trazia o registro como sendo de caboclos prisioneiros.

²⁹⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.27, p. 104, dez. 1915.

²⁹⁶ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.27, p. 103-104, dez. 1915..

²⁹⁷ PEIXOTO, op. cit., v. 1, p. 134.



Imagem 10: Grupo de fanáticos aprisionados em Papanduva – janeiro de 1915.

Foto: Arquivo Histórico do Exército

Sejam eles caboclos prisioneiros ou não, o fato é que, de acordo com o registro fotográfico da guerra, era assim que se tratavam os prisioneiros naquele sertão brasileiro. Aparentemente bem tratados, bem trajados e aparentando, até mesmo, uma certa descontração, mesmo naquele momento crítico de sua prisão. A memória construída a partir destas fotos era de que foram bem tratados, mesmo depois de terem infringido muita dor e sacrifícios aos soldados contra os quais combatiam.

Suscitar o sentimento de compaixão para com os militares feridos não foi a única estratégia empregada pela ADN para angariar as boas impressões da opinião pública. Valeram-se, também, da inserção de mensagens que atendessem aos interesses do Exército em meio de matérias que tratavam de questões técnicas da prática militar.

A edição número 18, de 10 de março de 1915 traz um texto de título genérico “Em torno do Contestado”, que na verdade é uma clara resposta a “ataques anônimos” que, segundo a revista, foram realizados pela imprensa na intenção de desacreditar a capacidade de combate do Exército.²⁹⁸

O artigo jornalístico fez uma análise extensa sobre o procedimento de um Batalhão com a incumbência de realizar um “reconhecimento offensivo”, examinando os procedimentos adotados desde a fase de planejamento, em que se deve considerar a situação do inimigo e a sua própria capacidade de combatê-lo, passando pela técnica de como se

²⁹⁸ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.18, p. 179, mar. 1915.

redigir as ordens emitidas aos integrantes do Batalhão que realizará a operação de guerra até, finalmente, tecer comentários sobre a sua execução propriamente dita.

Em seguida, o autor, o 2º Tenente Francisco de Paula Cidade, fez um estudo de caso a respeito da atuação do Batalhão que rendeu as ofensas por parte da imprensa que, por ter feito uma retirada ao se deparar com o seu inimigo sertanejo, deixou a entender que aquele seria um ato de covardia da parte dos militares que se furtaram ao combate. O autor explicou que a finalidade daquele Batalhão era tão somente identificar o inimigo e descobrir informações sobre seus valores, instruindo um futuro ataque.

Paula Cidade reforçou seus argumentos ao destacar as dificuldades que aquele Batalhão enfrentava na questão do seu apoio de saúde, concluindo que seria uma temeridade entrar em combate em um local tão distante das instalações médicas, ainda mais sem contar com os equipamentos médicos necessários, como por exemplo, os apetrechos para curativos individuais, que deveriam ser carregados por todos os militares em combate.

A questão importante para esta pesquisa não é a discussão em torno da manobra militar ter sido ou não executada corretamente de acordo com as prescrições da ordem recebida, mas a preocupação em se justificar o procedimento do Batalhão atacado pela imprensa que, com a veiculação de sua matéria, teria afetado diretamente a imagem dos oficiais do Exército e da própria instituição.

Agindo assim, não nos deixa dúvidas de que a revista não tinha apenas a intenção de levar ao seu público informações técnicas de como se fazer uma guerra, mas também posicionar-se politicamente, construindo uma imagem da instituição Exército que transmitisse credibilidade à opinião pública e reforçasse a legitimidade ou a necessidade de se atender aos seus anseios políticos.

O entendimento deste posicionamento da ADN destaca a sua influência como formadora de opinião fora e dentro da instituição, a julgar pela forma como impõe ao leitor sua forma de ver o mundo, utilizando-se propositalmente de indefinições, pretendendo construir uma imagem de consenso, ao narrar que “ninguém no Exército acreditou em certas infâmias” e dando ênfase a valores morais, como quando apelou “para honra, não da farda, mas da própria raça”²⁹⁹ dos militares, entre os quais, segundo a revista, são raros os covardes³⁰⁰. Assim, as histórias contadas pela revista foram capazes de construir uma

²⁹⁹ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.18, p. 179, mar. 1915.

³⁰⁰ Considerações sobre a escrita jornalística conforme MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias de história**: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p.28-31.

memória, influenciando mentes e conquistando opiniões a respeito da sua causa e, em consequência, contra a dos caboclos.

2. CABOCLOS CONTRA CABOCLOS

Para a Guerra do Contestado o Exército contratou um número estimado acima de 1.500 caboclos, chamados vaqueanos, entre os anos de 1912 e 1916, para lutarem contra os sertanejos que resistiam. Os vaqueanos, em grande parte, já atuavam numa espécie de guarda pessoal dos coronéis daquela região. Segundo Rogério Rosa Rodrigues, não existia diferenças étnicas nem culturais entre os vaqueanos e os caboclos da resistência, nem mesmo a crença nos monges, visto que muitos de fora da Irmandade compartilhavam desta fé. A diferença, segundo o historiador, era a participação efetiva nas atividades do movimento social.³⁰¹

ADN também fez suas considerações sobre a contratação dos vaqueanos. Na revista número 13, de 10 de outubro de 1914, editada, portanto, no mês seguinte à chegada de Setembrino no teatro de operações do Contestado, parecem desconsiderar o emprego dos vaqueanos, pois defendiam que deveriam usar os princípios táticos dos regulamentos militares, ou seja, de uma guerra dita regular, diferente do que ocorria no Contestado. Justificam esta opinião por serem os regulamentos originados da “experiência militar de povos guerreiros” bem sucedidos em batalhas. Reforçando que a tática empregada contra os “fanáticos” seria o diferencial decisivo na guerra.

Complementa dizendo que caso empregassem técnicas de combate semelhantes às do inimigo, desprezando os “ensinamentos do tempo de paz e os conselhos dos regulamentos”, as vantagens passariam para o lado inimigo, por serem eles conhecedores do terreno e de um processo de combate que se pode relacionar aos modos de vida do sertanejo, o que facilita o seu deslocamento pelas matas.³⁰²

A atitude de não admitir a utilização dos conhecimentos e da experiência de habitantes do sertão é coerente com o discurso de rejeição da sua cultura. Este procedimento foi a base das justificativas construídas pelas narrativas militares encontradas nos documentos da guerra e nas obras perscrutadas nesta pesquisa. Em acordo com este entendimento, ADN também fez suas considerações sobre a cultura sertaneja e sua condição de inferioridade em relação à cultura litorânea no Brasil.

³⁰¹ RODRIGUES, Rosa Rogério. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p.307.

³⁰² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 1 e 2, out. 1914.

Mas por que um Exército com pretensões políticas de se modernizar e se profissionalizar teria contratado civis para fazerem parte de suas fileiras? Esta atitude não teria testemunhado contra as aspirações militares?

Os vaqueanos foram contratados porque tinham o conhecimento da região e das técnicas de combate dos fiéis de João Maria, mesmo depondo esta atitude contra a capacidade das forças repressoras em cumprirem suas funções naquele sertão catarinense. O serviço prestado por estas pessoas era de extrema importância para que se pudessem evitar as emboscadas preparadas pelos caboclos da resistência, profundos conhecedores da região.

Eles não atuaram apenas como guias, mas foram além, sendo empregados com armas modernas cedidas pelo Exército e realizando as tarefas mais arriscadas, muitas vezes compondo a linha de frente, sendo os primeiros a entrarem em contato com os inimigos.

Os piquetes de vaqueanos, como eram chamados os grupos que se prestavam ao combate, eram ligados aos “coronéis”, mantendo uma independência em relação à hierarquia do Exército, enquanto os militares pautavam suas atitudes pela rígida disciplina. Os vaqueanos também foram considerados pelos militares como fomentadores das intrigas que pressionaram a guerra. Estas e outras divergências construíram um sentimento de rejeição por parte dos militares, contra os caboclos contratados.

Segundo Rogério Rodrigues, os vaqueanos foram frequentemente retratados pelos “historiadores de farda”³⁰³ como traidores bárbaros e sanguinários cruéis, tanto quanto os caboclos seus inimigos.

Privando do convívio da tropa, estavam em Rio das Antas com o novo comandante da guarnição, os afamados vaqueanos Salvador “Dente de Ouro” e João Ruas. E que poderia resultar da reunião de tarados, agindo em nome da lei, ao lado das forças legais?³⁰⁴

Demerval Peixoto prossegue na sua narrativa contando um caso do qual, segundo ele, teria sido testemunha. Depois de descrever o local onde se encontrava o comandante da tropa do Exército, estacionada em Rio das Antas, Peixoto disse que viu chegando, entre quatro soldados, um velho prisioneiro, “típico fanático”. Minuciosa revista identificou e retirou do prisioneiro uma pistola, uma carabina curta, um facão, uma oração de José Maria, um relho de rabo de tatu e, seu bem mais precioso, “uma fita cor de cinza desbotada”.

³⁰³ Ver capítulo 2 desta dissertação.

³⁰⁴ PEIXOTO, op. cit., v. 2, p. 93.

Após seu interrogatório, momento em que havia prestado todas as informações solicitadas, o comandante da tropa determinou que o velho mostrasse para João Ruas e Dente de Ouro o caminho para o reduto de Santa Maria. Neste instante, percebendo algo estranho, o prisioneiro, declarando estar feliz por ter sido libertado, implorou perdão, dizendo-se arrependido por ter passado quatro meses em Santa Maria, mesmo que tenha sido obrigado a fazê-lo.³⁰⁵

Depois de tomar água, o prisioneiro foi levado pelos dois vaqueanos. Conhecedor da região, o velho caboclo prisioneiro percebeu que não estava sendo levado na direção esperada e logo disse: “-sei que vou morrer [...] um crente morre de pé, João Maria vingar-me-á”.

Não se ouviu o estampido de um tiro; mas, o rio do Peixe, em certo ponto, tingiu-se de sangue e trágico um corpo humano que tinha aos pés uma pedra amarrada e, no pescoço, um intenso golpe seccionando-lhe a carótida...³⁰⁶

Não é possível saber se esta história realmente aconteceu, mas fica clara a intenção do autor em retratar os vaqueanos como assassinos impiedosos, como parte de uma campanha de desaprovação da participação destas pessoas naquela guerra, junto aos militares das forças do governo.

Apesar das rejeições e das divergências, os militares de mais alta hierarquia no Exército aceitavam a presença dos vaqueanos na tropa, mesmo compreendendo que era ruim para os interesses de imagem do Exército, por entenderem que, naquele momento, eram de grande importância para o sucesso da Expedição que pretendia ser a definitiva contra o movimento social do Contestado.³⁰⁷

Na mesma edição número 13 da revista, em uma matéria com o título: “Os Fanáticos: liame histórico”, seu autor, o 2º Tenente Francisco de Paula Cidade, pretendeu incorporar o argumento histórico à discussão em torno da guerra, para fortalecer o ponto de vista do periódico sobre os sujeitos do movimento do Contestado, construindo uma memória pretensamente consensual sobre os modos de viver daquelas pessoas.

Ele inicia o texto afirmando que, assim como em Canudos, o Contestado foi uma consequência de um “contacto entre duas épocas mais ou menos afastadas, entre o velho e o

³⁰⁵ Esta declarada obrigatoriedade de se juntar aos revoltosos dos redutos já foi analisada no capítulo 1 desta dissertação.

³⁰⁶ Ibidem, p. 93-95.

³⁰⁷ Considerações sobre os vaqueanos, conforme RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008, p. 306-307.

novo Brasil”³⁰⁸, em uma clara oposição ao período imperial brasileiro, apresentando-o como um velho Brasil que contrasta com o novo de influência europeia, cujas ideias “tocaram a epiderme, alastraram-se pelas costas, mas evitaram o *hinterland*”³⁰⁹, deixando à mostra a forte influência alemã recebida pelos jovens turcos.

Segundo Francisco de Paula Cidade, a deficiência das vias de comunicação entre litoral e interior “apenas dificulta” o comércio entre estas regiões, enquanto que, com relação à influência no campo da cultura, esta mesma via, “impede a permuta de ideias, isolando populações uniformemente brasileiras, dentro das raias da própria nacionalidade”.³¹⁰

É flagrante a parcialidade na intenção da narrativa de Cidade. Ao considerar as vias de comunicações e seus efeitos nas relações comerciais, ele as considera como fator que, apenas, as dificultam, não sustentando a mesma base de raciocínio com relação à transmissão de ideias por estas mesmas vias.

Paula Cidade parece considerar, também, que o que ele entendeu como falta de civilização dos caboclos interioranos, também influenciou negativamente na sua forma de combater na guerra do Contestado. A respeito dos inimigos a serem enfrentados nos sertões paranaense e catarinense ele disse que:

Têm uma organização militar rudimentaríssima, e, em vez de unidades formadas de acordo com as necessidades administrativas ou táticas, apresentam-se em *bandos* que valem antes pelo chefe que têm do que pela solidez de seus elementos.³¹¹

Seguindo a linha de raciocínio de constituírem aquelas pessoas grupos sociais isolados da cultura litorânea, o autor considerou que não seriam capazes de formar organismos militares comparáveis aos de um Exército já estruturado, como era o brasileiro.

É compreensível que esta organização militar que falou o autor tivesse abaixo do avaliado por ele como satisfatória, mas não se sustenta a afirmação de que não eram compostos por elementos sólidos.

Esta narrativa é coerente com a intenção de desqualificar a capacidade intelectual e cultural dos sertanejos do Contestado, mas acaba por cair em contradição visto que, nesta

³⁰⁸ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914.

³⁰⁹ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914, grifo do autor. Hinterlândia, do alemão *hinterland*, literalmente significa a terra de trás de uma cidade ou porto. Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país, menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior.

³¹⁰ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914, grifos nossos.

³¹¹ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914, grifo do autor.

mesma edição, e em outras, ADN publicou artigos que elogiaram a atuação dos combatentes sertanejos, destacando a dificuldade que o Exército teve para enfrentá-los.

Se costumassem tomar oportunamente a ofensiva, partindo a fundo contra cada uma das nossas columnas, habitualmente separadas, poderiam causar-nos maiores danos. São, não obstante, hábeis no preparo das emboscadas, num terreno que conhecem a palmo. Combatem como se realizassem caçadas e, bons atiradores, abatem o que passa ao alcance do fuzil.³¹²

Considerar os caboclos ignorantes por apresentarem um modo de vida diferente daqueles observados nos grandes centros era uma forma preconceituosa de desqualificar aquelas pessoas, sem se considerar a particularidade do meio em que vivem e de suas crenças peculiares, como foi visto nos capítulos anteriores desta pesquisa. ADN nos deixou uma pista do reconhecimento de que o ambiente em que viviam os caboclos os levava a desenvolver hábitos de vida diferentes daqueles conhecidos pelos militares.

Em diversos trechos ADN, por meio da publicação de relatórios e opiniões de colaboradores da revista, explicitou a opinião de que o equipamento de combate usado pelos caboclos naquele sertão catarinense tinha uma melhor eficiência do que aqueles conhecidos e utilizados pelo Exército. Tanto é que podem ser encontradas sugestões de modificações do material empregado pelas tropas, tomando-se por base o utilizado pelos caboclos.

Nenhum dos tipos de calçado usado pelas nossas tropas no Contestado (botina de elástico e racional) deu bons resultados, sendo que o calçado racional teve como principal defeito maltratar imensamente os pés pela deformação imediata do contra-forte logo que o couro amolecia em consequência da humidade ou da água por ocasião das grandes chuvas ou passagens de cursos de água, muito frequentes, nestas regiões. Era muito comum durante as marchas surpreender soldados que lançavam fóra o calçado ainda novo, por não poder mais suportá-los nos pés. Para evitar que os homens marchassem descalços em caminhos pedregosos, como em geral os que tivemos que percorrer, foi permitido e relevado o uso de alpercatas, recursos estes recebidos com muita satisfação pelos soldados nortistas já familiarizados com esses hábitos peculiares aos andarilhos do sertão.³¹³

Entendo que esta era uma forma de se reconhecer que a vida do caboclo era diferente porque advinha de um processo histórico peculiar, influenciado, entre outras coisas, pelo meio ambiente vivido por eles. Se este raciocínio é válido para se entender a adequada utilização de seus utensílios, por que não pode ser válida também para se entender a peculiaridade dos

³¹² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 13, out. 1914.

³¹³ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.26, p. 78, nov. 1915, grifo nosso.

hábitos de vida e de trabalho dos caboclos? A cultura litorânea não calçou bem nos modos de vida caboclos.

Assim como Paulo Machado considerou que o caminho das tropas, uma via comercial que, em meados do século XVIII, ligou as províncias meridionais brasileiras, especificamente a campanha gaúcha, aos campos de Curitiba e à cidade de Sorocaba, região de destino do gado trazido desde o sul³¹⁴, integrou culturalmente a região do planalto catarinense às demais regiões meridionais do território nacional, também é possível pensar que as relações comerciais com o litoral, ainda que dificultadas pelas condições das vias de comunicações, permitiriam, nas mesmas proporções do comércio, a propagação das ideias predominantes nas cidades litorâneas. A questão está em saber se estas ideias fariam sentido se comparadas aos costumes sertanejos do Contestado.

Considerar que, segundo ADN, não era possível encontrar traços da cultura europeia no interior do país, não significa que estas ideias não tenham percorrido este caminho em direção ao interior, mas que, mesmo tendo completado este trajeto, não foram adotadas por aquelas pessoas, por não fazerem sentido quando acareadas com a sua cultura.

Completando o seu raciocínio, o redator de ADN associou a síncope (termo utilizado pela revista) cultural com a modificação da religião e o surgimento de fiéis “fanáticos conduzidos pela vontade delirante de um *santo*, espécie de bandido edificado no misticismo”³¹⁵.

A questão da necessidade de se ligar o litoral ao interior para favorecer o comércio e possibilitar a influência na cultura sertaneja, além de alicerçar a construção de uma memória preconceituosa a respeito dos caboclos do movimento do Contestado, também reforçou o entendimento de ser imprescindível, não apenas a construção da EFSPRG, que na ocasião desta edição da ADN havia construído seu braço que ligava, na direção oeste-leste, o interior à cidade de Rio Negro³¹⁶, mas também a manutenção da integridade das instalações daquela empresa estrangeira, possibilitando a continuidade da prestação de seus serviços.

É possível pensar que as notícias dos ataques às instalações dos empreendimentos estrangeiros, ocorridos em Calmon e São João em setembro de 1914, que resultaram na morte do Capitão Matos Costa e seus homens, tivessem chegado à capital federal em tempo de

³¹⁴ MACHADO, op. cit., p. 60-64.

³¹⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914, grifo do autor.

³¹⁶ Posteriormente, em 1917, a estrada de ferro chegou até a cidade de Joinville, já praticamente no litoral catarinense. Ver capítulo 2 desta dissertação.

influenciar esta edição número 13 de outubro de 1914, assim como também pode ter apressado a ida de Setembrino para o teatro de operações do Contestado.³¹⁷

O pensamento parcial e preconceituoso da ADN a respeito da cultura sertaneja influenciou a sua análise sobre o inimigo que as tropas do governo enfrentaram.

Mesmo quando constatou uma característica que dava vantagem aos caboclos por ocasião das batalhas, aliviando-os de, assim como as tropas do governo, manter uma pesada calda logística, narrou-a sem perder a oportunidade de deixar evidente a intenção em desqualificar aqueles trabalhadores rurais.

A sobriedade das populações simi-bárbaras quase que lhes anulla as necessidades da intendência. Vivem habitualmente dos recursos locais e não se amarram aos pesos dos comboios.³¹⁸

O redator da matéria destacou, também, a habilidade dos inimigos no preparo das emboscadas, feitas em um terreno que conhecem em detalhes e na grande capacidade de bem se desempenharem na prática do tiro; competência adquirida na realização das costumeiras caçadas pelo interior.

Foi exatamente este ponto forte do inimigo que Paula Cidade entendeu como uma oportunidade das tropas superarem o que ele considerou uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas tropas repressoras: “o desconhecimento completo do terreno em que vai operar”³¹⁹.

Mais alinhada com o pensamento dos militares de maior hierarquia no Exército do que com Demerval Peixoto, ADN defende, com reservas, a contratação de vaqueanos que facilitaria o deslocamento das tropas pelo sertão, mas coloca em dúvida o caráter destes vaqueanos, que, segundo a revista, muitas vezes estavam a serviço do adversário.

Acabou que tanto a repressão contra o movimento do Contestado, quanto a convivência com os vaqueanos, proporcionaram uma série de observações práticas quanto ao desempenho do material bélico e quanto às táticas empregadas pelos militares em combates com as mesmas características dos travados no Contestado. Estes aperfeiçoamentos, desejados desde o início pela ADN, foram publicados mais tarde com base em um relatório redigido pelo Tenente-Coronel Francisco d’Estilac Leal, comandante da Coluna Sul.

³¹⁷ Ver capítulo 2 desta dissertação.

³¹⁸ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914.

³¹⁹ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 13, out. 1914.

3. A SOLUÇÃO DO CONTESTADO PELA GUERRA

ADN atentou-se para a atuação do Exército no Contestado a partir da expedição Setembrino, buscando identificar o proveito que a instituição poderia tirar desta situação, seja no campo militar, seja no político.

A edição número 13 do periódico, de outubro de 1914, abrindo uma série de matérias sobre o Contestado, iniciou uma discussão sobre os motivos que teriam levado aos acontecimentos na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, atribuindo-lhe um caráter de gravidade, dando a entender que acreditava não ser mais possível resolver a questão de outra forma que não fosse pela repressão.

Os acontecimentos que desde algum tempo se vem desenrolando no território contestado do Paraná e Santa Catarina, assumiram um caracter grave que não é mais possível dissimular.³²⁰

O editorial, escrito por Estevão Leitão de Carvalho, classificou as causas do movimento como obscuras, apontando para diversas direções possíveis: interesses políticos dos estados limítrofes, o fanatismo religioso, o banditismo bandoleiro e a represália de pequenos proprietários de terra espoliados por “mandões políticos”³²¹. Embora o redator não tenha definido qual destes fatores foi o preponderante para o surgimento do movimento, ele resolveu sublinhar que a “**ignorância** lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal destes desvios que reduziram humildes sertanejos patrícios à condição de nossos *inimigos*”³²².

Considerando que naquele momento não caberiam mais tentativas para uma solução pacífica, o autor admitiu a luta armada como solução, devendo ela assumir “as características de *operações de guerra* contra irmãos [...] que, por seus actos, estão reduzidos à condição de *inimigos*”³²³.

Mesmo tendo narrado, linhas antes, que a guerra poderia ter sido causada por questões políticas, por espoliação de terras e por abando daquela população, agora, encerrando as conjecturas sobre os acontecimentos que pressionaram o movimento, a partir de um raciocínio contraditório, Carvalho concluiu que a guerra era uma consequência dos atos dos sertanejos, esquecendo todas as possibilidades antes por ele mesmo levantadas.

³²⁰ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, out. 1914, p. 1.

³²¹ Esta situação pode ser entendida como resultado do coronelismo que, na época, ainda não havia recebido este nome para definir a situação política vigente.

³²² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 1, out. 1914, grifos do autor.

³²³ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 2, out. 1914, grifos do autor.

Mais adiante, nesta mesma edição da revista, Paula Cidade demonstra estar de acordo com a opinião do seu colega ao referir-se aos redutos caboclos, em um parágrafo do seu artigo que servia como ligação para um próximo subtítulo onde o articulista faria suas considerações sobre o inimigo a ser enfrentado pelo Exército naquele sertão brasileiro.

Finalmente, é facto verificado que esses núcleos exercem poderosa attracção sobre os detectos do crime e da vadiagem local, congregando elementos perniciosos que vêm em breve a ser preponderantes no valhacouto.³²⁴

Antes mesmo de iniciar a falar sobre o seu inimigo, Paula Cidade concluiu de que tipo de pessoas se tratavam. Apresentou os núcleos dos sertanejos como locais em que os “criminosos” poderiam obter a proteção necessária para o cometimento de seus delitos. Ou seja, a falta de “civilização” do povo sertanejo, provocada pela precariedade das vias de comunicação, levou a um fanatismo contrário à religião católica que, em seus redutos místicos, davam guarida a bandidos. Estes eram seus inimigos.

Diferente de Demerval Peixoto em sua obra perscrutada nesta pesquisa, o movimento feito pela ADN parece não se interessar pelo envolvimento com os fatores que levaram ao movimento social. Todavia, como introdução ao tema que seria tratado em outras nove edições, apresentou, ainda que minimamente, a solução pela guerra como algo desconfortável, ainda mais por ser contra nacionais, deixando claro que não haveria outra forma de se resolver a questão.

O interesse da revista parece estar mais nas consequências positivas (se é que se pode chamar assim) que adviriam da guerra.

Tendo entendido a necessidade do Exército aumentar sua capacidade de influência no cenário político no início do período republicano, os jovens turcos adotaram um discurso de aparente neutralidade, com a intenção de fortalecer seu poder de negociar os interesses políticos da instituição. Agindo assim, a atuação no campo militar no teatro de operações do Contestado serviria para evidenciar a importância da modernização do Exército, tanto na questão do material bélico e do treinamento, como na composição dos seus efetivos, criando-se a oportunidade para debater com a sociedade as questões do serviço militar obrigatório e a necessidade de maiores recursos para as Forças Armadas.

Na construção de uma imagem e de uma memória sobre o Exército que pretendia apresentar seus interesses como sendo os de toda a sociedade, os jovens turcos,

³²⁴ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 12, out. 1914.

inevitavelmente, contribuíram para a construção de uma memória prejudicial aos sertanejos do Contestado.

O editorial da 13ª edição do periódico apresentou os sertanejos do Contestado como personagens passivos na disputa política naquela região fronteiriça. Pessoas plenamente influenciadas, tanto politicamente, por não terem a capacidade de perceber seus interesses em oposição aos interesses da classe dominante, como também na questão religiosa, por estarem modificando a religião católica sob a influência de um líder religioso fanático.

O editorial da ADN fez com que se acreditasse que aquelas pessoas não eram capazes de identificar seus problemas, seus opositores, buscando, a partir deste ponto, soluções que estivessem ao seu alcance e com reais possibilidades de surtir efeito quando postas no campo de disputas políticas na região do Contestado. Soluções que deveriam resolver a situação de extrema pobreza e de exploração presente no seu cotidiano.

Esta construção feita pelo periódico dificultou e até mesmo impediu, por muito tempo, que aqueles sujeitos fossem vistos como agentes de sua própria história por não terem capacidade para tal. Este texto e outros da ADN apresentavam os caboclos, não somente os que resistiam, mas todos eles, com um grupo que necessitava ser conduzido, guiado por um caminho que atenderia somente aos interesses da classe dominante. No caso de não aceitarem, deveriam ser reprimidos como inimigos, visto que punham em risco o interesse de progresso de uma sociedade dita civilizada. Desta forma, apresentá-los como inimigos não é menos tendencioso do que chamá-los de fanáticos.

Para reprimir o movimento social no Contestado seria, segundo Leitão de Carvalho, necessária uma postura firme por parte da tropa que lutaria nos sertões catarinenses. Na opinião do redator, as ações do Exército não deveriam ter feições de operações policiais, com o objetivo de prevenir ou remediar, atuando em ações mais conciliatórias. O Exército deveria ser empregado como instrumento de combate, devendo fazer-se vitorioso.

Enquanto o adversário não se entrega, só deve haver um pensamento entre chefes e subordinados – *aniquilá-lo*. Se, batido, ele *retira*, sem depor as armas, é preciso persegui-lo, destruindo onde o encontrarmos. Isto nos poupa o trabalho de lhe darmos, adiante, novo combate.³²⁵

Agindo de outra forma, em ações mais conciliatórias, como narrou Leitão, sem empregar o equipamento de guerra e a técnica de combate prescritas nos regulamentos, não

³²⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.13, p. 2, out. 1914, grifo do autor.

seria possível testar toda a capacidade do Exército, não resultando em lições proveitosas, como queria Paula Cidade.

É possível suspeitar de que, ao comparar as ações do Exército com as realizadas pelas polícias estaduais, Leitão de Carvalho pretendeu desassociar a atuação da instituição federal dos interesses oligárquicos que dominavam a política local, destacando sua posição de pretensa neutralidade.

Diferente de Demerval e Setembrino, para ADN não parece ser um problema assumir uma defesa eloquente da guerra como solução do Contestado, ainda que registre ser lamentável lutar contra compatriotas. Esta postura adotada pelo periódico pode ser compreendida pelo público alvo que esperava atingir: enquanto ADN se voltava para um público, na sua maior parte, de militares, esperava-se que as obras memorialistas de Peixoto e Setembrino fossem lidas por um público mais amplo. Leitão não usou de meias palavras para defender a atuação do Exército empregando toda sua capacidade, mesmo entendendo que este poderia ser um discurso rejeitado pela opinião pública.

Da mesma forma, Paula Cidade, em um artigo da 16ª edição da revista, defendeu veementemente a guerra no Contestado, acreditando e fazendo acreditar que “o banditismo só pode ser aniquilado nos sertões do sul por medidas excepcionaes, a par de um combate sem tréguas, capaz de convencer ao inimigo que ou se submete ou é destruído”.³²⁶

Este artigo, publicado em janeiro de 1915, foi ao conhecimento do público leitor em um momento em que as tropas fechavam o cerco em torno do reduto de Santa Maria, local em que era possível ser percebido como o combate derradeiro contra aqueles sertanejos. Assim, este artigo pode ser interpretado tanto como uma justificativa antecipada para a chacina, ou como uma incitação a ela.

Desconfiei, também, da segunda hipótese a partir de trecho do mesmo artigo em que o redator desconsiderou a opinião da imprensa a respeito das atitudes do Exército na guerra, mesmo quando levantadas as hipóteses de crime.

E só porque Euclides da Cunha, na impecável literatura d’Os Sertões, escreveu que denunciava um crime, vamos, para evitar futuras acusações, tecnicamente banaes, obrando à feição dos leigos no assumpto.³²⁷

É curioso observar que, a partir da edição de número 22, estendendo-se até a 27, a revista publica, sob o título de “Do Contestado: observações colhidas nas operações da

³²⁶ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.16, p. 124, jan. 1915.

³²⁷ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.16, p. 124, jan. 1915.

Coluna Sul”, um extenso relatório, que rendeu 26 páginas ao periódico, produzido pelo Coronel Francisco d’Estilac Leal, comandante da Coluna Sul que, juntamente com o Capitão Tertuliano de Albuquerque Potyguara, desferiram o golpe final aos sertanejos do Contestado em Santa Maria, aumentando minhas desconfianças de como este último combate foi visto pela ADN.

Este relatório, mesmo assumindo um caráter iminentemente técnico, voltado para, como o próprio título insinua, o aperfeiçoamento de técnicas de combate e de emprego do material bélico, deixa transparecer a sua opinião preconceituosa sobre os sertanejos, sejam eles integrantes das cidades santas ou não.

Na zona em que operamos, e dada a natureza do inimigo, a falta de cartas, a deficiência de informações, o despovoamento da região, a ignorância dos seus poucos habitantes, na totalidade analfabetos e sem a menor ideia de orientação, a exploração a distância, quer pela cavalaria quer pelas patrulhas a pé torna-se sempre difícil.³²⁸

O Coronel Estilac Leal, pretendendo transmitir a sua dificuldade em se localizar e se locomover na direção desejada, uma atitude extremamente vantajosa para quem queira evitar uma emboscada inimiga, relatou a carência de meios como carta topográfica (mapas da região) e informações sobre o terreno a ser percorrido. Relatou também que não pôde contar com a colaboração da população porque, os poucos existentes na região, eram analfabetos e não tinham “a menor ideia de orientação”.

É muito provável que fossem realmente analfabetas, mas aquelas pessoas não auxiliaram as tropas do Coronel Estilac Leal por desconhecimento da região onde nasceram e moravam há anos, produzindo seu alimento e relacionando-se com vizinhos (próximos ou não) seja por questões comerciais, religiosas ou simplesmente sociais. Não auxiliaram pela simpatia e fidelidade à resistência cabocla e o Coronel sabia disso.³²⁹ Ao relatar uma deficiência da tropa, Leal não perdeu a oportunidade de criticar os caboclos. Este não é mais um exemplo de um entendimento preconceituoso que influencia a narrativa que conta histórias e constrói memórias. O autor do relatório, e provavelmente o editor da revista, sabiam os motivos pelos quais a população não indicava os caminhos para a tropa do governo, mas resolveram contar outra história.

³²⁸ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.22, p. 330, jul. 1915, grifo nosso.

³²⁹ Ver no capítulo 1 desta dissertação que o General Setembrino, em uma de suas Ordens do Dia, também reconheceu que os ideais do movimento eram comuns à “totalidade da população sertaneja”.

Assim como Leal encontrou espaço em seu relatório para ressaltar a sua opinião de que os sertanejos do Contestado eram ignorantes, ele também se deparou com a oportunidade de construir a memória oficial a respeito do investimento do capital estrangeiro no Brasil, que traria progresso para a região, desde que protegido contra os ataques desvairados dos daqueles caboclos.

No item intitulado “Transportes por água e por terra”, o Coronel Leal destacou as desvantagens do transporte fluvial na região do Contestado pela impraticabilidade de navegação de quase todos os rios e da “insuficiência e impropriedade do material fluctuante”. Estas dificuldades, segundo o militar, impunham ao Estado-Maior realizar um levantamento estatístico rigoroso dos meios de transporte fluvial do Brasil, além da necessidade do governo brasileiro “entrar em accordo com as companhias fluviais” para que estas dispusessem os recursos para o transporte de forças militares. O mesmo se dando para o transporte marítimo³³⁰. Ou seja, o meio aquático, adequado ao transporte de cargas a grandes distâncias, não estava em condições de emprego imediato naquela região, podendo-se considerar que, face à situação apresentada pelo relatório e dependendo de alguma articulação política, ainda levaria muito tempo para apresentar-se como uma alternativa para as operações militares em caso de outra necessidade urgente.

Enquanto que o transporte ferroviário estava pronto, tendo a EFSPRG e a Estrada de Ferro de Santa Catarina³³¹ prestado importante serviço para as tropas que atuaram no Contestado.

Tendo apenas fornecido à diretoria da companhia o effectivo do meu batalhão e a hora em que me acharia na estação para o embarque, o transporte se fez com a maior ordem e regularidade em dois trens constituídos de carros de bagagens e de lastros nos quais se improvisaram em menos de três horas, bancos de madeira, para acomodar todo o pessoal, de sorte que nenhum soldado viajou de pé, tornando-se fácil a manutenção da disciplina durante a viagem e principalmente nas paradas obrigatórias das estações intermediárias.³³²

Depois de citar que esta experiência positiva, além de honrar a diretoria da referida estrada, é digna de ser imitada por outras empresas do ramo, Leal sugeriu que, “ao menos em estrada de ferro de conhecida importância militar como a Central do Brasil [que passava pela

³³⁰ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.24, p. 392, set. 1915.

³³¹ A Estrada de Ferro Santa Catarina, hoje extinta, foi aberta com capital alemão em 1909, ligando Blumenau a Hansa Humboldt (atual Corupá), com a intenção de se encontrar com a linha Itararé-Uruguaí, então em construção, próximo a Limeira (Herval do Oeste).

³³² A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.24, p. 392, set. 1915.

cidade do Rio de Janeiro, então a capital federal] e a São Paulo-Rio Grande”, fossem realizados “contínuos exercícios de embarque e desembarque de tropas, exercícios estes cuja utilidade se faria sentir não só para o pessoal militar como para os funcionários civis”.³³³

Mesmo entendendo que ADN deu publicidade a estas opiniões do Coronel Leal, por realmente acreditar que, naquele momento, por questões de ordem prática e técnica, o transporte ferroviário era o mais viável para as operações militares na região do Contestado, não posso deixar de compreender que, em certa medida, este discurso também fortaleceu a necessidade do governo brasileiro reprimir o movimento social do Contestado para, entre outros motivos, manter a integridade da EFSPRG que, além de proporcionar, na opinião da revista, a circulação de ideias civilizadas entre o litoral e o interior, também proporcionaria condições para a manutenção da segurança do território nacional.

Defender o capital estrangeiro investido no empreendimento ferroviário significava para os militares a manutenção de seu poder de combate e atuação mais ampla no território nacional, mas significou, também, opor-se aos interesses dos caboclos do Contestado, mesmo entendendo, ainda que minimamente, a legitimidade de suas reivindicações e a presença dos interesses das oligarquias regionais. Certamente este resultado seria bem proveitoso para os interesses políticos do Exército, fazendo valer a pena, segundo o entendimento da ADN, o sangue derramado e alguns prejuízos na imagem da instituição decorrentes da crueldade inerente à guerra.

Neste sentido, ADN adotou uma postura muito particular para amenizar os efeitos negativos causados à imagem do Exército. Na edição número 13, de 10 de outubro de 1914, no início da campanha do General Setembrino, a revista retratou os caboclos do Contestado como vítimas de interesses políticos e de um fanatismo desencadeado pelo abandono da região, legado pelos governantes e pela falta de comunicação com as cidades litorâneas. Este ponto de vista entende que as pressões do Contestado foram provocadas no campo político e dele deveriam sair soluções possíveis para se alcançar a paz. Não sendo possível, seria inevitável a intervenção.

Seis meses depois, a edição número 19, de 10 de abril de 1915, portanto alguns dias depois do combate de Santa Maria, o editorial da ADN mudou o discurso. Lamentou a morte dos militares que lutaram no Contestado, denominando-a de “morte inglória e lastimável”, ressentindo-se da ausência do reconhecimento da sociedade brasileira, dizendo que o “sacrifício feito não contou com as lágrimas da pátria agradecida, [que funcionaria como um]

³³³ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.24, p. 392, set. 1915.

bálsamo sagrado que suaviza a dor dos que ficam na orfandade e guia aos grandes feito a alma dos heroes”.³³⁴

Nada disse sobre a morte dos sertanejos contra os quais o Exército se bateu. Não esperava um discurso poético como o dirigido aos seus camaradas, mas que dissesse algo sobre aquela gente e seu sacrifício por uma causa que entendiam justa. Afinal, não haviam eles sido vítimas dos interesses e do descaso de políticos?

A mudança do discurso da edição 13 para a 19 pode ser observada quando o redator posiciona os militares do mesmo lado dos sertanejos, a quem chama de patrícios, ao tratar dos impropérios praticados por politiqueiros sem compaixão e dos ataques da imprensa, todos com a intenção de macular a imagem do Exército.

Sobre os nossos patrícios, sobre os humildes soldados cujo heroísmo obscuro se apaga no anonymato da collectividade, sobre os nossos officiaes, os baldões de politiqueiros sem entranhas, harpias que se comprazem sem acender a lucta entre irmãos para saciar interesses inconfessáveis. E a esse côro de paixões indígnas, [...] junta-se uma parte da imprensa, maculando a honra dos que morreram no cumprimento do dever, pedindo para eles, em vez de gratidão dos brasileiros, inquéritos policiaes e a execração pública!³³⁵

Na sua campanha política desenvolvida para defender os interesses do Exército, o intelectuais idealistas da ADN produziram textos que pretendiam apresentar argumentos que sustentasse a defesa de seu ponto de vista, por meio de uma escrita abrangente, compartilhada pelo maior número de leitores, pretendendo transformar em consenso o ponto de vista defendido pelo periódico, mesmo tendo deixado claro o lugar social de onde falava, seus compromissos e interesses.

Este percurso passou, necessariamente, pela desqualificação dos sertanejos, apresentando-os como ignorantes, dissociados da cultura litorânea e, por isso, incapazes de compreenderem o que era melhor para eles, sendo manipulados pelos mandões políticos. E justamente por esta incapacidade, não compreendiam a necessidade do “progresso” trazido pelo capital estrangeiro investido naquela região do Contestado. ADN atuou de forma contundente na construção de memórias e histórias sobre os trabalhadores rurais do Contestado.³³⁶

³³⁴ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.19, p. 1, abr. 1915.

³³⁵ A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, n.19, p. 1, abr. 1915.

³³⁶ É provável que existam textos da ADN publicados posteriormente ao período histórico selecionado para esta dissertação (1912-1916). A interpretação destes textos extrapola o recorte feito para a investigação desta pesquisa, não sendo possível, neste momento, identificar se houve mudanças na avaliação do Contestado, por parte da ADN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cem anos atrás o acampamento de Santa Maria foi dizimado pelas tropas governamentais, tendo este episódio incorporado à memória como o marco do término da repressão ao movimento social do Contestado, o qual foi permeado por pressões diversas tais como: o misticismo e a monarquia caboclos, a presença do capital estrangeiro na região, a disputa de fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina e a luta pela terra.

Muito se escreveu e pesquisou sobre este movimento social centenário, suas pressões e seus sujeitos, construindo memórias que contaram histórias sobre este fato histórico. Neste sentido, a atuação militar na região contestada entre Paraná e Santa Catarina foi fundamental para cristalizar a memória histórica sobre o Contestado. Estas pesquisas desenvolvidas ao longo destes cem anos foram suficientemente fortes politicamente para desconstruir a memória que desqualifica o movimento, atendendo a interesses de classes? À luz da História Social, compreendo o contexto das disputas e das relações de poder que estabeleceram limites e exerceram pressões sobre aqueles trabalhadores, reconhecendo o movimento como uma reação àquela situação imposta e ao imperialismo do capital estrangeiro.

A minha trajetória de vida fez com que me interessasse, particularmente, pelas narrativas militares a respeito do Contestado, de suas pressões e de seus sujeitos, tornando importante a discussão de como os militares viram aquele movimento, o que ocultaram e o que divulgaram em particular e a respeito de seus interesses ao escrever sobre o movimento.

Os processos de pesquisa e de investigação das fontes me levaram a formular diversas perguntas que foram inseridas ao longo do texto. Infelizmente, não foi possível responder a todas, mas serviram à intenção de problematizar temas que ampliam a visão das fontes e da própria dissertação.

Usando como fontes as narrativas militares a partir de documentos oficiais, de obras literárias memorialistas e artigos jornalísticos, esta pesquisa promoveu a discussão de como foi a construção do Contestado a partir das narrativas militares e como estes textos produziram suas memórias. Para isso foi necessário entender como estes autores militares viram este movimento social, descortinando seus interesses naquela questão, seus entendimentos sobre os temas que pressionaram o movimento e sobre os modos de viver e trabalhar daquelas pessoas contra as quais combateram.

Nesta pesquisa, o trabalho com estas fontes, apesar de não ser inédito na historiografia do Contestado, proporcionou, a partir de uma leitura crítica e investigativa a partir de um problema específico, o rompimento com o uso corrente de fontes como mero depósito de

dados objetivos, ilustração ou reprodução fiel da realidade. Este procedimento, tomando como objeto a memória do movimento social, permitiu a apreensão dos conceitos preconcebidos, dos interesses e das intenções que orientaram seus autores na construção da memória do Contestado.

Da análise das narrativas dos documentos da guerra apreende-se que a interpretação da cultura cabocla, a partir de valores litorâneos, implicou na rejeição da sua religiosidade e no entendimento superficial da visão monarquista dos sertanejos, que não chegou a ser uma ameaça ao regime republicano, mas representou uma forma de se enxergar a sua luta por melhores condições de vida.

A desconstrução destas narrativas permitiu identificar, além do preconceito a respeito dos diferentes modos de vida existentes na capital federal, que algumas das atitudes em combate dos sertanejos apontadas como sendo demeritórias, também eram praticadas pelas tropas do governo, sendo, portanto, parcial o discurso da crueldade praticada pelos revoltosos. Além disso, estes documentos, redigidos no calor do momento na guerra, passam a sensação de estarem carregados de ódio, explicado pelo forte envolvimento emocional, provocado pela presença do risco de morte característico da atividade.

A visão de mundo dos sertanejos do Contestado deve ser entendida a partir de uma realidade material, vivenciada em um ambiente cultural particular, mas os autores dos documentos militares tentaram transformar essa força original e legítima em expressão fanática, destacando seu discurso místico e omitindo seu lado social. A desconstrução desta narrativa permitiu o aparecimento de um desejo de uma vida melhor, ligada a um comunismo caboclo.

A visão popular simples e mitificada daqueles sertanejos, apesar da insistência das narrativas contidas nos documentos militares, não apresenta um caráter alienado ou fanático (no pior sentido da palavra). Ela trata de entender, sentir e viver criticamente uma situação cuja explicação teve maior alcance no campo religioso, por fazer sentido nos modos de vida daquelas pessoas.

As obras literárias memorialistas do General Setembrino e do Tenente Demerval Peixoto, diferente dos documentos da guerra, tiveram como principal interesse contar a história que se pretendia ser a oficial e hegemônica sobre o Contestado. Histórias que construíram memórias favoráveis à repressão daquele movimento social, de tal forma que não restassem dúvidas quanto à premente necessidade da intervenção do governo federal, visando a garantia das condições necessárias para o estabelecimento do desenvolvimento tecnológico

financiado pelo capital estrangeiro, considerado pelo governo e pela burguesia tão importante para o pretendido progresso.

Mais claramente do que Setembrino, Demerval Peixoto admitiu existirem pressões sociais que levaram os sertanejos à revolta, mas, ainda assim, retratou aquelas pessoas como ignorantes e incultas, incapazes de decidirem por si mesmas o melhor caminho a ser tomado, sendo facilmente manipuladas pelos chefes políticos da região, que agiam de forma a atender os interesses da elite.

De tudo que examinei na obra de Demerval Peixoto, leva-me a entendê-lo como alguém que recebeu a incumbência de escrever a história oficial do movimento e de sua repressão, tendo, em seu texto, construído uma memória desfavorável aos caboclos, uma vez que deveria apresentar uma boa imagem da sua instituição.

A questão da fronteira entre Paraná e Santa Catarina e a construção da EFSPRG aparecem convenientemente nestas fontes como que servindo para ocultar as pressões mais significativas para aqueles que resistiram às pressões, buscando romper os limites estabelecidos: a questão das terras, que, aliás, sofreu influência direta dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros.

Os artigos jornalísticos da revista *A Defesa Nacional* tiveram a intenção principal de aproveitar a oportunidade para obter ganhos políticos de interesses do Exército. As narrativas da revista contaram histórias que pretendiam fazer com que a opinião pública entendesse que o objetivo da expedição de repressão no Contestado era tão importante para a sociedade que deveria ser atingido a qualquer custo, mesmo que para isso fosse necessária uma “guerra sangrenta contra os patrícios”.

Os intelectuais mantenedores da revista pretenderam fazer com que a sociedade entendesse a grande importância do Exército em momentos como aquele do Contestado, assim, seria fácil atrair as opiniões favoráveis a políticas de governo que atenderiam aos interesses da corporação, tais como maiores investimentos nas Forças Armadas e a regulamentação do serviço militar obrigatório.

A narrativa da ADN, inevitavelmente, acabou por desqualificar os sertanejos, somando esforços na construção de uma memória desfavorável aos caboclos que acabou por influenciar a historiografia sobre este fato histórico.

O movimento social do Contestado, assim como as Revoluções Federalista e Farroupilha, constituiu-se em um dos momentos mais importantes da formação territorial do sul do Brasil, mesmo apresentando pressões diferentes. Dela precisamos apreender o quanto

os trabalhadores, quando unidos, são capazes de resistir e enfrentar os ataques das forças opressoras, seja em qual âmbito for.

O Contestado foi um movimento social em que a população rural pobre do Brasil tentou romper com uma tradição de dominação e exploração no país. Ao anunciá-los como fanáticos, ignorantes ou qualquer outro adjetivo depreciativo, além de ser uma forma muito simples de se apresentar o problema, assume-se uma postura preconceituosa, pois aqueles sujeitos aliaram uma cultura local a um desejo de mudança. Eles não perderam a guerra no campo ideológico. Tanto é verdade que seus ideais estão sendo disputados até hoje, quando os trabalhadores rurais sem terra lutam pela reforma agrária.

FONTES

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro, 1914-1916.

Auto de perguntas. Antônio Fernandes de Oliveira, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Antônio Gaspar de Miranda, sem número, 05 fev. 1915, caixa 01, pasta 16, IPM 24, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Antônio Geraldo Pires, sem número, 28 ago. 1914, caixa 01, pasta 03, IPM 03, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Estephania Seideloski, sem número, 08 dez. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Francisco Thomas, sem número, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Gregório Chevichuke, sem número, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Ignácio Protaxisck, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Innocência Manoel de Mattos, sem número, 23 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. José Tavares Freire, sem número, 18 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Manoel Libório, sem número, 24 out. 1914, caixa 01, pasta 02, IPM 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Pedro Zakalugem, sem número, 28 nov. 1914, caixa 01, pasta 06, IPM 06, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Auto de perguntas. Sebastião Gonçalves Padilha, sem número, 18 dez. 1914, caixa 01, pasta 10, IPM 10, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

BRASIL. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, Senado, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03constituicao/%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 29 out. 2013.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Minuta de relatório, sem número, 26 fev. 1915, caixa 09, pasta 18, relatório 17, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Ordem do dia número 59, da Divisão Provisória em Operações, 14 maio 1916, caixa 01, pasta 08, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Ordem do dia número 60, da Divisão Provisória em Operações, 16 maio 1915, caixa 04, pasta 03, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Ordem do dia número 38, do Comando da Circunscrição Militar do Paraná, 16 fev. 1916, caixa 06, pasta 02, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Ordem do Dia número 40, da Divisão Provisória em Operações, 20 abr. 1915, caixa 01, pasta 08, IPM 08, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural. Coleção Farol do Saber, 1995. 3 v.

PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). **A Campanha do Contestado - Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/acervo>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PEIXOTO, Demerval. **Memórias de um velho soldado**: nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1960.

Relatório de autoria do Primeiro Tenente Hermínio Castello Branco, 25 abr. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na Vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 01, relatório 07, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Relatório referente aos Autos de Perguntas de Francisco Thomas e Gregório Chevichuke, sem números, 21 out. 1914, caixa 01, pasta 01, IPM 01, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Relatório de autoria do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, 20 fev. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Relatório de autoria do Coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro, 21 fev. 1915, confeccionado no acantonamento da Coluna Móvel do Norte do Contestado, na vila de Canoinhas, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Relatório de autoria do Capitão Potyguara, destinado ao Tenente-Coronel Manoel Onofre, comandante da Coluna do Norte, 13 fev. 1915, caixa 09, pasta 08, relatório 14, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro-RJ.

Revolta do Contestado. Revista Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra, Mafra, SC, p. 17, set. 1967.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil História e Sociedade**. Livro do professor. São Paulo: Ática, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASI, Aluizio. **A questão de limites e as dimensões jurídicas do Contestado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

BORGES, Maria Celma. **O desejo do roçado**. São Paulo: Annablume, 2010.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **Contextualizando o Contestado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na primeira República: a guerra do contestado (1912-1916)**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. **A Guerra Sertaneja do Contestado e o direito à terra**. In: Encontro Regional de História. n. 10, 2002. Rio de Janeiro. ANPUH-RJ História e Biografias. UERJ, Rio de Janeiro: s.n., 2002, p. 2. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=312>. Acesso em: 29 out. 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. In Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete sobre Demerval Peixoto. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)**. 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História)-UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Espig%2C+Marcia+Janete&type=author>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FGV. **Percival Farquhar**. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/Verbetes_PercivalFarquhar.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2013.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água. 2006.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. 1992. Dissertação (Mestrado)-UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. **O Contestado: suas histórias, fontes e ficções**. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAPNER, Paulo Roberto. **Litígio judicial e conflito armado**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

HERMANN, Jaqueline. **Messianismo e Sebastianismo no Brasil e no Contestado**. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MACHADO Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 514 f. Tese (Doutorado em História)-UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. **Memória, fraude e documentação: Alemãozinho e a memória das ordens**. Tempos Históricos. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, v. 16, n. 2. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. **Produzindo notícias de história: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920**. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MAESTRI, Mário. **1910: a revolta dos marinheiros**. São Paulo: Global, 1982.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. SP: Duas Cidades, 1974.

MOURA, Margarida Maria. **Campesinato magia, religião e movimento social**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Nordeste paulista**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. Anais do XXVI ANPUH, Petrolina, 2011.

_____. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1934-1938)**. In IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação do PPGH - PUCRS, 2009, Porto Alegre. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Historia/70743-FERNANDA_DE_SANTOS_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 05 out 2015

_____. **Os militares discutem o Brasil: a revista A Defesa Nacional (1931-1937)**. Boletim Historiar, n. 01, jan./fev. 2014, p. 22-35. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 05 out. 2015.

PECHMAN, Robert. **Setembrino de Carvalho**. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV. 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PORTELLI, A. **A filosofia e os fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro: vol. 1, n. 2, 1996.

_____. **As fronteiras da memória**. O Massacre das fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. História e Perspectivas, Universidade Federal de Uberlândia, n. 25 e 26. Uberlândia: UFU, jul./dez. 2001/ jan. jul. 2002, p. 9-26.

_____. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, n. 14. São Paulo: PUC-SP, fev. 1997, p. 25-39.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912- 1916). 3 ed. São Paulo: Ática, 1981.

RIOS, José Arthur. **O Contestado: um centenário**. In: WEHLING, Arno et al (Org). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

RODRIGUES, Rogério Rosas. **A guerra como política ou a política da guerra**. Revista Brasileira de História Militar. Rio de Janeiro, Ano II, n. 04, p. 2, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo3rbhm4.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Os Sertões Catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na guerra do Contestado**. Dissertação (Mestrado em História Cultural)-UFSC, Florianópolis, 2001.

_____. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

SAMUEL, Raphael. **Teatros de Memória**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, n. 14. São Paulo: PUC-SP, fev. 1997, p. 41-81.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SILVA, Márcio Both da; ZARTH, Paulo A. **Religiosidade popular, autoridades e conflitos no Alto Uruguai**. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

THOMÉ, Nilson. **Bibliografia da Guerra do Contestado**. Disponível em: <<http://www.portouniaodavitoria.com.br/contestado/bibliografia-da-guerra-do-contestado>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

THOMPSON, Edward P. **La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?**. In Tradicion, revuelta y consciencia de classe. Barcelona: Critica, 1979.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs A. L. Negro; S. Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMPOROSKI, A. A. **O pessoal da Lumber!** Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2006.

_____. **O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. 282f. Tese

(Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2013.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História)-PUC/RS, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). Apresentação. **Nem fanáticos nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VECA, Salvatore. **Revolução**. In Enciclopédia Einaudi, v. 39 Direito-Classe. Lisboa: Casa da Moeda. 1999.

VINYES, Ricard. **El Estado y la memoria: Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. RBA Livros, Espanha, 2009.

WELTER, Tânia. **O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo**. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-UFSC, Florianópolis, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945**. In **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. **Revolução**. In **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta. **O poder social da cura: uma análise cultural**. In VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.